Diário da Manhã

DM 45 ANOS

DESDE 1980 — O JORNAL DO LEITOR INTELIGENTE — WWW.DM.COM.BR - R$ 2,50

TERÇA-FEIRA | ANO: 46 | Nº 13.264 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS | 25 DE MARÇO DE 2025

Caiado reitera lançamento de pré-candidatura



Governador de Goiás, Ronaldo Caiado emite nota em que confirma solenidade de lançamento da pré-candidatura a presidente no dia 4 de abril, em Salvador. Opositores tentaram ontem sabotar candidatura do goiano através de notícia falsa. Receio de adversários é rápido crescimento após evento de abril. "Sei que minha postura de oposição ao governo do PT incomoda aqueles que estão no poder", diz Caiado. ***Página 16***

Saúde bucal não alcança crianças e adolescentes

Pesquisa conduzida pela USP realizou análise estatística do número de procedimentos odontológicos ambulatoriais realizados no Sistema Único de Saúde (SUS), de 2008 a 2022. De acordo com o estudo, a prevalência de crianças de 5 anos com um ou mais dentes com cárie não tratada chega a 41,18% em média no Brasil. ***Página 3***

Técnicos do Vila e Anápolis prontos para final





Treinador do Vila, Rafael Lacerda, lamenta derrota no primeiro jogo e afirma que Colorado será forte para a partida de volta, no próximo domingo, 30, no Serra Dourada. Já o técnico do Anápolis, Ângelo Luiz, vibrou com vantagem por 2 a 0, mas afirma que é preciso foco. ***Página 3***

Brasil guerreiro contra a Argentina



Dorival Júnior confirmou ontem série de mudanças na Seleção para enfrentar a Argentina, hoje, às 21h, pelas Eliminatórias. Uma delas é a presença de Matheus Cunha no ataque. "Vai existir luta em campo, mas acima de tudo o respeito entre as duas equipes. Vamos buscar jogar futebol", afirmou o técnico antes de embarcar para Buenos Aires. ***Página 17***

Mabel garante pressão em bares irregulares

Prefeito de Goiânia, Sandro Mabel participou ontem de audiência para tratar das contas da gestão anterior e listou dívida bilionária deixada por Rogério Cruz. Mabel também reiterou que bares irregulares continuarão na mira da Prefeitura. Durante ação dos fiscais do município e Estado, empresários tiveram seus comércios interditados e notificados. ***Página 4***



OPINIÃO PÚBLICA

Líderes com caráter: um antídoto para a superficialidade - Michel Afif Magul
Economia Criativa: quando a cultura vira motor de desenvolvimento - Lucas Rodovalho
Deus disse, ame o seu inimigo e eu amei a mim mesmo - Abilio Wolney
Ronaldo Caiado, candidato a Presidente da República! - Alexandra Machado
A mulher no limiar do terceiro milênio - Brasilmar do Nascimento

DM 45 ANOS



ROTA 190

aulusrg@hotmail.com ÁULUS RINCON

Homem é assassinado com pedradas e pauladas em distribuidora de bebidas



As câmeras de segurança de uma distribuidora de bebidas registraram o momento em que um homem, de 47 anos, foi espancado com paus e pedras até a morte, em frente ao estabelecimento, em Aparecida de Goiânia. O crime foi no final de semana, mas até o início da noite de ontem, os assassinos ainda não tinham sido identificados, ou presos.

Era final de noite quando Joilson Gonçalves Jorge de Sousa chegou correndo à calçada da distribuidora, perseguido por um grupo de quatro homens e uma mulher. Atingido com uma tijolada na cabeça, ele, que estava com uma faca em uma das mãos, caiu, ocasião em que recebeu um outro golpe, com um pedaço de concreto, arremessado por uma mulher.

As imagens mostram que a vítima, mesmo já desfalecida, recebeu várias pauladas na cabeça. Assustados com a cena de terror, outras pessoas que também estavam na porta da distribuidora de bebidas entraram correndo para dentro do estabelecimento.

Somente quando perceberam que Joilson estava morto foi que os quatro homens e a mulher saíram do local. Desde a data do crime, a Polícia Militar montou uma força tarefa para tentar identificar os autores da barbárie. Pelo que já foi apurado, a confusão começou depois que a vítima se desentendeu com a mulher que acompanhava o grupo.

Esfaqueado após agressão

Também em Aparecida de Goiânia, um homem de 57 anos ficou gravemente ferido após ser esfaqueado por um jovem de 23 anos. A vítima, que não teve a identidade revelada, foi atacada após desferir um tapa no rosto de uma mulher.

A confusão aconteceu no Bairro Cidade Satélite, e, até o início da noite de ontem, a vítima permanecia internada, em estado grave, no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). O autor das facadas, de primeiro nome Miquéias, foi localizado e preso, ainda em flagrante, por uma equipe do 41º BPM. Em depoimento, ele alegou que havia sido ameaçado anteriormente pelo homem que acabou esfaqueando.

Grávida mata o marido no meio da rua

Uma mulher que está grávida de quatro meses foi filmada atirando oito vezes contra o peito do próprio marido, no meio da rua, no Setor Esplanada 2, em Formosa. Presa pela Polícia Militar pouco tempo depois do assassinato, a mulher alegou que matou o marido após ter sido ameaçada por ele. Segundo apurou a PM, a assassina já acumula antecedentes por tráfico de drogas, e tentativa de homicídio. O filho que ela está esperando, segundo apurado, é do homem que ela mesmo assassinou. As identidades da vítima, e da autora, não foram reveladas.

Cantora é estuprada enquanto dormia

Policiais Civis prenderam, ainda em flagrante, um homem que, segundo denúncia, estuprou uma cantora em Águas Lindas de Goiás, no Entorno do Distrito Federal. Em depoimento, a vítima contou que após um show decidiu ir até a casa de um amigo de banda para tomar um café, mas que acabou adormecendo, e, quando acordou, percebeu que um amigo dele estava fazendo sexo com ela. Após um exame de conjunção carnal confirmar a relação, o denunciado foi autuado, em flagrante. A identidade do acusado, que permaneceu em silêncio quando levado à delegacia, não foi revelada.

Golpista clonou página para vender equipamentos militares

Mais de 10 pessoas, acredita a polícia, foram lesadas após pagarem por produtos que eram anunciados em uma loja virtual que vendia equipamentos táticos e acessórios bélicos. Ao investigar o caso, os agentes da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Cibernéticos (DERCC) descobriram que a página original tinha sido clonada por um golpista, que, além de ficar com o dinheiro das vítimas, ainda passou a ameaçar o dono do site verdadeiro. Preso temporariamente nesta semana, o acusado, que não teve a identidade revelada, foi indiciado por falsa identidade e extorsão. Na casa dele, a polícia apreendeu equipamentos eletrônicos que já estão sendo periciados, e devem ajudar na identificação de outras vítimas.

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

A coluna ROTA 190 é publicada diariamente neste espaço

Combate à tuberculose sob ameaça

No Dia Mundial de Combate à Tuberculose, lembrado nesta segunda-feira (24), a Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que o baixo financiamento para prevenir e tratar a doença ameaça milhões de vidas



Em 2023, 10,8 milhões de pessoas foram infectadas pela doença

Paula Laboissière

No Dia Mundial de Combate à Tuberculose, lembrado nesta segunda-feira (24), a Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que o baixo financiamento para prevenir e tratar a doença ameaça milhões de vidas.

Dados da entidade mostram que, em 2023, 10,8 milhões de pessoas foram infectadas pela bactéria Mycobacterium tuberculosis, também conhecida como bacilo de Koch. Dessas, 1,25 milhão morreram em razão da doença.

A tuberculose, segundo a OMS, apesar de ser prevenível e tratável, permanece com o posto de doença infecciosa mais mortal do planeta.

"Ela continua a devastar milhões de pessoas globalmente, causando graves consequências sanitárias, sociais e econômicas", alerta a OMS.

Américas

Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) mostram que, nas Américas, 342 mil pessoas adoeceram por tuberculose em 2023. Dessas, 35 mil morreram. A entidade contabiliza ainda cerca de 76 mil casos não diagnosticados nem tratados na região.

O tema da campanha global de combate à tuberculose este ano é Sim! Podemos acabar com a Tuberculose! Compromisso, Investimento, Resultados. "O Dia Mundial da Tuberculose deste ano reforça a urgência de agir", avaliou a Opas.

"Os países se comprometeram a acelerar a resposta e garantir acesso universal à prevenção, diagnóstico e tratamento, mas o progresso ainda é insuficiente e a tuberculose continua afetando as populações mais vulneráveis", diz a Opas.

Inovações

A entidade destaca que, apesar dos desafios, "há motivos para esperança". Novas tecnologias, segundo a Opas, podem mudar o rumo da tuberculose, incluindo:

radiologia digital com inteligência artificial, ferramenta capaz de aprimorar a detecção precoce em populações de maior risco;

testes moleculares rápidos, que permitem diagnósticos mais precisos e ágeis;

e tratamentos mais curtos e totalmente orais, com suporte da telemedicina para garantir maior adesão ao tratamento.

"Com compromisso renovado e colaboração, podemos avançar rumo à eliminação da tuberculose e salvar vidas. Agora é o momento de agir com determinação para alcançar as metas globais", defende a Opas. (ABr).

Mais de 40 milhões simulam consignado

Redação

Mais de 40 milhões de trabalhadores fizeram a simulação do novo crédito consignado para empregados da iniciativa privada, de sexta-feira, 21, até as 18h deste domingo, 23, informou o Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao todo, as simulações somaram 40.180.384. Com o potencial de oferecer crédito menos caro a até 47 milhões de pessoas, a nova modalidade entrou em vigor na última sexta-feira.

Foram apresentadas nesse período 4.501.280 propostas, e 11.032 contratos foram fechados, por meio do aplicativo da Carteira de Trabalho Digital.

Criado por medida provisória no dia 12, o Programa Crédito do Trabalhador na Carteira Digital de Trabalho abrange empregados da iniciativa privada com carteira assinada.

Saúde bucal no Brasil ainda não alcança crianças e adolescentes

Dos mais de 29 milhões de atendimentos feitos nos últimos 15 anos para a faixa etária de 0 a 14 anos, apenas 13% foram no Nordeste e 7% no Centro-Oeste



Política Nacional de Saúde Bucal, conhecida como Brasil Sorridente, existe há 21 anos

Jornal da Usp

Uma pesquisa conduzida pela Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP) da USP realizou um grande levantamento e uma análise estatística do número de procedimentos odontológicos ambulatoriais realizados por odontopediatras no Sistema Único de Saúde (SUS), de 2008 a 2022. Dos mais de 29 milhões de atendimentos feitos nos últimos 15 anos para a faixa etária de 0 a 14 anos, apenas 13% foram no Nordeste e 7% no Centro-Oeste do Brasil.

Nos atendimentos ano a ano, a região Nordeste ficou abaixo das demais regiões, e também teve a menor variabilidade ao longo dos 15 anos de análise. Mesmo considerando o período da pandemia de Covid-19, as regiões mantiveram a média de atendimento estacionária, com exceção do Sul do Brasil – o campeão de procedimentos odontológicos voltados para crianças (veja no infográfico abaixo).

A Política Nacional de Saúde Bucal, conhecida como Brasil Sorridente, existe há 21 anos. Mas somente em 2023, foi sancionada a Lei n° 14.572, que incluiu a saúde bucal na Lei Orgânica da Saúde. No ano passado, o governo federal anunciou um aumento no custeio de serviços e no repasse para implantação de serviços nos estados. De acordo com portaria assinada pela então ministra da saúde Nísia Trindade, os incentivos para manutenção das Equipes de Saúde Bucal somavam mais de R$ 11 mil por mês. O investimento total no Brasil Sorridente chegou a R$3,8 bilhões.

Mesmo sendo uma política de estado, a oferta de serviços de saúde bucal no Sistema Único de Saúde ainda não cobre todos os brasileiros. Sobretudo crianças do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

A pesquisa destaca a ausência de informações sobre a atuação da odontopediatria nos chamados Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), uma vez que ela não consta no rol de especialidades obrigatórias, mas os gestores de saúde podem incluí-la voluntariamente em seus municípios. O atendimento nos CEOs ocorre com encaminhamento das equipes de saúde bucal das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) ou Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal, a prevalência de crianças de 5 anos com um ou mais dentes com cárie não tratada foi de 41,18% no Brasil, com variações regionais e maiores percentuais observados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: as mesmas regiões com menor número de atendimentos odontopediátricos, de acordo com a pesquisa da USP.

Mais do que cárie

"Embora a cárie dentária não seja a única preocupação em relação à saúde bucal infantil, ela é um problema relevante de Saúde Pública no Brasil, cujos resultados evidenciam a necessidade de avaliar o desempenho das políticas e serviços de saúde pública para o atendimento odontológico infantil", afirmam os autores do estudo.

Para além das disparidades por região do Brasil, os pesquisadores destacam a importância da figura do odontopediatra na assistência odontológica especializada para crianças no SUS.

De acordo com a análise, em 2008 havia 1.343 profissionais da odontopediatria cadastrados em estabelecimentos de saúde que atendem ao SUS. O maior número foi em agosto de 2010, com 1.745 odontopediatras, mas caiu em 2022 para 1.595.

"A necessidade de incluir a Odontopediatria no rol de especialidades obrigatórias, entre outras perspectivas, considera as disparidades macrorregionais no acesso aos serviços de saúde bucal, permitindo a produção de indicadores relacionados a essa especialidade e à atenção odontológica especializada para crianças", alertam os autores.

"As disparidades iniciam-se nos serviços de Atenção Primária à Saúde, quando a cobertura e a resolutividade insatisfatórias resultam no encaminhamento de crianças para serviços mais complexos", concluem.



Receita recebe 3,4 milhões de declarações do IR na primeira semana

Na primeira semana de entrega, a Receita Federal recebeu 3.414.843 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2025. O número, registrado até as 17h desta segunda-feira (24), equivale a 7,4% do total esperado para este ano.

O prazo para entregar a declaração começou no último dia 17 e termina às 23h59 do dia de 30 de maio. O programa gerador da declaração está disponível desde o último dia 13.

A Receita Federal espera receber 46,2 milhões de declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física este ano, o que representará um acréscimo de quase 7%, na comparação com 2024, quando foram entregues 43,2 milhões de declarações.

As pessoas físicas que receberam rendimentos tributáveis acima de R$ 33.888, assim como aquelas que obtiveram receita bruta da atividade rural acima de R$ 169.440, são obrigadas a declarar.

As pessoas que receberam até dois salários mínimos mensais durante 2024 estão dispensadas de fazer a declaração, salvo se se enquadrarem em outro critério de obrigatoriedade.

Diário da Manhã
dm.com.br
UNIGRAF UNIDAS GRÁFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52
Fundado em 12 de março de 1980
Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário, CEP: 74.610-010 Goiânia-Goiás Caixa postal: 103

Fábio Nasser **Fundador** | Welliton Carlos **Editor-Geral** | Júlio Nasser **Presidente**

Departamento Comercial - (62) 3267-1000 - comercial@dm.com.br
Redação - online@dm.com.br
Circulação | Assinaturas - (62) 3267-1000

Preço das assinaturas - R$ 49,90/mês | R$ 598,00/ano
Vendas avulsas - Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias úteis: R$ 2,50 | Domingo: R$ 3,50

Ulisses Aesse Editor-chefe de reportagem e coordenador de pauta
Helton Lenine Política
Patrick de Noronha Internacional e Ciência

dm.com.br

dm digital

acervo de edições


Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo Jornal Diário da Manhã



"A final está aberta", reitera técnico do Vila Nova sobre derrota

Bruno Garcia

O Vila Nova jogou abaixo do esperado e, mesmo com um a mais, saiu atrás na final do Campeonato Goiano de 2025. O treinador do Tigre, Rafael Lacerda, ressaltou que o Vila estará forte para o jogo de volta, no próximo domingo, 30, no Serra Dourada.

"A final está aberta. Comemoraram como se fosse um título aqui, mas se esqueceram que tem um segundo jogo. Eu confio muito na nossa equipe. É um resultado que dá para reverter e vamos trabalhar durante a semana para isso", disse Rafael Lacerda

Muito criticado por parte da torcida pela postura da equipe, o comandante vilanovense avaliou os primeiros 90 minutos da decisão.

"Não é que deu tudo errado o jogo inteiro, aconteceu nos últimos minutos uma situação que é até difícil de explicar para o torcedor. Tivemos controle total da partida, até antes de ter um jogador a mais. Gol anulado, a situação do pênalti, chances de gol. A bola não entrou", lamentou.

Técnico do Anápolis mantém pés no chão: "nada ganho"

Bruno Garcia

O treinador do Anápolis, Ângelo Luiz, vibrou com a vantagem por 2 x 0 sobre o Vila Nova, no primeiro jogo da decisão do Campeonato Goiano 2025.

Na coletiva após a partida, o comandante do Galo da Comarca enfatizou que é preciso manter a mesma postura para o duelo de volta no Estádio Serra Dourada.

"É uma vantagem considerável sim, mas em se tratando de final temos que manter os pés no chão. Muita concentração no jogo de volta, é um trabalho que temos que fazer durante a semana. Vamos respeitar o Vila Nova, no Serra, pedir o apoio do nosso torcedor, visto que eles serão empurrados por um estádio lotado. Então é ter os pés no chão porque não tem nada ganho. Jogamos o primeiro jogo como se deve jogar uma final, e temos que manter isso agora no Serra Dourada, em Goiânia."



GOEMIL S.A. INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Goemil

C.N.P.J.: 07.657.789/0001-05 - Registro Junta Comercial de GO n: 52300012805

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	78.784	66.659
Aplicações financeiras	6	135.387	108.136
Contas a receber de clientes	7	49.818	47.270
Tributos a recuperar	9	2.261	22.145
Adiantamentos a terceiros		150	130
Estoques	8	52.945	68.204
Despesas antecipadas		816	51
Total do ativo circulante		320.161	312.595
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	6	13.238	-
Depósitos judiciais		189	142
Tributos a recuperar	9	203	228
Outros Investimentos		789	536
Ativo biológico	11	7.418	7.307
Imobilizado	10	74.848	61.553
Intangível	10	202	213
Total do ativo não circulante		96.887	69.979
TOTAL DO ATIVO		417.048	382.574

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	12	8.180	31.356
Outras obrigações		166	909
Obrigações sociais e trabalhistas		3.428	2.289
Obrigações tributárias	13	10.407	5.190
Dividendos a pagar	17.b	10.765	3.646
Total do passivo circulante		32.946	43.390
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	14	159	787
Impostos e contribuições sociais diferidas	21	1.803	2.494
Total do passivo não circulante		1.962	3.281
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17.a	160.000	160.000
Reserva de incentivos fiscais	17.b	75.998	61.442
Reserva legal	17.b	17.074	14.042
Reserva de lucros	17.b	129.068	100.419
Total do patrimônio líquido		382.140	335.903
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		417.048	382.574

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	160.000	40.363	89.481	12.165	-	302.009
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.540	37.540
Reserva incentivos fiscais doação e subvenção	-	21.079	-	-	(21.079)	-
Reserva legal	-	-	-	1.877	(1.877)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.646)	(3.646)
Reserva de lucros	-	-	10.938	-	(10.938)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	160.000	61.442	100.419	14.042	-	335.903
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.648	60.648
Reserva incentivos fiscais doação e subvenção	-	14.556	-	-	(14.556)	-
Reserva legal	-	-	-	3.032	(3.032)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(10.765)	(10.765)
Reserva de lucros	-	-	32.295	-	(32.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	160.000	75.998	129.068	17.074	-	382.140

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	452.419	554.472
Custos dos produtos vendidos	19	(346.603)	(470.215)
Lucro operacional bruto		105.816	84.257
Despesas (receitas) operacionais:			
Despesas comerciais	19	(25.396)	(35.494)
Despesas gerais e administrativas	19	(7.863)	(9.639)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1.127)	223
		(34.386)	(44.910)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		71.430	39.347
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO:	20	(41)	(316)
Despesas financeiras	20	19.104	15.245
Receitas financeiras	20	-	712
Variação cambial líquida		19.063	15.641
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO		90.493	54.988
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	21	(30.536)	(18.041)
Diferidos	21	691	593
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(29.845)	(17.448)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		60.648	37.540
		0,38	0,23

RELATÓRIO DA DIRETORIA:
Senhores Acionistas: Em conformidade com o exposto no Estatuto Social e legislação vigente, submetemos à apreciação de vossas senhorias, as Demonstrações Financeiras de forma resumida e com divulgação simultânea da integra dos documentos na página deste mesmo jornal na internet, relativas ao exercício findo em 31/12/2024 e 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente. Palmeiras de Goiás (GO), 27 de janeiro de 2025. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	90.493	54.988
Ajustado por:		
Depreciação do ativo imobilizado	5.165	4.938
Amortização do ativo intangível	104	87
Exaustão de ativo biológico	3.117	-
Perda do imobilizado e intangível baixado	159	7
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	1	-
Perda de ativo biológico baixado	382	-
Ganho processo ICMS na base do PIS e COFINS	(7)	(216)
Rendimento de aplicações financeiras	(13.124)	(4.330)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	176	588
Provisão (reversão) para realização de estoque	172	(102)
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(628)	230
Aumento (redução) nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(2.724)	(4.469)
Tributos a recuperar	19.916	19.613
Estoques	15.087	8.222
Outras contas a receber	(832)	(2)
Fornecedores	(23.176)	17.795
Impostos e contribuições tributárias	(5.133)	(17.966)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.138	34
Outras contas a pagar	(743)	720
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.458)	-
Recursos líquidos originados pelas atividades operacionais	71.085	80.137
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(18.619)	(12.140)
Aquisição de ativo intangível	(92)	(177)
Aquisição do ativo biológico	(3.610)	(7.307)
Aquisições em aplicações financeiras	(162.332)	(103.806)
Resgate de aplicações financeiras	133.238	-
Aquisição de outros investimentos	(253)	(118)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	(51.668)	(123.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(7.292)	(10.044)
Pagamentos de principal s/ empréstimos e financiamentos	-	(4)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(7.292)	(10.048)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	12.125	(53.459)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.659	120.118
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78.784	66.659

A integra das notas explicativas e o parecer sem ressalvas de nossos Auditores Independentes "Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda", encontram-se à disposição na sede da Empresa e na plataforma digital deste mesmo jornal.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício		60.648	37.540
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		60.648	37.540

DIRETORIA
Alaidete Brenner
Diretora Presidente
CPF/MF: 398.635.730-00
Ricardo Alves de Moraes
Diretor Industrial
CPF/MF: 359.304.540-00

CONTADOR
Leonardo Rolim da Silva Figuero
Contador CRC/RS 077204/O-7
CPF 003.239.140-47

MPF Procuradoria da República em Goiás
Ministério Público Federal

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90002/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS – PR-GO, CNPJ nº 26.989.715/0014-27, torna público a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90002/2025, cujo objeto é a aquisição de materiais de consumo diversos, compreendendo materiais de expediente, materiais elétricos e eletrônicos, materiais ergonômicos, materiais de copa e cozinha para atender demanda da Procuradoria da República em Goiás (PR-GO), nos termos do Edital e seus anexos. O recebimento das propostas ocorrerá a partir do dia 21/03/2025. A abertura da sessão de lances será às 10 horas do dia 03/04/2025 no site www.gov.br/compras/pt-br. O Edital encontra-se no https://www.mpf.mp.br/go/transparencia/licitacoes/ano-2025. Informações adicionais através do e-mail: prgo-slde@mpf.mp.br - Processo n ° 1.18.000.000617/2024-11.

Goiânia, 20 de março de 2025.
FERNANDA GONZAGA ESPÍNDOLA CHAVES
Pregoeira

Mabel apresenta prestação de contas e revela dívida bilionária da Prefeitura

Prefeito de Goiânia, Sandro Mabel participou ontem de audiência para tratar das contas da gestão anterior. Gestor também disse que operações contra bares que desrespeitam legislação terão desdobramentos


Sandro Mabel ao lado de Valdivino Chaves (Fazenda): necessidade de renegociar dívida de R$ 3,6 bilhões

Beto Silva

Durante a prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2024, realizada na Câmara Municipal, o prefeito Sandro Mabel revelou que herdou dívida superior a R$ 3,6 bilhões e detalhou os valores não empenhados pela gestão anterior.

A prestação de contas é um requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nela, o gestor deve dar transparência aos dados de execução orçamentária dos quatro meses da gestão anterior, que se encerrou em 31 de dezembro.

Mabel disse que dificilmente conseguirá pagar todas as dívidas em sua gestão sem comprometer serviços básicos.

Por isso ele afirma que buscou renegociar as dívidas - na área da saúde, por exemplo, diversos contratos estão sendo revisados para garantir melhores preços de mercado. “Já fiz várias negociações, todas com 40% de desconto. Estamos priorizando áreas essenciais, como saúde, auditando e incorporando as despesas ao orçamento”, explicou o prefeito.

Mabel também afirmou que a intervenção na Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) tem funcionado na busca de reduzir gastos e tornar a empresa autossuficiente. A economia na companhia chega a R$ 30 milhões ao mês.

Secretário da Fazenda, Valdivino de Oliveira apresentou [em seu balanço] receita total de R$ 9,1 bilhões e despesas de R$ 9,5 bilhões.

A origem destas dívidas traz muitas dúvidas. Por exemplo, parte delas está relacionada a cancelamentos de empenhos ou despesas. Segundo o secretário, estas equer foram empenhadas. Assim, a prefeitura arca com compromissos não registrados oficialmente.

Segundo Valdivino, a Comurg concentra R$ 2,3 bilhões de dívida não empenhada.

A maior parte se refere a obrigações tributárias, que ultrapassam R$ 1,5 bilhão. Outros débitos incluem obrigações sociais (R$ 201 milhões), valores trabalhistas (R$ 96 milhões), fornecedores (R$ 65 milhões), consignados (R$ 63 milhões) e impostos a recolher (R$ 50 milhões).

Na área da saúde, as dívidas não empenhadas somam R$ 441 milhões, com destaque para os repasses às maternidades (R$ 248 milhões). Outros valores incluem consignados (R$ 50,8 milhões), prestadores do SUS (R$ 33,2 milhões), clínicas e hospitais (R$ 16,1 milhões), profissionais terceirizados (R$ 15,6 milhões), energia (R$ 7,5 milhões) e fornecimento de refeições (R$ 5 milhões).

O Instituto Municipal de Assistência à Saúde (Imas) também enfrenta dificuldades, com dívidas que chegam a R$ 233 milhões, incluindo pagamentos a prestadores e guias excedentes da pandemia de Covid-19.

A Secretaria Municipal de Administração (Semad) e a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra) acumulam dívidas de R$ 48,4 milhões e R$ 42,9 milhões.

Bares

Sandro Mabel também falou sobre operações ocorridas na última sexta-feira, 21, em que fiscais da Prefeitura de Goiânia e Procon Goiás autuaram e notificaram bares da Capital localizados no Setor Marista.

“Essa cidade é bagunça, não. Então, vocês me desculpem. Nós temos 50 bares para fechar”, disse, ao se referir que eles precisam ter alvarás de funcionamento e respeito de passagem para pedestres nas calçadas.

Exportação de carne para o Japão repercute em Goiás

Expectativa de abrir o mercado do Japão para a carne bovina brasileira, numa das missões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua viagem a Tóquio, repercute de forma favorável junto aos pecuaristas de Goiás

WANDELL SEIXAS

A expectativa de abrir o mercado do Japão para a carne bovina brasileira, numa das missões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua viagem a Tóquio, repercute de forma favorável junto aos pecuaristas de Goiás. Além dos compromissos diplomáticos, amanhã Lula participa do Fórum Empresarial Brasil-Japão, com empresários de ambos os países, e terá uma reunião com o primeiro-ministro Shigeru Ishiba.

O segmento, nem sempre simpático ao governo por sua identificação político-ideológica, reconhece a importância e a necessidade de ampliar a exportação de carne bovina. Um detalhe nesse processo: o presidente Donald Trump com a imposição de tarifas de 25% às importações contribui para o Brasil ocupar esse mercado de proteína animal.

Ao longo da viagem, Lula é acompanhado por uma comitiva de 11 ministros, além dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, além do senador Rodrigo Pacheco, do deputado federal Arthur Lira, entre outros parlamentares.

Do ponto de vista comercial, em 2024, o Japão foi o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia e terceiro maior destino de exportações brasileiras à região, com intercâmbio comercial de US$ 11 bilhões e superávit de US$ 148 milhões. Segundo o Banco Central (BC), em 2023, o Japão respondia por um total de US$ 35 bilhões em investimentos diretos no país, sendo o nono maior estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Brasil e o segundo maior investidor asiático.

De acordo com a diplomacia brasileira, um dos objetivos da viagem ao Japão é conseguir um compromisso político do país para que envie ao Brasil uma missão técnica das autoridades sanitárias japonesas para inspecionar as condições da produção de carne bovina do país. Esse seria um dos passos necessários para o Brasil acessar o mercado de carne bovina japonês, o terceiro maior importador de carne do mundo, um dos mercados mais cobiçados do segmento de proteína animal.

No Vietnã, que se tornou o quinto maior consumidor dos produtos agropecuários brasileiros, o objetivo também é fortalecer a parceria, tanto em nível comercial como diplomático. Um dos objetivos dessa visita é consolidar as etapas necessárias para elevar o Vietnã a parceiro estratégico do Brasil.

Em 2024, Brasil e Vietnã registraram um volume de comércio de US$ 7,7 bilhões, com superávit brasileiro de US$ 415 milhões. Em 2002, na última visita de Lula ao país, o comércio entre as duas nações era de apenas US$ 500 milhões.

AGENDA DO BIOCOMBUSTÍVEL

A tecnologia brasileira para a produção e uso de biocombustíveis é o foco da missão do setor sucroenergético e de bioenergia nesta semana no Japão, promovida com apoio da ApexBrasil. Lula participará do Fórum Brasil Japão 2025 no dia 26, realizado pelo Itamaraty com o apoio da CNI e a presença de 500 empresários. Evandro Gussi, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia, participará do painel "Descarbonização e Estratégias Energéticas".

"O etanol brasileiro é o de menor intensidade de carbono do mundo, com menor preço pelo carbono evitado. O etanol de cana-de-açúcar e milho de segunda safra brasileiro reduz entre 75% e 80% as emissões de carbono comparadas com a gasolina", afirma. A agenda do setor segue no dia 27 com o workshop Brasil-Japão – Biocombustíveis para descarbonizar os transportes, realizado pela Unica em parceria com o Instituto de Economia da Energia do Japão, uma think tank que estuda questões energéticas e prevê tendências futuras.

Na programação estão temas como o uso de combustíveis neutros em carbono no Japão, o potencial do etanol para o transporte marítimo, a mistura de etanol à gasolina para a mobilidade terrestre, assim como sua infraestrutura e distribuição.

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.

CNPJ/MF n° 01.571.702/0001-98

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	72.441	35.373	81.085	42.412
Contas a receber	56.643	65.946	63.383	75.501
Estoques	139.002	140.424	150.838	149.778
Impostos a recuperar	11.331	6.607	14.618	9.478
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.991	8.240	6.991	8.241
Outros créditos	9.240	6.351	13.202	9.369
Total do ativo circulante	**295.648**	**262.941**	**330.117**	**294.779**
Ativo não circulante				
Tributos a recuperar	839	839	839	839
Outros créditos	23.320	14.034	23.651	14.111
Tributo diferido	28.266	39.915	28.265	39.915
Total realizável a longo prazo	**52.425**	**54.788**	**52.755**	**54.865**
Investimentos	39.545	36.908	-	-
Imobilizado	291.922	284.530	298.273	288.104
Intangível	70.784	58.596	75.312	62.937
	402.251	**380.034**	**373.585**	**351.041**
Total do ativo não circulante	**454.676**	**434.822**	**426.340**	**405.906**
Total do ativo	**750.324**	**697.763**	**756.457**	**700.685**

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante				
Fornecedores	48.129	35.094	49.047	35.724
Empréstimos e financiamentos	4.816	31.791	5.340	32.113
Incentivos fiscais	2.257	1.614	2.257	1.614
Obrigações tributárias	5.241	5.925	5.553	6.383
Obrigações sociais e trabalhistas	16.764	19.649	17.909	20.579
Outras obrigações	37.484	29.321	37.497	29.361
	114.691	**123.394**	**117.603**	**125.774**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	193.190	129.696	195.680	129.696
Incentivos fiscais	2.966	5.358	2.966	5.358
Provisão para demandas judiciais	12.015	7.254	12.744	7.796
Outras obrigações	6.336	19.794	6.338	19.794
	214.507	**162.102**	**217.728**	**162.644**
Patrimônio líquido				
Capital social	156.486	156.486	156.486	156.486
Reserva de lucros	360.396	351.537	360.396	351.537
Transações de capital	(95.756)	(95.756)	(95.756)	(95.756)
Total do patrimônio líquido	**421.126**	**412.267**	**421.126**	**412.267**
Total do passivo e patrimônio líquido	**750.324**	**697.763**	**756.457**	**700.685**

Demonstrações dos resultados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita líquida de vendas	450.999	486.957	482.526	528.031
Custo dos produtos vendidos	(327.216)	(304.783)	(340.591)	(321.050)
Lucro bruto	**123.783**	**182.174**	**141.935**	**206.981**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	(37.365)	(38.066)	(40.049)	(40.405)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.838)	(614)	(3.860)	(620)
Despesas administrativas e gerais	(53.035)	(76.906)	(59.885)	(81.818)
Outras receitas (despesas) operacionais	28.323	27.751	27.320	26.424
Resultado de equivalência patrimonial	6.637	15.392	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	**64.505**	**109.731**	**65.461**	**110.562**
Receita financeira	16.724	6.843	17.719	8.167
Despesa financeira	(33.698)	(33.358)	(34.330)	(33.771)
Resultado financeiro líquido	**(16.974)**	**(26.515)**	**(16.611)**	**(25.604)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**47.531**	**83.216**	**48.850**	**84.958**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(328)	(1.892)	(1.647)	(3.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.650)	(11.921)	(11.650)	(11.921)
Resultado do exercício	**35.553**	**69.403**	**35.553**	**69.403**
Resultado do exercício básico e diluído por ação	**0,4223**	**0,8243**	**0,4223**	**0,8243**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Resultado do exercício	35.553	69.403	35.553	69.403
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente de exercício	**35.553**	**69.403**	**35.553**	**69.403**

Demonstrações do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
1) (+) Receitas	**476.197**	**516.079**	**507.224**	**557.133**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	450.381	486.607	481.406	527.663
Outras receitas	29.390	29.675	29.390	29.675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(3.574)	(203)	(3.572)	(205)
2) (-) Insumos adquiridos de terceiros	**(314.849)**	**(296.943)**	**(329.474)**	**(314.874)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(306.581)	(287.399)	(319.423)	(303.111)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.353)	(9.454)	(12.136)	(11.673)
Perda / Recuperação de valores ativos	2.085	(90)	2.085	(90)
3) (=) Valor adicionado bruto (1-2)	**161.348**	**219.136**	**177.750**	**242.259**
Depreciações e amortizações	(19.244)	(15.104)	(20.271)	(15.990)
5) (=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**142.104**	**204.032**	**157.479**	**226.269**
6) (+) Valor adicionado recebido em transferência	**17.085**	**22.235**	**17.718**	**8.167**
Resultado de equivalência patrimonial	6.637	15.392	-	-
Receitas financeiras	10.448	6.843	17.718	8.167
7) (+) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**159.190**	**226.267**	**175.197**	**234.436**
8) (=) Distribuição do valor adicionado	**159.191**	**226.267**	**175.197**	**234.436**
Pessoal	50.307	66.117	55.212	69.622
Pessoal + Remuneração direta+ Benefícios + FGTS	50.307	66.117	55.212	69.622
8.2) Impostos, taxas e contribuições	**5.656**	**16.446**	**7.152**	**18.382**
Federais	4.680	15.708	6.028	17.469
Estaduais	976	738	1.124	913
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**67.675**	**74.301**	**77.280**	**77.030**
Juros	27.422	33.358	34.330	33.771
Aluguéis	75	150	75	150
Outras	40.177	40.793	42.875	43.109
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	**35.553**	**69.403**	**35.553**	**69.403**
Lucros retidos	35.553	69.403	35.553	69.403

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício antes do IRPJ / CSLL	47.530	83.216	48.850	84.958
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação de imobilizados	14.191	11.626	15.002	12.364
Amortização de intangíveis	6.277	4.235	6.416	4.319
Baixa de imobilizado/Intangível	49	1.096	49	1.370
Equivalência patrimonial	(6.637)	(15.392)	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	(3.838)	420	(3.860)	426
Provisão a valor justos dos instrumentos financeiros derivativos	(5.496)	-	(5.496)	
Provisão para demandas judiciais	4.777	2.304	5.012	2.481
Juros e variação cambial incorridos	24.917	25.381	24.931	25.398
Provisão para perda de estoques	(7.203)	(226)	(7.203)	(2.328)
Provisão *Phantom Shares*	(13.288)	(571)	(13.288)	(571)
Amortização do custo de captação	333	-	333	-
	61.612	**112.089**	**70.746**	**128.417**
(Aumento) redução dos ativos				
Aplicação financeiras de curto prazo	-	5.144	-	5.144
Contas a receber de clientes	13.141	18.035	15.978	12.628
Estoques	8.625	(16.112)	6.143	(12.160)
Impostos a recuperar	(3.475)	15.782	(3.890)	15.516
Outros ativos	(6.679)	8.701	(7.877)	8.512
Subtotal	**11.612**	**31.550**	**10.354**	**29.640**
Aumento (Redução) dos passivos				
Fornecedores	14.909	(41.459)	12.611	(42.825)
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(2.885)	(8.486)	(84)	(9.507)
Obrigações tributárias	(332)	(3.575)	(478)	(3.805)
Incentivos Fiscais	(1.749)	1.247	(1.749)	1.247
Provisão para demandas Judiciais	(16)	(242)	(64)	(327)
Outros passivos	(6.899)	5.565	6.873	5.566
Subtotal	**16.826**	**(46.950)**	**17.109**	**(49.651)**
	90.050	**96.689**	**98.209**	**108.406**
IRPJ/CSLL pagos	(680)	-	(1.999)	(1.579)
Juros sobre financiamentos pagos	(24.136)	(25.357)	(24.205)	(25.373)
Caixa líquido proveniente da atividade operacional	**65.234**	**71.332**	**72.005**	**81.454**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(23.940)	(51.347)	(24.741)	(52.141)
Aquisições de intangível	(18.514)	(15.809)	(18.840)	(16.924)
Dividendos recebidos de controladas	4.000	21.000	-	-
Caixa líquido consumido na atividade de investimentos	**(38.454)**	**(46.156)**	**(43.311)**	**(69.065)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**10.288**	**(52.507)**	**9.979**	**(53.193)**
Pagamento de dividendos	(24.000)	(34.532)	(24.000)	(34.532)
Dividendos antecipados	(1.600)	(3.868)	(1.600)	(3.868)
Empréstimos e financiamentos captados	36.160	20.354	36.160	20.358
Empréstimos e financiamentos pagos	(272)	(34.461)	(582)	(35.151)
Caixa líquido gerado (consumido) na atividade de financiamento	**37.068**	**(27.331)**	**38.673**	**(40.804)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**37.068**	**(27.331)**	**38.673**	**(40.804)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.373	62.704	42.412	83.216
Saldo no final de caixa e equivalentes de caixa	72.441	35.373	81.085	42.412

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Transações de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**156.486**	**190.157**	**29.604**	**80.793**	**-**	**(95.756)**	**361.284**
Resultado do exercício	-	-	-	-	69.403	-	69.403
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	31.248	-	(1.301)	(29.947)	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.470	-	(3.470)	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-		(17.351)	-	(17.351)
Ajuste tributário	-	-	-	(1.069)	-	-	(1.069)
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	18.635	(18.635)	-	-
Total das transações entre acionista e reserva	-	31.248	3.470	16.265	-	-	50.983
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**156.486**	**221.405**	**33.074**	**97.058**	**-**	**(95.756)**	**412.267**
Resultado do exercício	-	-	-	-	35.553	-	35.553
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.888)	-	-	(8.888)
Dividendos adicionas	-	-	-	(17.806)	-	-	(17.806)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	35.553	(35.553)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**156.486**	**221.405**	**33.074**	**105.917**	**-**	**(95.756)**	**421.126**

Leilson Queiroz - CFO

Talita Leticia Barros - Controller - CRC GO-022961/O

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda., encontram-se disponíveis na sede da companhia.

Conselho de Educação edita diretrizes sobre celular em sala de aula

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou ontem (24) resolução com as diretrizes operacionais nacionais sobre o uso de celulares e outros dispositivos digitais em salas de aula

Agência Brasil

GUSTAVO MORENO/STF



Cada escola poderá estabelecer os critérios de permissão sobre o porte dos aparelhos

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou ontem (24) resolução com as diretrizes operacionais nacionais sobre o uso de celulares e outros dispositivos digitais em salas de aula.

A medida orienta que escolas e redes de ensino devem organizar capacitações e iniciativas para um ambiente acolhedor e preventivo, identificando sinais de sofrimento emocional e busque promover a saúde mental dos estudantes.

Está autorizado o uso desses aparelhos por parte dos estudantes do ensino fundamental e médio para fins pedagógicos, sempre com mediação dos profissionais de educação. Mas é vedado o uso para outros fins, inclusive nos intervalos e fora das salas de aula. A decisão prevê exceções para estudantes que necessitem de recursos de acessibilidade.

A recomendação é para que sejam respeitadas as competências e habilidades dos estudantes, com progressão gradual de acordo com o desenvolvimento da autonomia.

Cada escola poderá estabelecer os critérios de permissão sobre o porte dos aparelhos, assim como a forma pela qual eles serão guardados durante o período de aulas.

Uso de telas

No caso da educação infantil, o uso de telas e dispositivos digitais não é recomendado, sendo visto como algo razoável apenas em caráter excepcional, com mediação de um professor.

Neste mês, o governo federal lançou a publicação Crianças, Adolescentes e Telas: Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais, com o objetivo de construir um ambiente digital mais seguro, equilibrado e saudável.

Segundo o CNE, órgão de participação social do Ministério da Educação (MEC), a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 inclui ações da Estratégia Nacional Escolas Conectadas (Enec) para "garantir a educação e a cidadania digital nas escolas, promovendo o uso intencional e estratégico da tecnologia para potencializar o ensino e a aprendizagem". E tem como eixo central a proteção da saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes.

Outras orientações

A resolução do CNE orienta que escolas e redes de ensino devem organizar capacitações e iniciativas para um ambiente acolhedor e preventivo, identificando sinais de sofrimento emocional e buscando promover a saúde mental dos estudantes.

Existe também a preocupação com a formação continuada dos professores, funcionários e profissionais da educação voltados para a implementação digital e o uso pedagógico dos aparelhos.

Trump anuncia tarifa contra países que comprarem petróleo da Venezuela

O anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, foi publicado em uma rede social nesta segunda-feira

Agência Brasil

Os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela devem ser taxados em 25% em cima de qualquer produto que venha a comercializar com os Estados Unidos (EUA). O anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, foi publicado em uma rede social nesta segunda-feira (24). Segundo o comunicado, a tarifa começará a valer a partir do próximo dia 2 de abril.

"[A tarifa será implementada] por inúmeras razões, incluindo o fato de a Venezuela ter enviado propositalmente e enganosamente aos Estados Unidos, disfarçados, dezenas de milhares de criminosos de alto escalão e outros, muitos dos quais são assassinos e pessoas de natureza muito violenta", afirmou Trump.

O governo dos EUA acusa a Venezuela de enviar para o país membros da facção criminosa Tren de Aragua, considerada uma organização terrorista por Washington. Pouco mais de uma semana atrás, o governo Trump deportou 238 imigrantes venezuelanos para El Salvador acusados de integrarem essa organização.

As famílias e advogados dos deportados para o país centro-americano questionam a versão oficial da Casa Branca e afirmam que os imigrantes estão sendo acusados injustamente com objetivo de permitir sua deportação sumária.

Ainda de acordo com o presidente dos Estados Unidos, a taxação de 25% sobre os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela será adotada porque "a Venezuela tem sido muito hostil aos Estados Unidos e às liberdades que defendemos". Os atritos entre Washington e Caracas vem desde o governo do ex-presidente Hugo Chávez (1999-2013).

Venezuela

Até a publicação desta reportagem, o governo da Venezuela não havia se manifestado sobre o anúncio de Donald Trump.

A Venezuela já sofre com uma série de Medidas Coercitivas Unilaterais (MCU), chamadas também de sanções econômicas, aplicadas pelos EUA. A maior parte dessas medidas foi implementada ainda no primeiro mandato de Trump, entre 2017 e 2019.

No final de fevereiro, Trump anunciou o cancelamento de uma autorização para petroleira estadunidense Chevron atuar na Venezuela. Porém, o departamento responsável pelas sanções dos EUA prorrogou nesta segunda-feira (24) uma licença para Chevron atuar no país até o dia 27 de maio. Tal licença perderia a validade no início de abril.

Com o início da guerra na Ucrânia, o governo anterior de Joe Biden havia flexibilizado algumas sanções contra o país sul-americano, permitindo o retorno das exportações de petróleo cru para os EUA.

Polêmica

O especialista venezuelano Francisco Rodríguez, professor da Universidade de Denver, nos Estados Unidos, avalia que a decisão anunciada hoje é de difícil aplicação e que, por enquanto, os EUA continuam comprando óleo venezuelano, apesar do anuncio para suspender as atividades da Chevron.



Segundo o comunicado, a tarifa começará a valer a partir do próximo dia 2 de abril

"Se Repsol (empresa espanhola privada) compra petróleo venezuelano, os EUA poderão impor uma tarifa de 25% sobre todas as exportações espanholas? Isso sugere Trump. Mas a Repsol não é a Espanha e o governo espanhol não controla suas decisões comerciais", ponderou o pesquisador dos efeitos das sanções contra a Venezuela.

Para Rodríguez, a medida de taxar em 25% os países que comprarem o óleo venezuelano pode ter o efeito de privilegiar as exportações da Venezuela para os EUA caso as licenças da Crevron sigam sendo prorrogadas.

"Vale lembrar que muitas dessas licenças são emitidas por períodos curtos e renovadas rotineiramente. O melhor exemplo é a Licença Geral 5, que foi renovada 18 vezes. Não seria surpreendente se um padrão semelhante surgisse com a Chevron", completou o professor em uma rede social.



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Proteção

A respeito da declaração de Sandro Mabel, durante sua ida à Câmara Municipal de Goiânia, sobre um carroceiro lá no Jardim Novo Mundo, que estaria jogando lixo num canteiro e que o prefeito teria dito a ele, que, se aquilo continuasse, pegaria seu cavalo e o levaria para 'um frigorífico', a fala não agradou o vereador Lucas Vergílio, presidente da Comissão de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais da Câmara Municipal.

Esclarecimento

Lucas repudiou e disse que a declaração foi infeliz e desrespeitosa com a proteção animal e que a Comissão vai solicitar um esclarecimento da Prefeitura sobre isso.

Não

Até agora encenação no Supremo. A mulher que pixou 'Perdeu, Mané', na estátua símbolo do STF, não vai ficar 14 anos na cadeia. Forças contrárias ao 'direito brasileiro' já preparam a redução da sua pena.

Resultados

A verdade é que o direito brasileiro não só ocorre nos tribunais, mas nas torcidas organizadas, que influenciam os resultados. Isso é ruim para a democracia!

Crimes

Alguns partidários dos 'políticos organizados' abusam na quantidade de *fake news* espalhados nas redes sociais. Crimes que precisam ser combatidos!

Na estrada

Lula na estrada. Mais uma semana sem cuidar dos graves problemas que aflingem a economia brasileira. Mais uma.

Bolão

É fato: já existem apostas de que Jair Bolsonaro vai fugir do Brasil.

Unicef divulga vídeo de goiano influencer do anticapacitismo



No Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado no último dia 21, o perfil oficial do UNICEF no Instagram publicou um vídeo emocionante destacando João Vitor de Paiva, jovem ativista da instituição e influenciador digital. No conteúdo, João compartilha sua rotina, fala sobre o que gosta de fazer e reforça sua missão de auxiliar famílias que precisam de acolhimento, mostrando o impacto de sua atuação na sociedade. O Fundo diz que João Vitor 'faz a diferença'. A publicação do UNICEF ressalta a importância de dar espaço a narrativas como a de João Vitor de Paiva, que evidencia que a Síndrome de Down não define limites, mas sim possibilidades. Seu papel como ativista reforça que cada indivíduo tem direito a oportunidades, respeito e pertencimento. João é hoje um dos principais nomes na luta contra o anticapacitismo.

Agora, no ar, o podcast EmpoderaCast



O Goiânia Shopping lança o 'EmpoderaCast', um podcast que celebra histórias de mulheres inspiradoras e amplifica vozes femininas. A iniciativa integra a campanha 'Empodera ELA 2025', que promove ações de incentivo ao empreendedorismo e ao empoderamento feminino. A primeira temporada conta com quatro episódios, trazendo convidadas que compartilham desafios, conquistas e aprendizados em temas como carreira, fé e superação. Apresentado pela jornalista Juliana Carnevalli, o EmpoderaCast está disponível no YouTube (Goiania-Shopping), Instagram (@goianiashop) e TikTok.



- Alunos da Faculdade Assembleiana do Brasil, sob a liderança do professor, pastor e filósofo Giovani visitaram a Fazenda Samambaia, no município de Aurilândia, local onde em 1943, houve um grande avivamento da Assembleia de Deus de Madureira. O Avivamento de Samambaia é dos pilares históricos do pentecostalismo em Goiás.
- É, na guerra para ver quem vende mais, a Shein saiu na frente da famosa Gucci e da, sempre na frente, Nike. Não deu para essas duas últimas. Shein campeã.
- Do outro lado do balcão, o ministro da Economia, Fernando Haddad, dá seu pitaco e diz que a economia pode ser bem melhor este ano. Ele diz que a inflação irá surpreender positivamente este ano.
- Nas redes sociais, só tem haters. Pasmem, só haters!
- *'O meu corpo e o meu coração poderão fraquejar, mas Deus é a força do meu coração e a minha herança para sempre.'* **- Salmos 73:26**

'AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME SÃO GRAVES E JUSTIFICAM A PONDERAÇÃO NEGATIVA DA VARIÁVEL. A ACUSADA ADENTROU ESTABELECIMENTO COMERCIAL EM PERSEGUIÇÃO AO OFENDIDO, APÓS SACAR A ARMA DE FOGO, GERANDO INEQUÍVOCO PERIGO CONCRETO AOS FREQUENTADORES DO LOCAL, QUE ACENTUA A REPROVABILIDADE DA CONDUTA', MINISTRO GILMAR MENDES, SOBRE A DEPUTADA CARLA ZAMBELLI, QUE VAI SER CASSADA PELO STF

Deputado quer regulamentação da segurança dos rodeios

O deputado Gugu Nader (Avante) promoverá, nesta terça-feira, 25 de março, a partir das 9 horas, uma audiência pública com o objetivo de discutir a regulamentação de segurança dos rodeios no Estado



Audiência visa a estabelecer diretrizes claras para a realização dos eventos em Goiás

REDAÇÃO

O deputado Gugu Nader (Avante) promoverá, nesta terça-feira, 25 de março, a partir das 9 horas, uma audiência pública com o objetivo de discutir a regulamentação de segurança dos rodeios no Estado. A audiência visa estabelecer diretrizes claras para a realização dos eventos, com foco na proteção dos competidores, dos profissionais envolvidos, do público e no bem-estar dos animais.

O evento tem como base a necessidade de criar um marco regulatório que ofereça mais segurança e transparência nas práticas dos rodeios, além de promover uma fiscalização eficaz. A principal proposta em discussão será o "Manual do Rodeio Legal", que consiste em um conjunto de normas e procedimentos, com o intuito de padronizar as práticas, assegurar a conformidade legal e fortalecer a fiscalização nos eventos de rodeio realizados em Goiás.

"A segurança dos participantes e o bem-estar dos animais são prioridades para todos que lidam com os rodeios. Essa audiência pública será um espaço importante para ouvirmos as diferentes opiniões e chegarmos a um consenso que beneficie todos os envolvidos, garantindo que os rodeios sejam realizados de forma segura e responsável", declarou o deputado Gugu Nader.

O encontro será aberto ao público e contará com a participação de representantes do setor, autoridades e especialistas que debaterão as melhores formas de regulamentar as atividades de rodeio, contribuindo para a implementação de um ambiente mais seguro e ético em todo o Estado de Goiás.

Comissão discute proposta de transferir ambulantes das ruas da Região da 44

REDAÇÃO

Representantes dos ambulantes da Região da 44 se reuniram, nesta segunda-feira (24), com a comissão formada na Câmara para discutir a proposta de transferir os trabalhadores das ruas da região.

A reunião foi conduzida pelo vereador Heyler Leão (PP) e contou com participação dos vereadores Oséias Varão (PL) e Sanches da Federal (PP), além do secretário de Gestão, Negócios e Parcerias da Prefeitura, José Neto.

O grupo de trabalhadores apresentou contraproposta ao anúncio feito pelo prefeito Sandro Mabel (União Brasil), que pretende realocar os vendedores na Feira Hippie ou em galerias próximas, a partir de aluguel social, a preço mais baixo. O prazo final fixado para a mudança é 31 de março. A expectativa é de que o grupo deixe a informalidade.

No encontro, os ambulantes disseram representar três mil trabalhadores, que rejeitam as duas alternativas propostas pela Prefeitura. O grupo pede apoio aos vereadores e ao secretário de Gestão para viabilizar a permanência dos vendedores nas ruas, fora do horário comercial – entre 3h da madrugada e 7h30 da manhã e das 17h às 21h30.



Fio Direto

CLOVES **REGES**

clovesreges@gmail.com

Cobrança
Prevista para começar a ser cobrada em abril próximo, o prefeito Sandro Mabel (UB) disse recentemente que, muito provavelmente, a implantação da Taxa do Lixo começaria em maio ou junho deste ano. Vai depender, no entanto, da decisão da Justiça.

Valores
De acordo com a lei aprovada, a Taxa do Lixo terá o valor mínimo de R$ 258 e o máximo de R$ 1,6 mil. O valor cobrado levará em conta o tipo, a metragem e a localização dos imóveis. Essa fórmula é um dos questionamentos do MP-GO.

Municípios
O governador Ronaldo Caiado (UB) anunciou nesta segunda-feira (24) o repasse de R$ 38,6 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) a 235 municípios goianos.

Critérios
O montante refere-se ao Cofinanciamento Estadual e tem como destino os municípios que cumpriram os requisitos para recebimento do recurso, que pode ser utilizado para investimentos, incluindo aquisição de alimentos para as famílias vulneráveis.

Desequilíbrio
Matéria publicada na edição do Diário da Manhã de ontem (24) lembrou o colapso financeiro deixado pelas gestões de José Eliton e Marconi Perillo (PSDB) ao final de 2018. Naquele ano, parte da folha de novembro e a de dezembro não foram pagas.

Rombo
Segundo relatório da área técnica do TCE-GO, ao final do exercício de 2018, o estado de Goiás apresentava insuficiência total de caixa para quitação de suas obrigações no montante de R$ 6,73 bilhões, sendo 98% desse valor no Poder Executivo.

Positivo
A imposição de tarifas e barreiras comerciais do governo dos EUA fez com que a China retaliasse as medidas de Donald Trump, o que pode favorecer o mercado do agro brasileiro, que deve absorver parte da nova demanda chinesa.

Segurança
Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Gazeta de Pesquisas (Igape) a maioria dos moradores de Goiânia se sente segura na cidade. O levantamento apontou que 85% dos entrevistados consideram a capital um lugar seguro para viver.

STF começa a julgar hoje (25) denúncia contra Bolsonaro



A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux, começa, nesta terça-feira (25), a decidir se aceita ou não a denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros seis acusados. Segundo a PGR, Bolsonaro e os demais acusados integraram uma organização criminosa armada com o objetivo de promover um golpe de estado e, assim, subverterem a ordem democrática para que o ex-presidente continuasse no poder, mesmo tendo sido derrotado na eleição presidencial de 2022. Além de Bolsonaro, integram esse grupo de denunciados os ex-ministros Augusto Heleno (GSI), Braga Netto (Casa Civil), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Anderson Torres (Justiça), além do ex-comandante da Marinha Almir Garnier e do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que à época era diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Se a maioria do colegiado aceitar a denúncia, os acusados viram réus e vão responder a ação penal. Os indiciados podem responder pela prática de até cinco crimes: organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Se condenados por todos eles, podem pegar até 42 anos de prisão. O relator da matéria é o ministro Alexandre de Moraes. Os ministros terão três sessões para decidir o futuro de Bolsonaro e dos seus aliados.

Ministros foram mantidos
O plenário do STF negou provimento aos recursos das defesas dos acusados e decidiu manter os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino aptos a participarem do julgamento da denúncia contra Jair Bolsonaro e os demais acusados. A defesa alegou que as atuações anteriores dos ministros os impediriam de atuar no caso. O STF entendeu, no entanto, que "a atuação anterior de magistrados não pode fazer pressupor que deixarão de cumprir a lei em razão de suas associações pretéritas".

MP-GO questiona criação da taxa do lixo em Goiânia
Parecer da subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, assinando pela procuradora Fabiana Lemes Zamalloa, pede, em caráter cautelar, a suspensão da cobrança da chamada Taxa do Lixo em Goiânia, lei que foi aprovada em dezembro do ano passado, a poucos dias do término da gestão Rogério Cruz (Solidariedade). Segundo o MP-GO, a matéria, que é objeto de ADI no TJ-GO, padece de estudos técnicos e também não teria sido amplamente debatida com a sociedade.



Chiquinho Brazão, ainda deputado, completa um ano na cadeia

Parlamentar foi preso em 24 de março de 2024, acusado de ser um dos mandantes no assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018



Deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), preso há um ano, segue com mandato

REDAÇÃO

O deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) completou nesta segunda-feira (24) um ano na cadeia. O parlamentar, apontado pelas investigações como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) em 2018, foi preso pela Polícia Federal (PF) em 24 de março de 2024. A perda do mandato dele, no entanto, depende do aval do plenário da Câmara dos Deputados.

O rito para a cassação do deputado travou perto do final: Em 10 de abril de 2024, o plenário da Câmara votou para manter Brazão na cadeia por 277 votos a 129. Em 28 de agosto, o caso de Brazão foi votado pelo Conselho de Ética da Casa. A cassação do mandato do deputado foi aprovada pelos parlamentares membros do conselho, por 14 votos a 1.

A etapa seguinte seria o plenário da Casa. O presidente da Câmara precisa pautar o assunto para que ele seja avaliado pelos parlamentares. Isso ainda não aconteceu.

A deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), líder do Psol, partido de Marielle, já disse que levaria o assunto para as reuniões de líderes da Casa, cobrando que ele fosse pautado em plenário. A definição da data de votação cabe ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que assumiu o cargo em fevereiro de 2025. Talíria relembrou a efeméride neste domingo (23), em publicação feita em seu perfil no X, e cobrou a votação.

Enquanto o assunto não vai ao plenário, Brazão tecnicamente mantém seu mandato como deputado federal enquanto está preso. A verba de cota parlamentar do deputado está congelada, sem nenhum gasto registrado, desde abril do ano passado. Mas a estrutura do seu gabinete segue empregando 24 pessoas no ano de 2025, segundo o site da Câmara dos Deputados.

Governo ajusta Bolsa Família para evitar exclusão por aumento de renda

REDAÇÃO

O governo federal reforçou os mecanismos de proteção a famílias que vivem em situação de pobreza e são beneficiárias do Bolsa Família. Decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU) nesta segunda-feira (24) ajusta as normas para evitar o desligamento automático de quem teve aumento de renda e aperta as regras para o ingresso de famílias compostas por apenas uma pessoa.

Pelas novas regras, as famílias cuja renda mensal por pessoa ultrapassar o limite de R$ 218 (linha oficial da pobreza) poderão continuar no programa por um período determinado, que será fixado por ato do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias. Essa medida, conhecida como "regra de proteção", busca acomodar variações de renda temporárias, como empregos sazonais ou informais.

Além disso, o decreto prevê prioridade no reingresso ao programa, dentro de até 36 meses, para famílias que tiverem os benefícios cancelados ao fim desse período de proteção. A medida pretende evitar rupturas prolongadas no acesso à transferência de renda para quem volte a se enquadrar nos critérios de elegibilidade.

Governo muda regra do Bolsa Família e prevê entrevista presencial

Segundo novas regras, será necessária a entrevista quando o cidadão se inscrever no CadÚnico (Cadastro Único dos Benefícios Sociais) dizendo que faz parte de família de uma pessoa só

FOLHAPRESS

O governo federal alterou as regras do Programa Bolsa Família e tornou obrigatória as entrevistas presenciais em domicílio quando o cidadão se inscrever no CadÚnico (Cadastro Único dos Benefícios Sociais) dizendo fazer parte de uma família de uma pessoa só.

O que era uma recomendação da CGU (Controladoria-Geral da União) deve valer para novos beneficiários, mas não se aplicará a indígenas, quilombolas e moradores de rua.

No caso de quem já recebe o Bolsa Família, as normas sobre como será o procedimento para verificar a situação da família unipessoal ainda serão definidas.

As novas regras estão em decreto publicado nesta segunda-feira, 24, no Diário Oficial da União, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Há ainda outras alterações como o sigilo das informações contidas nos cadastros e a necessidade de se observar o percentual de famílias unipessoais a ser estabelecido pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

"As famílias compostas de uma só pessoa sem inscrição ou atualização cadastral realizada por meio de entrevista em domicílio não poderão ingressar no Programa Bolsa Família enquanto não forem realizadas essas ações", diz o texto.

Além disso, segundo a normativa, a manutenção de famílias compostas de uma só pessoa sem inscrição ou atualização cadastral realizada por meio de entrevista em domicílio será regulamentada sobre o MDS, que deverá determinar quais são as exceções a essa exigência.

Dados do MDS mostram que, dos 20,6 milhões de beneficiários atendidos pelo Bolsa Família em março, 3,5 milhões são famílias compostas por uma pessoa só. No ano passado, o governo cortou 4,1 milhões de benefícios por irregularidades, incluindo outros tipos de famílias.

O número de cadastros desse tipo cresceu no governo Bolsonaro, quando o Bolsa Família deixou de existir e passou a ser pago o Auxílio Brasil. Revisões constantes no programa realizadas desde 2023 diminuíram o total de cadastros do tipo, mas o número ainda é alto.

Em agosto de 2024, o Programa Bolsa Família atendeu a 4 milhões de famílias unipessoais e, em janeiro deste ano, investigação da CGU acendeu o alerta para a possibilidade de uso eleitoral do benefício, nas eleições para prefeitos e vereadores em 2024.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto com mudanças divulgadas no Diário Oficial da União

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.

HALEXISTAR Indústria Farmacêutica S/A

CNPJ/ME nº 01.571.702/0001-98 - NIRE nº 52.300.018.552

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 24/02/2025

DATA, HORA E LOCAL: Aos 24/02/2025, às 10h, na sede social da Companhia em Goiânia/GO. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **MESA:** Presidente: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Secretário: Zanone Alves de Carvalho. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Os conselheiros, por unanimidade, sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram: **(i)** a reeleição, para um mandato de 1 ano, com início em 14/03/2025, dos seguintes membros para compor a Diretoria: **• TIAGO SALINAS FERREIRA,** para o cargo de Diretor Presidente; **• LEILSON QUEIROZ DA SILVA**, para o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo; e **• RENATO SLOMKA DE OLIVEIRA**, para o cargo de Diretor Comercial. Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores, a não ser que de outra forma seja decidido pelos acionistas. Os Diretores ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei 6.404/76 para a investidura como membros da Diretoria. Assim, declararam que (i) não estão impedidos, mesmo que temporariamente, de exercer atividades inerentes à administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada (§3º do artigo 147 da Lei das SA); e **(ii)** não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesses conflitantes com o da Companhia. Os Diretores ora eleito tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse. (ii) a remuneração global para os Diretores aqui reeleitos, no montante de R$ 4.500.000,00 e a remuneração variável podendo atingir o limite de R$ 2.000.000,00, líquidas, restando estas remunerações estabelecida até o término do mandato, que desde já engloba todos os montantes relacionados a benefícios e verbas de representação. **ENCERRAMENTO:** Formalidades legais. Goiânia/GO, 24/02/2025. Zanone Alves de Carvalho - Secretário da Mesa. JUCEG - Certifico o registro em 11/03/2025 sob nº 20250599937, Protocolo: 200599937 de 07/03/2025. Suzana Fontes Borges Fileti - Secretária Geral.

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/MF nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 32.300.044.090

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 18/03/2025, às 16h30, na sede social Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. , na Avenida Juscelino Kubitschek, Qd. 19, Lote 01, 08 no Ed Gênezis, 5º andar, Bairro Jundiaí, Anápolis/GO, CEP 75100-390. **PRESENÇA**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA**: Presidente: Marcello Guidotti; e Secretário: Sidney Vilar Rodrigues Filho. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(a)** a convocação e a recomendação de aprovação, pela AGO a ser realizada em 16/04/2025, às 17h45: **(a.i)** das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **(a.ii)** da destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e distribuição de dividendos; **(a.iii)** da indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato; **(a.iv)** da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025; e **(b)** a publicação, em 19/03/2025, das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **DELIBERAÇÕES**: Após exame e discussão das matérias da ordem do dia, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições aprovar: **(a):** a convocação da AGO e recomendar: **(a.i):** a aprovação das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, sendo que tais documentos, incluindo o parecer dos auditores independentes, estarão disponíveis na sede da Companhia e serão submetidos à deliberação do acionista da Companhia na AGO. **(a.ii):** a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024, apurado no montante de R$ 169.541.630,17, o qual será submetido à deliberação do acionista da Companhia na AGO, conforme abaixo: **(a.ii.i)** constituição de reserva legal no montante de R$ 8.477.081,51, conforme disposto no artigo 193 da Lei das SA; **(a.ii.ii)** dividendos no valor de R$ 94.528.529,06, sendo que: (a.ii.ii.a) do valor total, R$ 27.823.656,57 que já foram pagos ao longo do ano de 2024, à título de dividendos intermediários; e (a.ii.ii.b) R$ 66.704.872,49 que já foram declarados, no decorrer do ano de 2024, como juros sobre o capital próprio. **(a.ii.iii)** constituição de reserva de retenção de lucros para orçamento de capital, no montante de R$ 66.536.019,60; **(a.iii):** a indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato. Os atuais membros do conselho de administração da Companhia informaram que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento, prevista no artigo 147 da Lei das SA e na Resolução CVM nº 80/2022, nos respectivos termos de posse caso sejam reeleitos na AGO; e **(a.iv):** a fixação da remuneração global dos administradores, até a próxima AGO destinada a apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2025, no valor total de até R$ 1.371.658,75. **(b):** a publicação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, a ser realizada em 19/03/2025 no jornal Diário da Manhã. O Conselho de Administração autorizou a diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Anápolis, 18/03/2025. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles, Roberto Borges Paiva, Mauro Oliveira Dias, Danillo de Matos Marcondes e Dani Ajbeszyc. Mesa: Sidney Vilar Rodrigues Filho - **Secretário.** Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG - Certifico o registro em 21/03/2025 sob nº 20250802228. Protocolo: 250802228 de 20/03/2025. Suzana Fontes Borges Fileti - Secretária Geral.

goialli

GOIÁS ALIMENTOS S/A
CNPJ.: 05.207.895/0001-53

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	2024	2023
Ativo	**28.845.157**	**18.969.907**
Disponibilidades	20.930	126.213
Contas a receber de clientes	21.173.717	7.916.446
Duplicatas Descontadas	-2.451.910	-5.979.244
Estoques	7.688.873	15.799.308
Impostos a recuperar	294.011	534.841
Adiantamentos a fornecedores	2.119.536	569.963
Outras contas a receber	0	2.380
	35.052.302	**33.305.776**
Realizável a longo prazo		
Impostos a Recuperar	264.543	409.529
Investimentos	3.773	423.626
Imobilizado	34.783.986	32.472.621
Total do Ativo	**63.897.459**	**52.275.683**

Passivo e Patrimônio Liquido	2024	2023
Circulante	**56.324.555**	**46.803.002**
Fornecedores	23.755.649	23.507.357
Financiamentos e empréstimos	15.243.510	4.811.327
Obrigações sociais e trabalhistas	3.108.964	1.392.779
Impostos e contribuições	12.279.389	10.566.116
Outras contas a pagar	1.937.043	6.525.423
Não Circulante	**198.369.904**	**189.855.500**
Financiamentos e empréstimos	184.782.773	175.977.870
Impostos e contribuições	13.587.131	13.877.630
Patrimônio líquido	-190.797.000	-184.382.819
Capital social	78.515.736	78.515.736
Adiantamento para futuro aumento capital	725.780	725.780
Capital a integralizar	-320.905	-320.905
Reserva de capital	130.912	130.912
Resultado acumulado	-265.133.528	-260.535.163
Resultado do exercício	-4.714.995	-2.899.179
Total do Passivo e Patrimônio Liquido	**63.897.459**	**52.275.683**

Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa	**2.024**	**2.023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	**-4.714.995**	**-2.899.179**
Depreciação e amortização		
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	1.743.420	1.269.393
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo	7.359.439	6.911.814
(Aumento)/ diminuição em contas a receber	-16.784.605	-1.341.841
(Aumento)/ diminuição nos estoques	8.110.435	-8.742.742
(Aumento)/ diminuição em impostos a recuperar	385.816	-65.183
(Aumento)/ diminuição em outros créditos	-1.547.193	-558.313
Aumento/(diminuição) em fornecedores	248.292	15.702.499
Aumento/(diminuição) em outras contas s pagar/Obrigações trabalhistas sociais e tributárias	-1.449.421	-4.243.230
(=) Total do Caixa líquido das atividades operacionais	**-6.648.812**	**6.033.218**
Fluxo de caixa das atividade de investimento:		
(-) Investimentos	419.853	-111.511
(-) Aquisição de imobilizado	-4.868.048	-15.573.067
(+) Baixa de imobilizado	813.263	0
(=) Total do Caixa líquido das atividades de investimento	**-3.634.932**	**-15.684.578**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento em Empréstimos e financiamentos	15.009.243	11.984.478
Pagamento em Empréstimos e financiamentos	-3.131.596	-2.226.818
Ajuste de exercício anterior	-1.699.186	0
(=) Caixa líquido das atividade de financiamento	**10.178.461**	**9.757.660**
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	-105.283	106.300
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	126.213	19.913
Caixa a equivalentes de caixa fim do exercício	20.930	126.213
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	**-105.283**	**106.300**

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	28.703.634	41.518.492
Venda de Serviços	16.484.059	15.551.809
Revenda de produtos	174.521	275.255
Deduções		
Impostos e deduções sobre as vendas	-8.583.402	-10.212.930
Receita operacional líquida	**36.778.812**	**47.132.626**
Custos dos produtos vendidos	**-24.557.060**	**-29.860.820**
Custos dos serviços prestados	**-5.042.933**	**-6.053.644**
Custos dos produtos revendidos	**-71.938**	**-105.301**
Lucro Bruto	**7.106.881**	**11.112.861**
Despesas/ receitas operacionais	**-3.676.638**	**-6.947.533**
Administrativas e gerais	-5.302.213	-7.165.882
Outras despesas / receitas operacionais	1.625.575	218.349
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**3.430.243**	**4.165.328**
	-8.145.238	-7.064.507
Receitas financeiras	1.400.476	93.176
Despesas financeiras	-9.545.714	-7.157.683
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**-4.714.995**	**-2.899.179**
Imposto de renda e contribuição social – Diferido		
Prejuízo do exercício	**-4.714.995**	**-2.899.179**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Capital social	Reservas de Capital	AFAC	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**78.515.736**	**130.912**	**725.780**	**-320.905**	**-260.535.163**	**-181.483.640**
Prejuízo do exercício					-2.899.179	-2.899.179
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**78.515.736**	**130.912**	**725.780**	**-320.905**	**-263.434.342**	**-184.382.819**
Ajuste de exercício anterior					-1.699.186	-1.699.186
Prejuízo do exercício					-4.714.995	-4.714.995
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**78.515.736**	**130.912**	**725.780**	**-320.905**	**-266.333.521**	**-190.797.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jalles Fontoura de Siqueira
Presidente do Conselho de Administração

Valdirene Gourete da Luz Silva
Contadora - CRC/GO 019699

STF reforça segurança e limita acesso a julgamento de trama golpista

Primeira Turma se reúne hoje para decidir se denúncia contra Bolsonaro e outros sete acusados por participação na tentativa de golpe de estado deve ser recebida ou rejeitada. Julgamento, ao que tudo indica, se encerrará amanhã, em Brasília

Cézar Feitoza
Ana Pompeu
Folhapress

GUSTAVO MORENO/STF



Plenário: ministros analisarão questões processuais e decidirão se há indícios de autoria ou materialidade

O STF (Supremo Tribunal Federal) montou um plano especial de segurança para o julgamento em que a Primeira Turma deve receber a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras sete pessoas pela trama golpista de 2022.

O esquema envolve a limitação do acesso ao edifício sede e aos anexos do Supremo, a manutenção dos gradis que cercam a corte e o monitoramento de possíveis ameaças.

O nível das restrições é estabelecido após análise de risco da Secretaria de Polícia Judicial. Desde o atentado a bomba em novembro de 2024, o Supremo tem sido mais rígido na definição dos planos de segurança.

O STF criou barreiras de checagem próximas à entrada da sede do tribunal. Só será autorizado o acesso de servidores da corte e de pessoas credenciadas para acompanhar o julgamento, como advogados e jornalistas.

A Segunda Turma do Supremo chegou a cancelar sua sessão de julgamento prevista para terça-feira, 25, a pedido do ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma. A expectativa era colocar um telão na sala e abrir o espaço para a transmissão do recebimento da denúncia contra Bolsonaro.

O plano acabou descartado pela segurança do STF. A ideia é restringir ao máximo o acesso do público ao tribunal diante das peculiaridades do julgamento e das ameaças diárias aos ministros detectadas pela Secretaria de Polícia Judicial.

O acesso ao subsolo e aos anexos em que ficam as turmas e os gabinetes dos ministros também ficará restrito. Segundo o STF, haverá ainda "maior controle de acesso, monitoramento do ambiente, policiamento reforçado e equipes de pronta resposta para emergências".

Sistema integrado

"O objetivo é assegurar a realização do julgamento e garantir a segurança de servidores, colaboradores, advogados e imprensa", diz o STF. O Supremo possui câmeras de segurança que permitem a identificação de pessoas que se aproximam do tribunal. O videomonitoramento é feito por mais de 300 câmeras de dez tipos diferentes.

O sistema é integrado a um banco de dados com fotos de pessoas identificadas como ameaças ao tribunal — condenados pelo 8 de janeiro, pessoas que enviaram emails ou cartas em ataque a ministros da corte, entre outros.

O CFTV (Circuito Fechado de Televisão) permite o cruzamento do banco de dados com a imagem das câmeras de segurança. Dessa forma, a polícia judicial pode atuar na prevenção de ataques de pessoas já monitoradas pelo tribunal.

O plano elaborado pela Secretaria de Polícia Judicial conta com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que também reforçará o policiamento nos arredores do Supremo.

A Primeira Turma do STF se reúne na terça-feira, 25, para decidir se a denúncia contra Bolsonaro e outros sete acusados por participação na trama golpista deve ser recebida ou rejeitada. A expectativa é que o julgamento seja encerrado na manhã de quarta-feira, 26.

Os ministros vão analisar questões processuais e decidir se há indícios de autoria e materialidade. Se a denúncia for recebida, os denunciados se tornam réus e passam a responder a ações penais no Supremo.

Kassio Nunes freia ação penal contra Zambelli

Folhapress

O ministro Kassio Nunes Marques pediu vista (mais tempo para analisar o caso) e interrompeu nesta segunda, 24, o julgamento da ação penal contra a deputada Carla Zambelli (PL-SP) no STF. Ele tem até 90 dias para devolver os autos.

No momento em que Kassio apresentou o pedido de vista, a corte tinha quatro votos para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, e à perda do mandato parlamentar por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma.

Porém, como o plenário virtual continua aberto a novos votos até a sexta, 28, outros ministros podem se manifestar até lá. Foi o que ocorreu com Cristiano Zanin, que se juntou ao entendimento dos colegas pela condenação. O placar, então, passou a ser 5 votos a 0.

Relator do caso, Gilmar Mendes se posicionou a favor dessa punição e foi seguido ainda na sexta (21) pelos ministros Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes e, no domingo, 23, por Flávio Dino. Até aqui, ninguém votou contrário.

O processo estava sob análise em plenário virtual (ambiente remoto por meio do qual os ministros depositam votos ao longo de, em geral, uma semana) e deveria ser encerrado até a próxima sexta, 28.

Zambelli foi tornada ré pela corte em agosto de 2023. Na ocasião, votaram pela abertura da ação penal 9 dos 11 ministros: o relator, Moraes, Cármen, Cristiano Zanin, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Rosa Weber e Luiz Fux.

Em nota nesta sexta, a parlamentar afirmou que, apesar de sua ter reivindicado, "seu legítimo direito de efetivar defesa oral, o pleito sequer foi analisado pelo ilustre relator do processo no STF".

Arma

A acusação do Ministério Público Federal foi feita após o episódio em que a deputada sacou e apontou uma arma para um homem no meio da rua em São Paulo, em 29 de outubro de 2022, na véspera do segundo turno das eleições presidenciais.

Na ocasião, a deputada bolsonarista perseguiu um homem negro após uma discussão no bairro dos Jardins, em São Paulo. Um segurança da parlamentar chegou a fazer um disparo e foi preso pela Polícia Civil.

Zambelli foi denunciada em janeiro de 2023 pela vice-procuradora-geral Lindôra Araújo. Além da condenação pelos dois tipos penais, a PGR pede que a parlamentar seja obrigada a pagar R$ 100 mil por danos coletivos e que seu porte de arma seja cancelado definitivamente.

ANDRESSA ANHOLETE/STF



Pedido de vista: ministro tem 90 dias para devolver os autos

Alckmin defende retirar inflação de alimentos do cálculo da Selic

Declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a inflação

Agência Brasil



Geraldo Alckmin, presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu, nesta segunda-feira (24), que o Banco Central (BC) desconsidere a inflação de alimentos e energia ao definir a taxa básica de juros, a Selic. A declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a inflação.

Alckmin mencionou o exemplo do banco central dos Estados Unidos, que retira esses dois índices do cálculo dos juros básicos da economia estadunidense. "Uma taxa de juros elevada, como a Selic, em 14,25% ao ano, ela atrapalha a economia, porque torna muito caro o custo de capital", disse, em evento promovido pelo jornal Valor Econômico.

Para o presidente em exercício, os aumentos nos preços de alimentos e energia são impulsionados por fatores externos e de natureza pontual, como eventos climáticos adversos e tensões geopolíticas, como guerras. Segundo o também ministro, esses eventos impactam os preços de forma significativa, mas não possuem uma relação direta com a política monetária e, portanto, com a taxa de juros.

"Alimento é muito clima. Se eu tenho uma seca muito forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento. E não adianta eu aumentar os juros que não vai fazer chover. Então eu só vou prejudicar a economia", disse, lembrando que no caso da energia, os preços do barril do petróleo são definidos internacionalmente.

Embora o Banco Central tenha entre seus objetivos principais o controle da inflação, a visão do ministro sugere uma análise mais flexível e atenta aos choques de oferta que podem influenciar os índices de preços.

"Então, eles [banco central dos EUA] excluem do cálculo [alimentos e energia]. Eu acho que é uma medida inteligente, e a gente realmente [pode] aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da inflação", explicou Alckmin.

"A redução da inflação é essencial. A inflação não é neutra socialmente, ela não é neutra, ela atinge muito mais o assalariado, que tem reajuste, normalmente, uma vez por ano e vê todo mês, todo dia, o seu salário perder o poder aquisitivo. Então, entendo, sim, que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco Central brasileiro", argumentou o presidente em exercício.

Alckmin também alertou para o impacto do aumento da Selic nas contas públicas. Segundo cálculos apresentados por ele, cada elevação de 1 ponto percentual na taxa básica de juros onera a dívida pública em aproximadamente R$ 48 bilhões.

Juros básicos

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

O índice está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o Copom aumentar mais uma vez os juros, em 1 ponto percentual, na reunião da semana passada, o quinto aumento seguido da Selic, em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira está aquecida, apesar de sinais de moderação no crescimento. Segundo o colegiado, a inflação cheia e os núcleos (medida que exclui preços mais voláteis, como alimentos e energia) continuam em alta. O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços continue alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

Copom

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic "em menor magnitude" na reunião de maio e não deixou pistas para o que acontecerá depois disso. Além de esperada pelo mercado financeiro, a elevação em 1 ponto havia sido anunciada pelo Banco Central na reunião de janeiro.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Haddad sai em defesa de arcabouço fiscal

Agência brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, saiu em defesa do arcabouço fiscal nesta segunda-feira (24), após uma declaração em evento promovido pelo jornal Valor Econômico provocar oscilações no dólar. Em postagem na rede X, o ministro comprometeu-se com o cumprimento das metas atuais do marco fiscal.

"Estão tentando distorcer o que falei agora em um evento do Valor. Disse que gosto da arquitetura do arcabouço fiscal. Que estou confortável com os seus atuais parâmetros. E que defendo reforçá-los com medidas como as do ano passado. Para o futuro, disse que os parâmetros podem até mudar, se as circunstâncias mudarem, mas defendo o cumprimento das metas que foram estabelecidas pelo atual governo", postou o ministro.

Ao discursar no evento, no início da manhã, Haddad citou a possibilidade de mudanças nos parâmetros do arcabouço fiscal. Ele ressaltou que as alterações só viriam num cenário que combinasse queda da Taxa Selic (juros básicos da economia), inflação sob controle e estabilidade na dívida pública.

"Quando você estiver numa situação de estabilidade da dívida/PIB, se você tiver uma Taxa Selic mais comportada e uma inflação mais comportada, você vai poder mudar os parâmetros [do arcabouço]. Na minha opinião, não deveríamos mudar a arquitetura", declarou Haddad.

Mercado financeiro

A fala provocou alvoroço no início das negociações no mercado financeiro. O dólar chegou a R$ 5,77 por volta das 9h45, mas desacelerou e estabilizou-se em R$ 5,73 após a postagem do ministro na rede X. Durante a tarde, a moeda norte-americana voltou a subir para R$ 5,75 após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar que pretende impor uma tarifa adicional de 25% sobre os países que comparem petróleo da Venezuela.

O arcabouço fiscal estabelece meta de déficit primário zero para 2025 e superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, 0,5% em 2027 e 1% em 2028. Em todos os anos, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. O superávit primário representa a economia de recursos para pagar os juros da dívida pública.

Além da meta de resultado primário, o arcabouço tem um limite de gastos, que prevê o crescimento real (acima da inflação) das despesas em 70% do crescimento real das receitas no ano anterior, dentro de uma trilha entre 0,6% e 2,5% de expansão, descontada a inflação.



Caldas Novas Transmissão S.A.

Leilão nº 008/2010 - LOTE C - SE Corumbá 345kV
CNPJ nº 13.317.273/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2024

Goiânia-GO Março de 2025

Senhores Acionistas,

A Administração da Caldas Novas Transmissão S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

1. HISTÓRICO

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma empresa de capital fechado, constituída em 25 de janeiro de 2011, oriunda do Consórcio Caldas Novas, que se sagrou vencedor no Leilão ANEEL nº 008/2010, no que tange ao Empreendimento denominado LOTE C, tendo como objetivo principal a ampliação da Subestação da UHE Corumbá, e n t ã o de propriedade de Furnas, hoje Eletrobrás, com a instalação de dois Autotransformadores rebaixadores (345/138 kV) para o atendimento dos consumidores da Região da cidade de Caldas Novas - GO, cujo suprimento é de responsabilidade da Distribuidora Equatorial. No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 003/2011, assumindo a responsabilidade pela construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos.

No dia 12 de agosto de 2011, a Companhia assinou com Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Contrato de Prestação dos Serviços de Transmissão nº 010/2011, assumindo a responsabilidade pelos serviços de transmissão de energia elétrica, obedecendo os Procedimentos de Rede, também pelo mesmo prazo.

As instalações da Caldas Novas Transmissão tiveram o início da operação integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 26/08/2013, com a emissão dos Termos de Liberação Parcial (TLP) de números 196, 197 e 198/P/9/2013 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 28/01/2015, foram emitidos os Termos de Liberação Definitivo (TLD) de números 048, 049 e 050/D/1/2015 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma sociedade de economia mista, e possui como acionistas ELETROBRÁS (49,90%), CEL ENGENHARIA LTDA (25,05%) e SANTA RITA COM. E INSTALAÇÕES LTDA. (25,05%), conforme estrutura abaixo:



3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

A Caldas Novas Transmissão S.A. possui a seguinte estrutura administrativa:



4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A Caldas Novas Transmissão S.A. iniciou seu Capital Social no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de sua constituição, em 25/01/2011, conforme Ato de Constituição. Em vista dos aportes acionários que foram efetuados ao longo do empreendimento, a Companhia possui atualmente um Capital Integralizado no valor de R$ 18.149.094,00 (dezoito milhões cento e quarenta e nove mil e noventa e quatro reais), conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) datada de 05/08/2019.

5. INVESTIMENTOS

A Caldas Novas Transmissão S.A. realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento. Em termos de investimentos para operação, em 2024, foram implementados um galpão e base de concreto para armazenamento de sobressalentes, e adquirido um PC Industrial para a SE Corumbá que totalizaram o valor de R$ 201.150,09 (duzentos e um mil e cento e cinquenta reais e nove centavos).

6. MEIO AMBIENTE

Após a conclusão dos serviços de implantação das instalações, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Caldas Novas Transmissão, em 09/08/2013, foi emitida pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH) a Licença de Funcionamento n° 1051/2016.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 308/99 a Caldas Novas Transmissão S.A. renovou contrato de auditoria externa com a Berkan Auditoria e Consultoria, no valor anual de R$ 22.571,14 (vinte e dois mil e quinhentos e setenta e um reais e quatorze centavos) para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2024.

8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

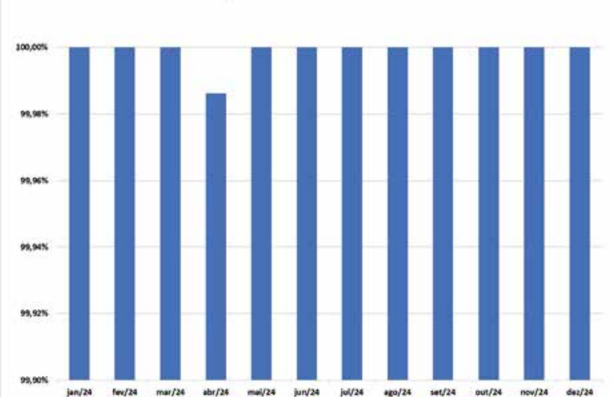
Os serviços Operação e Manutenção da Caldas Novas Transmissão foram realizados pela CEL Engenharia Ltda, referente às instalações da SE na UHE Corumbá, com um valor contratual mensal de R$ 103.069,53 (cento e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos) data-base 12-2024, reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Caldas Novas Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2024, ocorreram 2 (duas) eventos geradores de Parcelas Variáveis, sendo eles:

• Dia 09/04/2024, com duração de 3 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 1.936,65 proveniente de um desligamento automático na Função de Transmissão TR 345/138kV CORUMBA TR1 GO, ocasionado pela demora em ligar a LT 345kV Corumbá / Itumbiara devido falha no fechamento do disjuntor 8222 da SE Corumbá;

• Dia 09/04/2024, com duração de 3 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 1.936,65 proveniente de um desligamento automático na Função de Transmissão TR 345/138kV CORUMBA TR2 GO, ocasionado pela demora em ligar a LT 345kV Corumbá / Itumbiara devido falha no fechamento do disjuntor 8222 da SE Corumbá.



10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Caldas Novas Transmissão S.A.:

Dados Econômico-Financeiros	2024
Receita Operacional Líquida (R$ milhares)	6.977
Custo de Operação e Manutenção (R$ milhares)	(1.983)
Lucro Bruto do Exercício (R$ milhares)	**4.994**
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R$ milhares)	(1.069)
Resultado Financeiro Líquido (R$ milhares)	(168)
IR e Contribuição Social (R$ milhares)	(302)
Resultado do Exercício (R$ milhares)	**3.484**
Ativo Total (R$ milhares)	76.925
Passivo Total (R$ milhares)	(9.581)
Patrimônio Líquido (R$ milhares)	**(67.344)**

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2024 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R$ milhares)	**3.484**
Constituição de Reserva Legal 5% (R$ milhares)	174
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R$ milhares)	827
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	2.483

Atenciosamente,

Célio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Lauriston Severino **Antonio Dirceu Guimarães Machado**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.650	667
Concessionárias e permissionárias	6	827	798
Ativo contratual	7	6.202	5.977
Outros ativos		294	254
Total do ativo circulante		**8.973**	**7.696**
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	756	693
Ativo contratual	7	67.187	67.790
Imobilizado		9	10
Total do ativo não circulante		**67.952**	**68.493**
Total do ativo		**76.925**	**76.189**

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		270	106
Empréstimos e financiamentos	9	975	1.072
Obrigações tributárias		121	119
Obrigações sociais e trabalhistas		21	24
Dividendos a pagar	11.d	828	879
Outras contas a pagar		285	245
Total do passivo circulante		**2.500**	**2.445**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	2.142	2.971
Tributos diferidos	15.a	4.939	4.965
Total do passivo não circulante		**7.081**	**7.936**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		18.149	18.149
Reserva de lucros		49.195	47.659
Total do patrimônio líquido		**67.344**	**65.808**
Total do passivo e patrimônio líquido		**76.925**	**76.189**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**18.149**	**2.825**	**3.221**	**37.407**	**-**	**61.602**
Reversão de dividendos do exercício de 2022			1.383	-		1.383
Resultado do exercício	-		-	-	3.702	3.702
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal	-	185	-	-	(185)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-		-	-	(879)	(879)
Constituição da reserva retenção de lucros	-		-	2.638	(2.638)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**18.149**	**3.010**	**4.604**	**40.045**	**-**	**65.808**
Reversão de dividendos			879	-		879
Pagamento de dividendos mínimos não distribuídos em períodos anteriores			(2.000)			(2.000)
Dividendo não distribuído - Reclassificação	-	(273)	3.597	(3.324)	-	-
Destinação do resultado do exercício					3.484	3.484
Constituição da reserva legal	-	174	-	-	(174)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-		-	-	(828)	(828)
Constituição da reserva retenção de lucros	-		-	2.482	(2.482)	-
Saldo em 30 de junho de 2024	**18.149**	**2.911**	**7.081**	**39.203**	**-**	**67.344**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do período		**3.484**	**3.702**
Ajustado por:			
Impostos diferidos	15.a	(26)	119
Remuneração do ativo contratual	7	(5.768)	(5.702)
Ganhos/perdas do ativo contratual		171	(1.805)
Depreciação		1	1
Juros P&D		23	22
Juros de empréstimos e financiamentos	9.c	309	399
		(1.806)	**(3.264)**
Variação dos ativos e passivos operacionais			
Ativo contratual	7	5.975	5.744
Concessionárias e permissionárias		(29)	(38)
Outros ativos		(39)	191
Fornecedores		164	8
Obrigações tributárias		253	218
Obrigações sociais e trabalhistas		(3)	7

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Outras contas a pagar		17	32
Imposto de renda e contribuição social pagos		(251)	(211)
Caixa líquido das atividades operacionais		**6.087**	**5.985**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) redução nas Aplicações financeiras		(63)	226
Caixa líquido das atividades de investimento		**(63)**	**226**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11.d	(2.000)	(1.500)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	9.c	(951)	(1.173)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	9.c	(284)	(356)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(3.235)**	**(3.029)**
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		**983**	**(116)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		667	783
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.650	667
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**983**	**(116)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita líquida	12	6.977	8.151
Custo de operação e manutenção	13	(1.983)	(2.833)
Lucro bruto		**4.994**	**5.318**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	8	(486)	(485)
Remuneração do pessoal		(166)	(142)
Serviço de terceiros		(358)	(356)
Outras receitas e despesas operacionais		(59)	(62)
Total das despesas gerais e administrativas		**(1.069)**	**(1.045)**
Receitas financeiras		181	165
Despesas financeiras		(349)	(434)
Resultado financeiro líquido	14	**(168)**	**(269)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**3.757**	**4.004**
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.c	(283)	(248)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.c	10	(54)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**3.484**	**3.702**
Resultado por ação		**0,19**	**0,20**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	3.484	**3.702**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**3.484**	**3.702**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	31.12.2024	31.12.2023
Geração de Riqueza		
Receitas		
Receitas de operação e manutenção	1.978	1.267
Receitas de remuneração e ganhos/perdas do ativo de contrato	5.597	7.507
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.343)	(3.083)
Valor adicionado bruto	**5.232**	**5.691**
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**5.231**	**5.690**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	181	165
Valor adicionado total a distribuir	**5.412**	**5.855**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**(553)**	**(532)**
Remuneração direta	(465)	(453)
FGTS	(7)	(6)
Benefícios	(81)	(73)
Impostos, taxas e contribuições	**(997)**	**(1.159)**
Tributos federais	(651)	(719)
Tributos estaduais	(23)	(136)
Encargos setoriais	(319)	(304)
Outras taxas e contribuições	(4)	-
Remuneração de capitais de terceiros	**(378)**	**(462)**
Encargos de dívida e variação monetária	(332)	(398)
Aluguéis	(29)	(29)
Outras	(17)	(35)
Remuneração de capitais próprios	**(3.484)**	**(3.702)**
Dividendos mínimos obrigatórios	(828)	(879)
Lucros retidos	(2.656)	(2.823)
Valor adicionado distribuído	**(5.412)**	**(5.855)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Caldas Novas Transmissão S.A. ("Companhia"), com sede em Goiânia, Estado de Goiás, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em Assembleia Geral de Constituição em 25 de janeiro de 2011. A Companhia foi formada pelas vencedoras do Lote C do Leilão Público nº 008/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Atualmente, seu quadro acionário é composto por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Santa Rita Com. e Instalações Ltda. ("Santa Rita") e Cel Engenharia Ltda. ("Cel").

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela implementação, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA, e de entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

1.1 Da concessão

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2011 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás:

Instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA.

Entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.343/2024, emitida pela ANEEL em 09 de julho de 2024, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2024-2025 é de R$ 7.384 (R$ 7.105 no ciclo 2023/2024), já incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

continua...

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.
Devendo também construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para a obtenção dos licenciamentos.
Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:
Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O despacho 2.390/2024 publicado pela ANEEL em 20 de agosto de 2024 definiu quota mensal de R$ 14.570,82 (Quatorze mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e dois centavos), vigente de agosto/2024 a junho/2025.
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado e publicado pela ANEEL, de forma proporcional ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.131/2024 publicado pela ANEEL em 23 de julho de 2024 definiu contribuição total no valor de R$ 24.173,65 (vinte e quatro mil, cento e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), vigente de julho/2024 a junho/2025, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.
Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,25%.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (***International Financial Reporting Standards*** (IFRS), emitidas pelo ***International Accounting Standards Board*** (IASB)).
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

(ii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa de desconto aplicada ao ativo contratual representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

(iii) Margem de construção

A margem de construção foi calculada de acordo com um fluxo projetado, no qual considerou-se desembolsos com a saída de recursos para construção utilizando o CAPEX da concessão e estimou-se a amortização de acordo com as premissas de O&M definidas.

(iv) Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(v) Determinação das receitas de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é calculada levando em consideração a estrutura de custos previstas no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem que reflete a proporção do custo sobre a receita estimada.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

A obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de remuneração incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.
A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

• Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade do projeto de transmissão foi de 10,47% a.a.
• A remuneração do ativo contratual é estabelecida no início de cada projeto, em conjunto com a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato foi 8,13% a.a.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.
A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
(vii) Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e equivalentes de caixa", e "Concessionárias e permissionárias".

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.
Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras".

(viii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
Em 31 de dezembro de 2024, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT).

e. Ativo contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.
O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão (a partir da Receita Anual Permitida - RAP), ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).
A Receita Anual Permitida (RAP), é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. Outros investimentos feitos com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, que não tenham sido amortizados (bens reversíveis) até o término da concessão, podem refletir no direito de indenização pelo Poder Concedente.

f. Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.
Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

g. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 - IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Revisão do CPC 09 (R1)	Critérios de apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá o CPC 26 - IAS 1 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.	01/01/2027
IFRS 19	Divulgação reduzida em subsidiárias sem obrigação pública.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Fixo		5	7
Conta corrente - Caixa Econômica		1	382
Aplicação financeira - Banco do Brasil	Aplicação automática *	313	172
Aplicação financeira - Caixa Econômica Federal	FIC Giro**	1.331	106
		1.650	**667**

* Refere-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e é remunerada até 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
** Refere-se a Depósito Interfinanceiro (DI) a média de remuneração mensal é de 0,78% em 31 de dezembro 2024 (0,96% em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
CEF	FIC especial/personal RF LP *	756	693
		756	**693**

* Refere-se à aplicação financeira em cotas dos Fundos de Investimentos FIC ESPECIAL RF LP e FIC PERSONAL RF LP de carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa do Banco Caixa Econômica Federal, e estão vinculadas ao financiamento com o BNDES como garantia concedida à instituição financeira. As movimentações nessas aplicações requerem aprovação prévia do BNDES. A média de remuneração mensal é de 0,89% em 31 de dezembro de 2024 (1,07% em 31 de dezembro de 2023).

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)	686	664
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	132	127
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	9	7
	827	**798**

(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação do Operador Nacional do Sistema - ONS;
Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

7 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	6.202	5.977
Não circulante	67.187	67.790
Saldo do ativo contratual	**73.389**	**73.767**

O ativo contratual apresentou a seguinte movimentação nos exercícios:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**72.004**
Atualização monetária	5.702
Amortização do ativo contratual	(5.744)
Ganho em função da RTA (i)	1.805
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**73.767**
Atualização monetária	5.768
Amortização do ativo contratual	(5.975)
Perda em função da RTA (i)	(171)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**73.389**

(i) Quando são homologados os novos valores de receita, a companhia reconhece no resultado os efeitos entre a RAP projetada e a homologada para o ciclo.
A companhia obteve autorização para realizar o reforço por meio do Despacho ANEEL nº 3.601/2024, com um orçamento previsto de R$ 35 milhões. A Receita Anual Permitida (RAP) estimada para o reforço é de R$ 5 milhões.
O prazo final para a conclusão das obras é de 30 meses, com término previsto para maio de 2027.

8 Transação com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas e membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

		31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(a)	3	-	5	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	(a)	2	23		
COS Engenharia Ltda.	(b)	-	-	-	-
Cel Engenharia Ltda.	(b)	-	88	-	84

		31/12/2024		31/12/2023	
		Resultado		**Resultado**	
		Receita	**Despesa**	**Receita**	**Despesa**
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(a)	20	153	30	256
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	(a)	10	135	-	-
COS Engenharia Ltda.	(b)	-	-	-	657
Cel Engenharia	(b)	-	1.184	-	474

(a) Os valores apresentados referem-se ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI), Comissionamento, Ressarcimento e utilização da rede de energia elétrica.
Houve a incorporação de Furnas pela Eletrobrás em 2024, conforme informado na nota explicativa nº 11.a.
(b) Os valores apresentados correspondem ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção e Serviços de Manutenção realizados no período.

Remuneração dos administradores

A Remuneração dos administradores foi aprovado em AGOE no dia 30 de abril de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro 2024, a remuneração dos administradores com os encargos incidentes, totalizou R$ 486 (R$ 485 em 31 de dezembro de 2023), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

9 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	Data de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
BNDES Contrato 13211071015	2% a.a. + TJLP	Março/2028	3.117	4.043
			3.117	**4.043**
Circulante			975	1.072
Não circulante			2.142	2.971

b. Cronograma de pagamento

2025	975
2026	959
2027	959
2028	224
	3.117

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2022	**5.173**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.173)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(356)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(1.529)**
Outras Variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	399
Total das outras variações relacionadas com passivos	**399**
Em 31 de dezembro de 2023	**4.043**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(951)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(284)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(1.235)**
Outras Variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	309
Total das outras variações relacionadas com passivos	**309**
Em 31 de dezembro 2024	**3.117**

Os juros pagos estão sendo apresentados nas atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa por representarem custos na obtenção de recursos financeiros.

i. Garantias

A Companhia deu como garantia do contrato de empréstimo a alienação fiduciária 100% das ações emitidas,

j. *Covenants*

O contrato de financiamento do BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Comprometimento Sobre a Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 25%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, a qual, se ocorrer, deve ser previamente autorizada pelos agentes financeiros. Em 16 de dezembro de 2024, a companhia obteve a anuência do BNDES para a incorporação de Furnas pela Eletrobras, conforme estabelecido no 3º aditivo contratual firmado.

continua...

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de, no mínimo, 1,3, a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,3, a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida.

Adicionalmente, a Companhia precisará manter outra conta reserva com recursos equivalentes a, no mínimo, três vezes o valor do último pagamento vencido do contrato de O&M.

A Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato firmado com o BNDES.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício antes dos impostos	3.757	4.004
(+/-) Resultado financeiro líquido	168	269
(+) Depreciação	1	1
(+/-) Outras despesas/receitas não operacionais	-	-
(+) PIS e COFINS diferidos no exercício	(11)	64
(+/-) Receita de remuneração do ativo contratual	(5.597)	(7.507)
(+/-) Receita de operação e manutenção	(1.978)	(1.267)
(+/-) Receita anual permitida no exercício (Recebimentos)	7.948	7.012
Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	**4.288**	**2.576**

	31/12/2024	31/12/2023
A) Geração de caixa da atividade		
(+) Disponibilidade do exercício anterior	667	783
(+) Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	4.288	2.576
(-) IRPJ/CSLL pagos	(251)	(211)
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal e pagamento de juros	1.235	1.529
C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	**3,81**	**2,06**

ii. Índice de capital próprio

	31/12/2024	31/12/2023
Total do patrimônio líquido	67.344	65.808
Total do ativo	76.925	76.189
Índice de capital próprio (PL/ATIVO)	**88%**	**86%**

10 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão devido à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda ou de perda possível que requeresse divulgação.

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R$ 18.149 representado por 18.149.094 ações ordinárias, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Em 2024, foi concluído o processo de incorporação de Furnas pela Eletrobras, resultando na transferência das ações anteriormente detidas por Furnas diretamente para a Eletrobras. Essa operação, no entanto, não implicou alteração na quantidade total de ações emitidas nem modificou os percentuais de participação entre os acionistas.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a composição acionária permaneceu inalterada, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias subscritas	Capital (%)	Valor
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras.	9.056.398	49,90%	9.057
Santa Rita Com. e Instalações Ltda.	4.546.348	25,05%	4.546
Cel Engenharia Ltda.	4.546.348	25,05%	4.546
	18.149.094	**100%**	**18.149**

a) Reserva de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e a reserva de retenção de lucros.

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definida no estatuto social da Companhia. O valor desta reserva em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.911 (R$ 3.010 em 31 de dezembro de 2023).

A reserva de retenção de lucros é deliberada em ata anualmente e foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 39.203 (R$ 40.045 em 31 de dezembro de 2023).

b) Reserva especial de lucros

A reserva especial de lucros está composta por dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos por indisponibilidade de caixa, sua constituição e pagamento é deliberado em ata, o saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 7.081 (R$ 4.604 em 31 de dezembro de 2023).

c) Dividendos a pagar

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, outras reservas previstas no estatuto e a absorção de prejuízos acumulados.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja paga no decorrer do exercício de 2024, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**3.484**
(-) Reserva legal - 5%	(174)
Base dividendos	**3.310**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	828
Saldo de dividendos a distribuir	**828**
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**879**
Reversão de dividendos não distribuídos	879
Pagamento de dividendos mínimos não distribuídos em períodos anteriores	
Pagamento de dividendos relativos à 2021 e 2022	(2.000)
Dividendos mínimos obrigatório	828
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	**828**

12 Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas relativas à operação e manutenção	1.978	1.267
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	5.597	7.507
Receita operacional bruta	**7.575**	**8.774**
(-) PIS e COFINS corrente e diferido	(279)	(320)
(-) Encargos regulatórios (*)	(319)	(303)
Receita operacional líquida	**6.977**	**8.151**

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, TSFEE e Conta de Desenvolvimento Energético.

13 Custo de operação

Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais (i)	(282)	(1.120)
Serviços de Terceiros	(1.598)	(1.507)
Seguros	(80)	(69)
Outros	(22)	(137)
Total custo de operação	**(1.983)**	**(2.833)**

(i) Variação decorrente da aquisição de materiais sobressalentes.

14 Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	181	165
	181	**165**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(309)	(399)
Juros P&D	(23)	(22)
Outras despesas financeiras	(17)	(13)
	(349)	**(434)**
Resultado financeiro líquido	**(168)**	**(269)**

15 Impostos e contribuições

a) Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

		31/12/2024				
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Impostos diferidos**	**Baixas diferido**	**Total resultado**	**Total Passivo**	**31/12/2023**
PIS diferido	73.389	36	(39)	(3)	477	480
COFINS diferido	73.389	168	(179)	(11)	2.202	2.213
		204	**(218)**	**(14)**	**2.679**	**2.693**
IRPJ diferido	73.389	113	(120)	(7)	1.468	1.475
CSLL diferido	73.389	60	(65)	(5)	792	797
		173	**(185)**	**(12)**	**2.260**	**2.272**
Total		**377**	**(403)**	**(26)**	**4.939**	**4.965**

		31/12/2023				
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Impostos diferidos**	**Baixas diferido**	**Total resultado**	**Total Passivo**	**31/12/2022**
PIS diferido	73.767	49	(37)	12	480	468
COFINS diferido	73.767	225	(172)	53	2.213	2.160
		274	**(209)**	**65**	**2.693**	**2.628**
IRPJ diferido	73.767	150	(115)	35	1.475	1.440
CSLL diferido	73.767	81	(62)	19	797	778
		231	**(177)**	**54**	**2.272**	**2.218**
Total		**505**	**(386)**	**119**	**4.965**	**4.846**

b) PIS e COFINS - Dedução da receita

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Anual Permitida (RAP) (*)	7.948	7.012
Valores de PIS e COFINS	(290)	(256)
Imposto corrente no resultado	**(290)**	**(256)**
Receita de remuneração	5.597	7.507
PIS e COFINS - Diferido	(204)	(274)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	218	210
Outros	(3)	-
Imposto diferido no resultado	**11**	**(64)**
PIS e COFINS dedução da receita	**(279)**	**(320)**

(i) O valor global da Receita Anual Permitida (RAP) é composta por Receita de Transmissão de Rede Básica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Receitas com Contrato de Compartilhamento de instalações.

c) Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita Anual Permitida (RAP)[1]	7.948	7.948	7.012	7.012
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	636	954	561	841
Receitas financeiras	181	181	165	165
Base de cálculo	817	1.135	726	1.006
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(123)	(102)	(109)	(90)
Adicional de 10% - IRPJ	(58)	-	(49)	-
Imposto corrente no resultado	**(181)**	**(102)**	**(158)**	**(90)**
Receita de remuneração e ganhos por efeito da RTA/RTP	5.597	5.597	7.507	7.507
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	448	672	601	901
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido no resultado	**(113)**	**(60)**	**(150)**	**(81)**
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	**120**	**65**	**115**	**62**
Outros	**(2)**	**-**	**-**	**-**
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	**(176)**	**(97)**	**(193)**	**(109)**

(i) O valor global da Receita Anual Permitida (RAP) é composta por Receita de Transmissão de Rede Básica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Receitas com Contrato de Compartilhamento de instalações.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Classificação dos instrumentos financeiros

		Valor Justo		Valor Contábil	
	Níveis	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Fundo fixo e conta corrente		6	389	6	389
Concessionárias e permissionárias		827	798	827	798
		833	**1.187**	**833**	**1.187**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	1	2.400	971	2.400	971
		2.400	**971**	**2.400**	**971**
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores		270	106	270	106
Empréstimos e financiamentos		3.117	4.043	3.117	4.043
		3.387	**4.149**	**3.387**	**4.149**

16.2 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

16.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber (concessionária e permissionária, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Empréstimo e financiamento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Prefixada	80	160	720	2.157	3.117

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras: a Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros: na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

(v) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

(vi) Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas.

Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

(vii) Risco Técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original.

Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). Para tanto, a Companhia dispõe de seguros contratados, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 17).

(viii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

(ix) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024 averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		10,89	8,17	5,45
Aplicações financeiras		2.400	2.661	2.596	2.531
Remuneração estimada			261	196	131
Efeitos no resultado				(65)	(131)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,97	9,96	11,96
Empréstimos e financiamentos		3.117	3.365	3.427	3.490
Juros estimados			248	310	373
Efeitos no resultado				(62)	(125)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.

17 Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Valor Segurado	Vigência
Responsabilidade Civil	15.858	13/09/2024 a 13/09/2025
Risco Operacional	74.232	13/09/2024 a 13/09/2025

18 Questões Ambientais

O licenciamento ambiental está em processo de renovação junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos hídricos de Goiás - SEMARH. Abaixo resumo da licença correspondente a Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA:

Órgão Emissor	Empreendimento	Nº da Licença	Emissão	Validade
SEMARH	Subestação Corumbá	10159/2012	09/08/2013	Em processo de renovação (*)

(*) Renovação solicitada, porém ainda não renovada. Conforme a Lei 140/11, artigo 14, se a solicitação de renovação for realizada até 120 antes do vencimento fixado, a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

* * *

LAURISTON SEVERINO:08311234191

EDSON JUNIOR DA SILVA:00014075113

Lauriston Severino
CPF: 083.112.341-91
Diretor-administrativo-financeiro

Credibile Soluções Contábeis e Emp. SS Ltda.
Edson Júnior da Silva
Contador Responsável
CPF: 000.140.751-13
CRC/GO 021788/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Caldas Novas Transmissão S.A.
Goiânia - GO

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Caldas Novas Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caldas Novas Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reservas de lucros

Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, as reservas de lucros da Companhia estão excedentes ao valor do capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023. De acordo com o Art. 199 da Lei 6.404/76, redação dada pela Lei 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não deve ultrapassar o valor do capital social. Quando esse limite for atingido, a assembleia deverá deliberar sobre a aplicação do excesso, podendo ser utilizado para o aumento do capital social ou para a distribuição de dividendos. Neste contexto, a Companhia está avaliando a melhor alternativa para adequar sua estrutura patrimonial em conformidade com a legislação vigente. Nossa opinião não está modificada por conta deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

continua...

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau (SC), 26 de fevereiro de 2025.

Berkan CONSULTORIA & AUDITORIA
Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

TATIANE SCHMITZ:07917230970
Tatiane Schmitz
Sócia - Contadora CRC SC nº 038070/O-0

Atividade doméstica está entre profissões que pagam mais para brancas do que para negras

Números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e IBGE revelam desigualdade salarial em profissão já estigmatizada no âmbito social e jurídico

Folhapress

A renda média de faxineiras, cozinheiras e babás negras correspondia a 86,1% do ganho das profissionais brancas entre 2012 e 2022. Ainda que tenha em sua sua maioria mulheres negras, o trabalho doméstico está entre as profissões que pagam mais para brancos do que para pretos e pardos.

A desigualdade salarial se agravou ao longo dos anos e mulheres negras passaram a ganhar ainda menos do que brancas, segundo levantamento divulgado na última sexta-feira, 21, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, pelo Cedra (Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais).

Enquanto em 2012 trabalhadoras pretas e pardas recebiam, em média, R$ 503,23 e empregadas brancas ganhavam cerca de R$ 576, em 2022 os salários eram de R$ 978,35 e R$ 1.184,57, respectivamente —um crescimento de 4,8 pontos percentuais na desigualdade.

O levantamento tem como base números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2012 a 2023.



Brasil manteve herança escravocrata: pessoas agem como se domésticas, principalmente as negras, tivessem que apenas servir

Para a coordenadora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e secretária-geral da Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas, Cleide Pinto, o dado não surpreende.

"O Brasil carrega uma herança escravocrata em que as pessoas agem como se as trabalhadoras domésticas, principalmente as negras, tivessem a obrigação de servir. Essa discriminação faz com que, quando tem uma mulher branca, ela ganhe mais, mesmo que saiba fazer a mesma coisa que a mulher negra."

A distinção aparece também na distribuição de funções e cargos e profissionais negras com cursos e certificações de cozinheiras ou cuidadoras, por exemplo, podem ser preteridas por trabalhadoras brancas. "Você pode ter até a instrução, mas se tiver uma mulher branca, vão preferi-la."

É comum, segundo a coordenadora, que as negras ocupem funções mais escondidas da casa, para que as famílias não tenham contato. Já o cargo de governanta, com um salário maior, costuma ser reservado às mulheres brancas, o que intensifica a diferença salarial.

Chefia

O levantamento do Cedra também analisou a composição dos cargos de chefia no Brasil. Pessoas pretas e pardas representavam, em média, 55,2% da população brasileira entre 2012 e 2023, de acordo com o IBGE, mas ocuparam cerca de 31,8% dos cargos gerenciais nesse período.

Em 2012, pessoas negras eram 53% da população e ocupavam 31,5% das funções gerenciais. Já em 2023, pretos e pardos representavam 56,5% da população, mas apenas 33,7% dos cargos gerenciais.

Os dados representam um aumento na proporção de negros na população em 3,5 pontos percentuais. Já no recorte da ocupação, o aumento foi de 2,2 pontos percentuais.

O levantamento mostra que havia proporcionalmente mais mulheres brancas em cargos gerenciais do que na população entre 2012 e 2023, enquanto mulheres negras eram sub-representadas nessas posições.

A proporção de funcionárias brancas em cargos gerenciais aumentou 1,5 ponto percentual de 2012 a 2023, enquanto a população diminuiu de 24,1% para 22% no período.

Já trabalhadoras negras aumentaram tanto nos cargos gerenciais (1,3 pontos) quanto na população (de 26,5% em 2012 para 28,5% em 2023), mas seguiram sub-representadas, com aumento da desigualdade.

Goiás recebe Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho para debater geração de empregos

Beto Silva

Goiânia sedia hoje a 143ª Assembleia Geral Ordinária do Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho (Fonset), evento que reúne desde ontem gestores estaduais e especialistas para debater políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho. Com o tema “Os novos rumos das relações de trabalho e o fenômeno da precarização do trabalho formal”, o encontro ocorre no Centro Cultural Oscar Niemeyer e busca soluções para ampliar a geração de empregos e a qualificação profissional no país.

Presidente do Fonset, Vladyson Viana, secretário do Trabalho do Ceará, destacou a importância do evento para o intercâmbio de experiências entre os estados. “O trabalho é um determinante social, que garante renda e acesso a direitos básicos, como moradia, educação e mobilidade. Este fórum nos permite trocar boas práticas e aprimorar políticas públicas”, afirmou.

Durante a abertura, o governador Ronaldo Caiado ressaltou os avanços de Goiás na geração de empregos e na redução da pobreza, apontando o estado como referência nacional no setor. O secretário da Retomada, Cesár Moura, também enfatizou a importância da qualificação profissional, com mais de R$ 70 milhões investidos anualmente pelo governo estadual. “Nosso desafio é transformar a capacitação em uma ferramenta real de inclusão produtiva, permitindo que mais pessoas ingressem no mercado de trabalho e melhorem sua renda”, disse.

Cenário

Goiás tem hoje a menor taxa de desocupação dos últimos 11 anos, com 4,8%, abaixo da média nacional de 6,2%. O estado também registra uma redução histórica da informalidade, além de ser líder em inclusão produtiva, com a menor taxa de extrema pobreza do país, de 0,8%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Fonset foi fundado em 1989 e atua na formulação de políticas públicas para o setor de trabalho, fortalecendo a participação dos estados na definição de ações nacionais.

Caiado reitera lançamento de pré-candidatura em Salvador

Governador de Goiás emite nota em que confirma solenidade de lançamento da pré-candidatura a presidente no dia 4 de abril, em Salvador. Opositores tentam segurar candidatura de Caiado com receio de rápido crescimento após evento de abril

Welliton Carlos

GUSTAVO MORENO/STF



Ronaldo Caiado desmente notícias plantadas na tarde de segunda-feira: "Sei que minha postura de oposição ao governo do PT incomoda aqueles que estão no poder"

A política é feita de jogadas estratégicas para quem busca o poder. No caso do governador Ronaldo Caiado, a estratégia é clara: mostrar sua qualificada aprovação como governador [a melhor do país, segundo institutos diferentes como Quaest e Paraná Pesquisas, com mais de 86% de aprovação] e sua reputação junto à direita desde a década de 1980 quando inaugurou a bancada ruralista no Congresso Nacional.

A questão é que os adversários - ao contrário - jogam fora das regras: na primeira metade desta segunda-feira alguns veículos de comunicação cogitaram que o governador suspenderia o lançamento da pré-campanha diante da reviravolta do cantor Gusttavo Lima, que desistiu de disputar as eleições em 2026.

A fakenews divulgada sem consultá-lo atende ao grupo que deseja manter parte de seu partido, o União Brasil, alinhado a Lula. A minoria da legenda deseja compor com a gestão petista - exatamente a legenda a qual Caiado sempre se colocou em embates históricos, desde a campanha presidencial de 1989, em que ele protagonizou duros enfrentamentos com Lula.

Nos bastidores, já estava claro que opositores dos candidatos de direita - não só o governador de Goiás, mas Jair Bolsonaro também - tentam desarticular a campanha de Caiado, uma vez que reconhecem nele a candidatura com maior capacidade de crescimento dentre os indecisos, pois ele tem menor rejeição nas pesquisas e perfil mais contundente nos embates numa reta final de campanha. É a candidatura mais franca e objetiva possível, ideal para puxar a direita até o segundo turno.

Nota

Atento às estratégias baixas, o grupo do governador rebateu as ações que visam sufocar sua pré-candidatura. Em nota emitida ontem, Caiado deixou claro: 1) é pré-candidato. 2) no dia 4, no Centro de Convenções de Salvador (BA), lançará seu nome ao Palácio do Planalto. 3) é oposição ao governo Lula.

"Diante de notícias infundadas que circulam nas últimas horas, reafirmo que o evento de lançamento da minha pré-candidatura à Presidência da República está confirmado para o dia 4 de abril, em Salvador (BA). Na ocasião, além de oficializar minha pré-candidatura, terei o privilégio de receber o título de Cidadão Baiano e a Comenda 2 de Julho, a mais alta honraria concedida pela Assembleia Legislativa da Bahia", diz na nota.

"Sei que minha postura de oposição ao governo do PT incomoda aqueles que estão no poder, mas isso não abala minhas convicções. Estou determinado a apresentar uma plataforma de mudança para o Brasil. O debate político e o contraditório são pilares da democracia, e o país não pode adiar uma discussão séria sobre seu futuro", arremata Ronaldo Caiado, que assina "governador de Goiás e pré-candidato a presidente da República".

Governo reforça apoio a famílias vulneráveis com repasse de R$ 38 milhões

Medida procura fortalecer políticas sociais que apoiam famílias em situação de vulnerabilidade. Em solenidade no Palácio das Esmeraldas, Caiado ressaltou importância das parcerias com municípios

Redação

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, anunciou ontem repasse de R$ 38 milhões aos municípios goianos por meio do Cofinanciamento de Assistência Social. A medida visa fortalecer as políticas locais de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, complementando programas estaduais como Mães de Goiás, Aluguel Social e Goiás Por Elas.

Durante o evento no Palácio das Esmeraldas, Caiado ressaltou que o cofinanciamento se tornou uma realidade após anos de espera. “Nosso compromisso é investir na pessoa e assegurar que nenhum goiano fique desamparado”, disse.

Os recursos serão destinados a 235 municípios goianos, com os valores condicionados à comprovação de uso da verba recebida no ano anterior. O objetivo é garantir que os recursos sejam bem aplicados e gerem impacto positivo na vida das famílias atendidas pelas políticas sociais locais.

O Cofinanciamento de Assistência Social faz parte das ações do Goiás Social e já havia sido anunciado no 1º Encontro de Gestores e Trabalhadores da Assistência Social de Goiás.

Na ocasião, discutiu-se o aprimoramento das políticas públicas e a gestão eficiente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Desde 2021, o governo estadual já repassou R$ 101 milhões às prefeituras.

Centro Cultural Oscar Niemeyer terá ponto turístico e gastronômico

Redação

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Retomada e da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias), abriu licitação para concessão de uso da área do terraço do Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), tendo em vista implantação de um restaurante. O objetivo é atrair parceiros privados e permitir que a sociedade goiana tenha mais um espaço de lazer com vista privilegiada da capital, às margens da GO-020 e BR-153.

O processo licitatório será na modalidade de concorrência presencial, com o critério de julgamento adotado de maior oferta a ser paga ao Governo de Goiás pela concessionária, referente ao valor da parcela de outorga fixa - inicial de R$ 28.012,73, de preço mínimo mensal. Os interessados devem entregar envelopes da documentação no dia 20 de maio de 2025, na sede da Secretaria de Estado da Retomada, às 9 horas, horário da abertura da sessão pública de licitação, modalidade Concorrência. O edital está disponível no site www.goias.gov.br/retomada.

A concessionária terá a obrigação de realizar os investimentos obrigatórios referentes à construção de uma área de apoio ao restaurante, no valor estimado de R$ 813.973,14, os quais serão compensados nos primeiros 33 meses da concessão. Considerando o terraço, que fica no prédio administrativo, e a extensão de apoio, a empresa vencedora poderá explorar uma área total de 1.547,10 m².

Os interessados devem apresentar proposta para a realização das tarefas de investimento, gestão, operação, manutenção e exploração econômica da área da concessão, de acordo com as normas do edital e anexos. A concessão de uso terá o prazo de 10 anos.

“Vai existir luta em campo”, garante técnico Dorival Junior

Brasil duela hoje, às 21h, contra a Argentina, no Monumental de Nuñez, em Buenos Aires. Vitória em clássico levantará moral da equipe pentacampeã, mas Dorival e seus comandados não terão vida fácil

Folhapress

RAFAEL RIBEIRO/ CBF



Treinador afirma que, caso a vitória venha, Seleção terá dado um passo importante: “mas não estamos satisfeitos ainda”

O técnico Dorival Júnior confirmou ontem uma série de mudanças na Seleção Brasileira para enfrentar a Argentina, hoje, às 21h, em Buenos Aires, pelas Eliminatórias. Uma delas é a presença de Matheus Cunha no ataque, substituindo João Pedro. “Temos quatro mudanças necessárias e definidas. E vamos fazer duas para a abertura da partida”, disse o treinador.

A partida será disputada no Monumental de Nuñez, em Buenos Aires, e terá transmissão pelas múltiplas plataformas do Grupo Globo (Rede Globo, SporTV e Globoplay). O Brasil entrar em campo com a seguinte escalação: Bento, Wesley, Marquinhos, Murillo e Guilherme Arana; André, Joelinton e Raphinha; Vini, Rodrygo e Matheus Cunha.

Conforme Dorival, Matheus Cunha entra na função do João e o Wesley na função do Vanderson. “Outros quatro são perdas que tivemos. Com seis possíveis mudanças, teremos uma equipe que vai estar preparada para fazer um grande jogo", disse o técnico, em entrevista coletiva nesta segunda-feira, 24, em Brasília.

Apesar do teste de Savinho no treino deste domingo, 23, o treinador preferiu um jogador mais encorpado para compor a faixa central do meio/ataque da seleção. “Matheus tem liberdade de movimentação com o Vini, ora segundo atacante, ora meia-atacante. Depende de como a Argentina vai se posicionar, estamos preparados", explicou Dorival.

E Wesley? "Wesley vem em processo de evolução. Preciso frisar que o Vanderson fez boa partida, marcou um dos jogadores mais perigosos do futebol mundial (Luís Díaz). Tem saída pelo lado direito e esquerdo, e o Vanderson teve grandes duelos com ele”, conta.

“Com Wesley ganhamos mais, o Vanderson esgotou após grandes passagens e duelos. Que o Wesley mantenha o mesmo nível do Flamengo e que contribua para que possamos ter uma saída consistente e segura do seu lado, com liberdade de movimentos. Argentina não tem um jogador fixo nesse corredor, então podemos ter com o Wesley uma ótima opção.”

‘Grande clássico’

"É um grande clássico do futebol mundial. Vai existir luta em campo, mas acima de tudo o respeito entre as duas equipes. Vamos buscar jogar futebol. Estamos indo para jogar contra a seleção campeã do mundo e Copa América, quem mais venceu nos últimos anos, mas vamos jogar nosso futebol. Respeitando e sendo respeitado. A partida é resolvida dentro de campo, com 22 grandes atletas do futebol mundial. É um duelo resolvido dentro das quatro linhas".

“Ganhar daria um passo importante, mas não estamos satisfeitos ainda. É a 15ª partida de um trabalho. Vejo equipes todos os dias treinando e buscando ainda se encontrar mesmo trabalhando todos os dias. E nós vamos para o quarto mês do ano já. Estamos caminhando, talvez não a passos que todos queriam, mas em um contexto seguro, equilibrado. Resultados melhores estão por aparecer.”

Seleção chega à Argentina em dia de protestos

Folhapress

A Argentina que vai parar para assistir ao jogo contra o Brasil nesta terça-feira, 25, é a mesma que nesta segunda, 24, vive um feriado que movimentou as principais ruas do centro de Buenos Aires. O calendário do país tem este 24 de março como o Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça.

Uma mudança de significado para a data que marcou o golpe militar que iniciou a ditadura, em 1976. É com esse ambiente que a seleção brasileira desembarcou em Buenos Aires, entre o fim da tarde e o início da noite.

Vários grupos políticos, majoritariamente de esquerda, foram às ruas protestar, em uma caminhada até a Praça de Mayo, onde fica a Casa Rosada, sede do governo federal.O tema do movimento é "Nunca Mais".

O feriado serve como protesto à ditadura e a lembrança dos desaparecido durante o regime autoritário que só acabou em 1983. "O dia 24 de março marca o dia em que houve o golpe militar há 49 anos. E viemos à praça para ter a memória, nos juntamos para ter mais democracia do que nunca", disse Tatiana, uma das integrantes do grupo Intervención, que fez pinturas no asfalto de uma das avenidas que leva à principal praça da cidade.

Mas vários grupos políticos e movimentos sociais aproveitam o feriado para criticar o que consideram mazelas do governo atual, da direita de Javier Milei. O assunto fome e os direitos de minorias apareceram nas faixas pelas quais a reportagem passou.

Conquista na ditadura

Foi sob o regime militar que a Argentina, inclusive, conquistou sua primeira Copa do Mundo, como anfitriã, em 1978. Hoje, o país vive uma lua de mel com sua seleção, atual campeão do mundo, mas já numa democracia que os manifestantes não querem abandonar. Até por isso batem na tecla de que é preciso cultivar a memória.

"O futebol é um tema à parte. Acho que tem muita gente do Brasil que também estaria aqui. Seria uma união. Sobre o tema dos desaparecidos, a maior parte da América do Sul se une. Amanhã, vamos querer ganhar. Mas hoje é união", disse Martín Gordich, que também estava nas ruas de Buenos Aires, ostentando camisa que tinha a imagem da Copa e Maradona.

A "gamificação" do protesto tinha um gancho político, como um stand no qual o exercício era acertar uma bola de papel em placas com o rosto da ex-primeira ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher. Foi na administração dela que ingleses e argentinos se envolveram na Guerra das Malvinas.

Esse conflito teve uma "revanche" na final da Copa de 1986, quando Maradona fez gol de mão na final e deu o segundo título para os argentinos. Hoje, eles têm três Copas. E podem confirmar a classificação para mais uma, caso vençam o Brasil, nesta terça, às 21h.

EDITOR DMREVITSA
MARCUS VINÍCIUS **BECK**
mvbeck20@gmail.com

diariodamanhaoficial
diariodamanha
dmtvgoiania

MÚSICA

Arnaldo canta mundo urgente

Herdeiro do concretismo na MPB, Arnaldo Antunes pede prioridade à pauta ecológica e diz se preocupar com forças reacionárias no Congresso Nacional. Artista lança nas plataformas o disco 'Novo Mundo'

Gustavo Zeitel

Nos loucos anos 1980, Arnaldo Antunes, ainda integrante dos Titãs, convidou Haroldo de Campos para sair em turnê, viajando no ônibus da banda. Findo um dos shows, o poeta concreto se viu rodeado por jovens descamisados, que mais pareciam um time de rúgbi, entoando cantigas para celebrar o visitante erudito.

Em dado momento, Haroldo não resistiu à tentação de teorizar o que acabara de ver em cena. Disse que, em oposição à coreografia mais placentária do vocalista Branco Mello, a performance de Antunes se assemelhava à estrutura cubista, porque sua movimentação engendrava, no espaço vazio, ângulos, vértices e arestas.

O tempo passou, mas a dança é a mesma. Aos 64 anos, Antunes cultiva uma postura combativa para enfrentar os desafios do novo século. Com socos, cotoveladas e pontapés, ele escancara o "Novo Mundo", novo disco de sua carreira solo. "Acho que minha dança pode ter, sim, relação com a palavra escrita, mas isso é involuntário. Faço aquilo com espontaneidade, não é uma coreografia pensada", diz ele, numa entrevista por videoconferência, enquanto reproduz, do outro lado da tela, a sua coreografia.

Conhecido pelo trânsito livre entre as artes, da performance à música, Antunes é, antes de tudo, um poeta, tendo encontrado na palavra escrita seu lugar existencial. Herdeiro do concretismo na MPB, ele explora a linguagem "verbivocovisual", isto é, a dimensão verbal, vocal e visual da palavra, ocupando diferentes funções, incluindo a de cantor e compositor.

LEO AVERSA/ DIVULGAÇÃO



Músico vocaliza na primeira faixa que "nos meets do Only Fans não tem romance"

Os primeiros meses deste ano, no entanto, trouxeram a ele más notícias. O acervo de seu amigo, Haroldo, foi removido da Casa das Rosas, instituição vinculada ao governo do estado de São Paulo, e está agora inacessível aos pesquisadores, trancado em um depósito em Barueri, a 30 quilômetros da capital paulista.

"É uma indignação enorme, um descaso. O acervo foi para um porto que era para ser seguro, e o valor daquilo é imenso para a cultura brasileira. Foi um baque. Acho que as autoridades que tomaram essa decisão tiveram um descuido imperdoável e isso precisa ser corrigido", afirma Antunes. De todo modo, o diálogo que mantém com a tradição deve servir para elucidar o presente e imaginar futuros possíveis.

Não por acaso, as canções do novo álbum se relacionam em um contexto de urgências. Na faixa de abertura, que nomeia o disco, Antunes tematiza a conjuntura de guerras, de emergência climática e a desumanização, causada pelo avanço tecnológico. "Cada vez mais plástico e menos água/ Cada vez mais casca e menos substância/ O veneno apenas fortalece a praga/ E a nau da insensatez sem freio avança."

Antunes diz que a preservação ambiental voltou à pauta no governo Lula, do PT, mas os esforços políticos para o desenvolvimento sustentável ainda são insuficientes. "O Brasil caminha a passos lentos, existe um Congresso muito conservador, existem forças muito reacionárias administrando essa questão", afirma.

Esteio sonoro

Ao fundo, ouvimos as batidas eletrônicas de Pupillo, o produtor do disco, que imprime uma cadência semelhante à do hip-hop. À guisa de um manifesto, o esteio sonoro do longo poema desemboca numa intervenção do rapper baiano Vandal, que alerta para os impactos da inteligência artificial no mercado de trabalho.

No silêncio da página, o protesto de Vandal ganha uma forma gráfica específica, com letras maiúsculas e a letra "H", substituindo os acentos agudos. É quase código Morse. "Não é uma crítica à inteligência artificial em si. É uma crítica ao mundo, à maneira como esse instrumento é utilizado nas comunicações", diz Antunes, acrescentando que não tem vontade de usar a ferramenta para compor. Segundo ele, as soluções apresentadas pela tecnologia são, quase sempre, clichês.

"Quando surgiu a internet, eu tinha uma visão muito ilusória do que realmente ela veio a se tornar. Achava que a comunicação instantânea facilitaria o convívio com as diferenças, mas fomos percebendo um acirramento de guetos, e o algoritmo incentivando a extrema direita."

Sob uma perspectiva circular, o álbum termina com "Tanta Pressa pra Quê?", parceria de Antunes com sua mulher, Márcia Xavier, que denuncia a aceleração do mundo com a internet. "Todo mundo tem opinião o tempo todo/ pare o mundo que quero descer", diz a letra. No refrão, os solos de Kiko Dinucci se assemelham à guitarrada paraense. (Folhapress)

Disco explora polos positivo e negativo





LELLIS RIBEIRO



De Hollywood para o Brasil

Em um movimento ousado e inovador, Adam G. Simon (foto), roteirista e produtor aclamado, e Larissa Andrade, atriz, modelo e produtora brasileira, estão trazendo sua expertise de Hollywood para o Brasil, com o lançamento de uma nova produtora dedicada a contar histórias internacionais com alma brasileira e alcance global. Com experiência em grandes produções, Simon e Andrade decidiram sair de Los Angeles e construir um novo ecossistema criativo no Brasil. Inspirados pelas mudanças da indústria cinematográfica, pelo avanço das tecnologias de produção e pela descentralização de Hollywood, o casal aposta no Brasil como o cenário ideal para essa nova fase. "Hollywood não é mais um lugar—é um estado de espírito," diz Simon. "O futuro da indústria não tem fronteiras, e o Brasil é a plataforma perfeita para essa nova jornada." O nome da nova produtora será revelado em breve. Aguardem!

DIVULGAÇÃO



Biomédico Dieick de Sá com Marcus Vieira e o artista plástico Paulo Ricardo Campos, em solenidade de Condecorados Diplomatas Internacionais da Câmara Municipal de São Paulo

Inauguração Indústria 4.0

Os empresários Ricardo Ponce e Roberta Gontijo, à frente da sofisticada OG Ambientes, recebem convidados na próxima quinta-feira (27) para a inauguração oficial de sua Indústria 4.0 e o lançamento da nova coleção 2025/2027. O showroom, concebido para unir arte, requinte e funcionalidade à tecnologia de ponta, reflete com perfeição a essência da marca: inovação aliada à elegância e excelência**No AMWC**

BANNACH FOTOGRAFIA



Empresária Clô Peixoto com Bel Meireles e Luana Meireles, na inauguração de sua loja Clô Paper, no Metropolitan Mall. O evento reuniu clientes, amigos e personalidades, que brindaram a nova fase da empresa ao lado dos sócios Arley Vieira e Luana Meireles. Em clima festivo, a noite contou com a apresentação do badalado Dj Rodrigo Melo

JOHNATHAN MATEUS



Ana Paula Ramos e Renata Vieira, da Kasane Comunicação Corporativa, reuniram amigas para a comemoração de aniversário de ambas. O evento, que também celebrou o Dia Internacional da Mulher, aconteceu no decorado Ryad, da Sousa Andrade, e foi marcado por uma atmosfera de descontração e leveza, em que as convidadas tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência de autoconhecimento, conduzida pelas psicólogas Lysia Moreira e Gerlaine Moura

DIVULGAÇÃO



O presidente e o diretor de negócios da Federação das Associações dos Jovens Empreendedores e Empresários do Estado de Goiás (FAJE), Uaitã Pires (terceiro da esq. para dir.) e Yuri Jackson (segundo da esq. para dir.), se reuniram na última terça-feira (18) com Clayton Silva Pires, diretor de Mercado, e Edmilson Oliveira, diretor Operacional, do Garanti Goiás - programa criado pelo governo de Goiás para facilitar o acesso de micros e pequenos empresários a linhas de crédito. O encontro teve o objetivo de traçar estratégias para que o acesso a crédito se torne mais fácil para os jovens empresários. O Garanti Goiás é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada dentro do Sebrae, com objetivo de oferecer garantia para que micro e pequenas empresas tenham acesso ao crédito

2025 em Mônaco

O Principado de Mônaco, conhecido como um luxuoso refúgio à beira do Mediterrâneo, recebe nesta semana o 23º Aesthetic & Anti-Aging Medicine World Congress (AMWC), um dos eventos mais prestigiados no universo da estética. Entre os grandes nomes confirmados, está o médico brasileiro Alessandro Alarcão, dermatologista certificado pela Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) e referência em cirurgia dermatológica. De 27 a 29 de março, o congresso reunirá mais de 16 mil profissionais de todo o mundo, incluindo cirurgiões plásticos, dermatologistas e especialistas em estética, para explorar as mais recentes inovações e técnicas do setor.

DIVULGAÇÃO



Alcione se declara a Moraes: 'casaria'

Alcione, de 77 anos, surpreendeu os fãs ao revelar um crush em um famoso. Durante um show no último domingo, 23, a cantora afirmou que admira o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes.

Segundo a 'Loba', como é conhecida pelos público que a acompanha, ela se casaria com 'Xandão'. "Sou fã do ministro Alexandre de Moraes. Sempre falei para minha irmã, que se eu conhecesse ele há mais tempo, eu tinha casado com ele", declarou.

Não é a primeira vez que Alcione fala sobre sua admiração pelo magistrado. Em 2024, ela o elogiou após puxar um coro em apoio ao presidente Lula durante um show. "Qual é o nome do meu ministro? Alexandre de Moraes, meu careca. Gosto muito dele", disse. (DMOnline)

Gracyanne se encontra com Belo, e ex some

Rayane Figliuzzi, 27, explicou seu sumiço após o reencontro do namorado, Belo, 50, com a ex-mulher, Gracyanne Barbosa, 41.

Nesta segunda-feira, 24, a modelo reapareceu no Instagram para explicar sua ausência no 'Domingão com Huck' (Globo). O programa dominical exibia o reencontro do cantor com Gracyanne Barbosa, após a musa fitness deixar o 'BBB 25'.

"Voltamos à programação normal. Ontem fiquei um pouquinho sumida daqui porque minhas amigas estavam aqui em casa. Então, a gente ficou fofocando e fazendo almoço. Então, fiquei mais longe do celular", disse Rayanne.

No domingo, 23, a influenciadora publicou em seu feed fotos em que aparece na praia. Seguidores não perderam tempo ao fazerem comentários sobre o reencontro do ex-casal. Porém, outras pessoas defenderam Rayanne de ataques e comparações à ex-BBB.

Na atração, Belo e Gracyanne falaram sobre o respeito que permaneceu após o fim do relacionamento de 16 anos. O pagodeiro pegou a dançarina pela mão e a conduziu ao palco ao cantar o hit "Reiventar". (Folhapress)

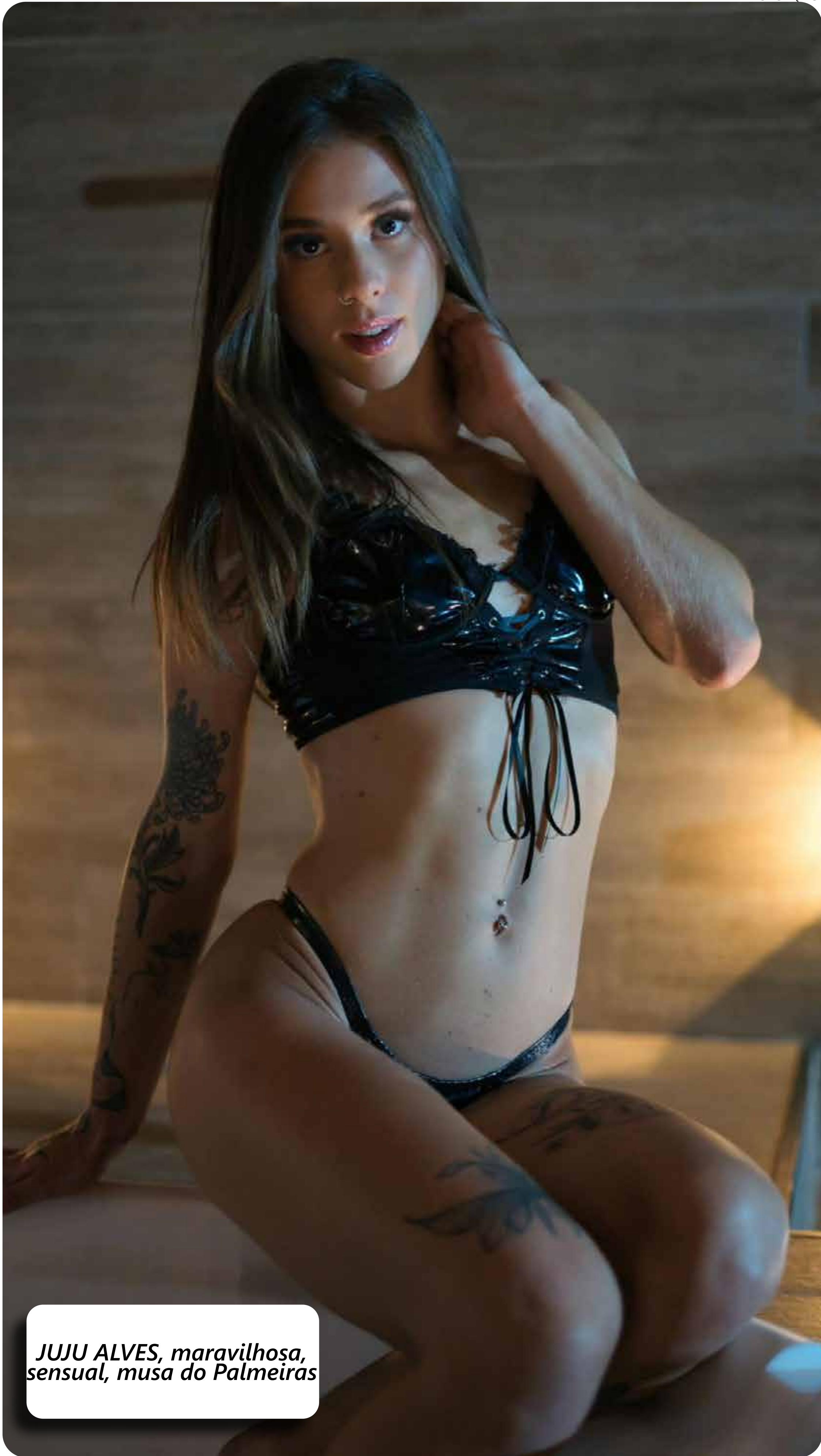
DM 45 ANOS



Geleia Geral

LUIZ AUGUSTO **PAMPINHA** *LUIZAUGUSTOPAMPINHA@GMAIL.COM*

DIVULGAÇÃO



JUJU ALVES, maravilhosa, sensual, musa do Palmeiras

Leitura Dinâmica

"A vida não responde às suas intenções, mas às suas ações, pois são elas que definem o seu caminho".

O Anápolis venceu o Vila Nova (2x0) e tem vantagem para ser campeão no domingo.

Bom mesmo, vai ser Brasil x Argentina, esta noite em Buenos Aires, pela classificação do mundial.

Ficar sozinho pode fazer bem à saúde. A solidão pode ser altamente benéfica.

Presidente Lula afirma que o Brasil não será "a República de ladrões de celular".

Governo vê danos por sensação de insegurança e prepara ofensiva contra roubo de celular.

Uma boa pedida: Parmegiana de filé mignon do chef.

Hoje e amanhã o STF vai decidir se o ex-presidente Bolsonaro se tornará réu, acusado de tramar um golpe de estado.



Flávio Ricco

Colaboração: **José Carlos Nery**

Band e filhos do Benedito negociam 'Os Imigrantes'

"Os Imigrantes" foi uma novela levada ao ar pela então TV Bandeirantes, entre 27 de abril de 1981 a 7 de junho de 1982, em 333 capítulos.

Escrita por Benedito Ruy Barbosa, com direção de Atílio Riccó e Henrique Martins, teve em seu elenco numeroso atores na altura de Rubens de Falco, Othon Bastos, Yoná Magalhães, Paulo Autran, Cristina Mullins, Nicole Puzzi, Fúlvio Stefanini, Norma Bengell, Rolando Boldrin, Paulo Betti, Sandra Barsotti, Lúcia Veríssimo e outros grandes nomes da ocasião.

Toda digitalizada e também compactada, foi exibida na TV Brasil em 2022.

Tudo isso para chegar ao final da última semana, quando os filhos do Benedito, Ruy Maurício e Edmara, foram recebidos pelo presidente da Band, Johnny Saad.

À mesa, a proposta de uma nova "Os Imigrantes", só que agora dos tempos atuais, valendo-se dos descendentes de tantos e diferentes lugares do mundo que hoje moram entre nós.

Claro que este foi só o primeiro de muitos encontros, com outros já combinados para os próximos tempos, para analisar a viabilidade do projeto. As perspectivas são as melhores possíveis.

TV Tudo

Difícil assim

Ontem, aqui se falou da atuação, cada vez maior das mulheres no jornalismo esportivo, do seu importante significado e do reconhecido talento de uma grande maioria. Uma constatação, mas também uma opinião, para que as narradoras encontrem um jeito mais delas de transmitir, diferente dos homens.

E não é que teve quem se insurgisse, inclusive dizendo que foi um jeito de alimentar o ódio e jogar a torcida contra? Complicado.

Vai por mim - 1

No começo, assim que a Eliana saiu, Celso Portioli até que foi bem espichando o "Domingo Legal" até o "Roda Roda", chegando a 7 horas no ar. Mas o crescimento da Record com o "Acerte ou Caia!" fez precipitar os primeiros sinais de cansaço. Os resultados já não são os mesmos.

Outra coisa

O SBT, no que fez muito bem, trocou o dia de exibição do "Arena", da segunda para quarta-feira, para não bater de frente com o Galvão Bueno na Band e repercutir a rodada do meio de semana. Nesta, especificamente, tem Brasil e Argentina hoje, e a final do Paulista, Corinthians e Palmeiras, na quinta. Vale a flexibilidade, o jogo de cintura, com uma mudança de dia. Mesmo com a Record na parada, uma conquista de título sempre dá um barulho interessante.

Outra postura

A Globo, de uns tempos para cá, ou desde que praticamente extinguiu o seu banco de elenco, está antecipando a escalação das suas novelas e séries.

A maior concorrência tornou impossível deixar para a última hora. "Vale Tudo" ainda vai estrear e já começou a busca de nomes para a sua substituta.

Locações no Sul

Uma equipe da Record, liderada pelo diretor Leonardo Miranda, visitou as cidades de Cambará e Torres, no Rio Grande do Sul, no fim de semana. Regiões conhecidas por seus cânions impressionantes e paredões rochosos à beira-mar. Por ali, serão definidas locações para a série "Paulo, O Apóstolo", nova superprodução da casa.

Viúva rica

Leona Cavalli, longe das novelas desde o trabalho em "Terra e Paixão", está cotada para uma participação especial em "Dona de Mim", substituta de "Volta Por Cima". Se tudo der certo, ela viverá uma viúva rica do interior.

Caminhando

A nova fase da Telemundo, agora com Mônica Albuquerque liderando o desenvolvimento de conteúdo, não descarta parcerias no Brasil. Mônica, com passagens por Globo e Warner, foi uma das principais responsáveis pelo projeto "Beleza Fatal".

Gravado

Com toda discrição, a participação de Regina Duarte no especial de 60 anos da Globo já foi gravada, com direção de Dennis Carvalho. O último trabalho dela na casa foi em "Tempo de Amar", novela exibida em 2017.

C´est fini

Ao comemorar os 10 anos da estreia da novela "Os Dez Mandamentos" na Record, a autora Vivian de Oliveira relembrou seu sucesso e o fato de ter chegado a mais de 60 países. Projeto que, além de roteiristas e elenco, reuniu um time muito forte de diretores, como Alexandre Avancini, Leo Miranda, Ajax Camacho, Hamsa Hood, Rudi Lagemann, entre outros.

Então é isso. Mas amanhã tem mais. Tchau!

DIVERSÃO & ARTE

Maestro Pinocchio abre In Concert com sertanejos

Na estrada há 40 anos, músico dividirá os holofotes com Gian & Giovani e César Menotti & Fabiano, nomes de peso do estilo musical

Ricardo Vinícius

DIVULGAÇÃO



Pinocchio se notabilizou como instrumentista e também compositor de hits

Na abertura da temporada 2025 do Flamboyant In Concert, o Maestro Pinocchio recebe hoje pesos pesados da música sertaneja. As duplas Gian & Giovani e César Menotti & Fabiano vão dividir o palco com o músico, um dos maiores compositores, a partir das 19h30.

Maestro está na estrada há quatro décadas. Por isso, seu nome é apreciado por quem se liga ao sertanejo. Foi responsável por produzir artistas consagrados nessa competitiva indústria musical. Todos eles explodiram nas rádios e plataformas digitais.

Gusttavo Lima, Jorge e Mateus e Matheus e Kauan são algumas estrelas que passaram pela regência do Maestro, assim como outros nomes que seguem fazendo sucesso. Esses artistas trilharam jornada ao sol na indústria fonográfica. Seus shows são lotados e milhões de pessoas os escutam nas plataformas de streaming, dominadas por eles.

Não bastasse, Maestro ainda é conhecido do grande público por meio de composições que por décadas figuram nas rádios do país: “Frio da Madrugada”, “Me Apaixonei”, “Olha Amor”, “Peão Apaixonado” e “De São Paulo à Belém” são composições criadas por Maestro.

Trajetória

Conforme o “Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira”, Maestro iniciou na música tocando sanfona na dupla Nilo e Nalo. De lá para cá, o músico participou de shows de André e Andrade. Por cinco anos, trabalho em estúdio. Também aprimorou seus conhecimentos de composição e arranjo com estudos.

Na noite marcada por clássicos e celebração à música sertaneja, o público confere Gian & Giovani. Nascidos em Franca (SP), eles são um dos principais representantes da geração romântica do sertanejo. Ao todo, venderam mais de 10 milhões de discos, que, dentre outros feitos, os consagraram como uma das maiores duplas da história da música sertaneja.

Já a outra dupla de irmãos escalada para a noite, César Menotti & Fabiano, leva ao Flamboyant Shopping apresentação calcada nas raízes do sertanejo. São mais de 20 anos de carreira e uma autêntica construção sonora que gerou identificação com o público.

Anfitrião do espetáculo, Maestro receberá os artistas no palco em momentos diferentes. Para o repertório, a proposta é visitar canções que trazem conexões comuns à trajetória das duplas e do Maestro Pinocchio. Todos os ingressos para o show foram esgotados.

DIVULGAÇÃO



Compositores fazem show no Teatro Goiânia, amanhã

Depois de passar por Quirinópolis, Pirenópolis, Olhos D’água e Cidade de Goiás, os músicos Carlos Brandão e Gustavo Veiga (foto) se apresentam nesta quarta-feira, 26, em Goiânia. A apresentação será às 20h no Teatro Goiânia. A turnê "Os Dois" homenageia e celebra as carreiras de Carlos Brandão e Gustavo Veiga, reafirmando suas contribuições para a música brasileira e para a cultura goiana.

Com mais de 50 anos atuando na cena musical nacional, Brandão é compositor, cantor e jornalista e já compôs cerca de 500 músicas. Veiga é compositor e tem mais de 200 músicas gravadas por artistas diversos.

Nesse sentido, “Os Dois” permite que o público tenha contato direto com dois artistas importantes para a música produzida em Goiás. A cineasta Ana Aquino vai cobrir os cinco shows da turnê, para captar imagens que possam ajudar a concluir o documentário “Os dois: a vida e a música de Gustavo Veiga e Carlos Brandão”. (Redação)

Carne Doce confirma show no Martim Cererê

A banda Carne Doce celebra no próximo dia 5 de abril, sábado, dez anos de carreira em show no Martim Cererê. Conforme comunicado divulgado nas redes sociais do grupo, os ingressos para o show são “super limitados” e estão sendo vendidos a R$ 30.

Carne Doce irá se apresentar no Cidade Rock, evento organizado pela Monstro Discos. Desde 2014, cada lançamento da banda goiana atrai olhos e ouvidos Brasil afora. Assim como Boogarins, amigos que se internacionalizam na última década, o casal de compositores leva pelo País a aridez do Centro-Oeste.

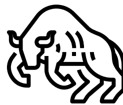
Todos os discos lançados até aqui - “Carne Doce”, de 2014, “Princesa”, de 2016, “Tônus”, de 2018, e “Interior”, de 2020 - receberam elogios da crítica especializada. E, com isso, o grupo começou a participar de principais festivais de música, como o tradicional Lollapalooza, no qual se apresentaram (e bem) em 2019. (Redação)

Horóscopo Diário



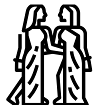
Áries

Você e o mozão estarão em sintonia e podem viver bons momentos juntos.



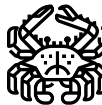
Touro

Diminua pouco as expectativas na paquera e capriche na hora de se produzir.



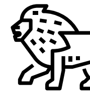
Gêmeos

Você pode se interessar por uma pessoa que conheceu nas redes sociais, ok?



Cancêr

A sensualidade será sua melhor arma e você tem tudo para fazer sucesso.



Leão

Amigos ajudarão se está no time dos solteiros. A dois, reforce os pontos fortes.



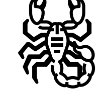
Virgem

Se está só, vale dar uma chance a um colega se pintar uma química entre vocês.



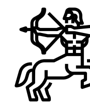
Libra

Se tem compromisso, curta nesta terça os momentos maravilhosos com o par.



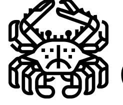
Escorpião

Você e o par estarão mais unidos, mas vale pegar mais leve com o ciúme, beleza?



Sagitário

Eita! a paquera promete muitas emoções e há chance de começar algo sério hoje.



Capricórnio

Há chance de comprar algo que deseja há tempos para a casa ou para a família.



Aquário

Há sinal de romantismo e demonstrações de carinho nos momentos a dois. Que tal?



Peixes

Lance proibido pode ficar mais sério, mas faça sua parte se quiser manter o segredo.

OPINIÃO PÚBLICA

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Líderes com caráter: um antídoto para a superficialidade



MICHEL AFIF MAGUL

Advogado, mestre em planejamento urbano

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Vivemos em uma era que valoriza o superficial, onde o imediatismo e os prazeres efêmeros se sobrepõem a virtudes como honestidade, lealdade e caráter. A cultura atual premia resultados, independentemente dos meios utilizados, e normaliza atos corruptos, enquanto despreza opiniões divergentes. Essa mentalidade não apenas desvaloriza princípios éticos, como também alimenta uma sociedade que prioriza o sucesso a qualquer custo.

Na política, vemos discursos vazios de conteúdo, mas carregados de emoção, ganhando mais relevância do que propostas embasadas em dados e evidências. A empatia gerada por sentimentos manipulados muitas vezes ofusca a realidade, legitimando líderes que perpetuam mentiras e oportunismo. Precisamos, urgentemente, de líderes que combinem competência técnica com caráter, ética e moral, capazes de guiar a sociedade com integridade.

A busca por soluções fáceis para problemas complexos reflete uma sociedade impaciente e carente de referências positivas. A verdadeira mudança começa na educação e na formação de cidadãos comprometidos com valores que transcendam o individualismo e o hedonismo. O sucesso não deve ser medido apenas pelos resultados, mas também pelo caminho percorrido. Quando valorizamos mais o resultado do que os meios, legitimamos práticas corruptas e descompromissadas.

Além disso, é essencial restabelecer vínculos genuínos entre as pessoas. As relações humanas não podem se resumir ao efêmero; precisam ser construídas com base em sentimentos duradouros. O hedonismo, que coloca o prazer imediato como fim último da vida, não pode ser nosso norte. A vida humana deve incluir prazer e lazer, mas esses não podem se tornar prioridades absolutas.

Há uma inversão de valores que adoece a sociedade e contribui para a formação de uma geração desprovida de espírito crítico e integridade. A alma humana, que deveria ser inegociável, tem sido trocada por promessas de sucesso e conforto. Precisamos de coragem para escolher o caminho mais difícil, porém correto, que conduz à formação de um caráter verdadeiro.

Nossos líderes devem refletir essas convicções. Estamos cansados de arrogância e discursos inflamados. Precisamos de líderes verdadeiros, que inspirem confiança e respeito, e não de figuras passageiras que se limitam a aparecer nas redes sociais. A construção de uma sociedade mais justa depende de todos nós, mas também daqueles que escolhemos para nos representar. É tempo de resgatarmos a importância do caráter, da ética e da integridade.

Economia Criativa: quando a cultura vira motor de desenvolvimento



LUCAS RODOVALHO

Secretário Mun. de Inovação Tecnológica de Senador

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Num mundo cada vez mais conectado e movido pela inovação — somado ao talento natural do povo brasileiro — a criatividade se tornou uma ferramenta poderosa de desenvolvimento econômico e social. E não poderia ser diferente: a economia criativa é a soma de cultura, tecnologia, conhecimento e empreendedorismo. É um setor que transforma ideias em negócios, cultura em oportunidade e talento em renda. Esse movimento tem mudado a vida de muita gente no Brasil e no mundo, movimentando bilhões por ano e, o mais importante, colocando as pessoas no centro da economia.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a economia criativa representa cerca de 3% do PIB global e tem mostrado uma resiliência impressionante mesmo diante das crises econômicas. Já a UNESCO aponta que esse setor gera empregos para cerca de 30 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, estima-se que aproximadamente 7,5 milhões de pessoas estejam diretamente envolvidas nesse universo criativo. Cidades que apostam em políticas públicas voltadas à criatividade conseguem atrair talentos, fomentar o turismo, gerar empregos e valorizar a cultura como um ativo estratégico.

É o caso de Senador Canedo, que tem se destacado nesse cenário. A cidade vem fortalecendo a economia criativa por meio de várias ações — como a parceria com a Fundação Roberto Marinho, que trouxe para o município nove laboratórios do projeto CO.LIGA. A iniciativa conecta juventudes criativas a oportunidades de formação, trabalho e renda, promovendo inclusão e geração de oportunidades. É assim que Canedo mostra na prática como criatividade e políticas públicas bem pensadas podem andar juntas e transformar realidades.

Investir em economia criativa é investir em gente, no poder transformador da cultura. Quando a gente une saberes tradicionais com inovação, abre espaço pra construir novas possibilidades de futuro — mais inclusivo, mais sustentável e mais humano.

O futuro da economia não é só digital. É criativo. E ele já começou.

Deus disse, ame o seu inimigo e eu amei a mim mesmo



ABILIO WOLNEY

Juiz de Direito

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

A frase do título é do poeta libanês Khalil Gibran, um sussurro filosófico sobre a essência do amor e a complexidade da nossa existência.

Amar o inimigo sempre foi um dos desafios mais profundos da humanidade, mas e se o inimigo não estiver do lado de fora, e sim dentro de nós? E se for feito de nossos medos, nossos erros, nossas sombras?

O homem carrega em si um campo de batalha. De um lado, a vontade de crescer, de acertar, de ser justo consigo e com o mundo. Do outro, as fraquezas, os deslizes, as dores do passado que insistem em sussurrar que ainda não somos dignos da paz. Entre essas duas forças, o amor surge não como um prêmio, mas como um caminho. Amar-se não é indulgência, mas compreensão. Não é cegueira diante das falhas, mas aceitação da própria jornada.

Há quem passe a vida tentando vencer um inimigo que nunca existiu fora de si. Trava guerras com lembranças, desgasta-se com culpas, foge do espelho por medo de enxergar o que carrega por dentro. Mas o amor não exige fuga, e sim um olhar corajoso. Amar-se é oferecer a si mesmo a chance de recomeçar. É entender que cada erro não define, mas ensina. Que cada fraqueza pode ser transformada, e que o passado não aprisiona aqueles que escolhem seguir adiante.

Carl Gustav Jung afirmou: "Aquilo que não corrigimos em nós mesmos encontraremos novamente como destino." O que rejeitamos dentro de nós não desaparece; ao contrário, repete-se nas circunstâncias da vida, manifestando-se nas escolhas que fazemos, nos relacionamentos que cultivamos, nas dores que insistem em retornar. Só rompemos esse ciclo quando nos dispomos a enxergar e transformar aquilo que nos impede de avançar.

Gibran e Jung, cada um à sua maneira, apontam para a mesma verdade: enquanto não aprendemos a amar e compreender o que nos habita, seremos prisioneiros de nossos próprios desencontros. O amor, no fim, não é um ato direcionado a um ou a outro, mas um estado de ser. Ao amarmos aquilo que um dia rejeitamos em nós, tornamo-nos inteiros. E é só quando estamos inteiros que podemos, de fato, oferecer ao mundo um amor verdadeiro.

OPINIÃO PÚBLICA

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus **autores** e não refletem a opinião do veículo **Jornal Diário da Manhã**

Ronaldo Caiado, candidato a Presidente da República!



ALEXANDRA MACHADO

Engenheiro

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Nos últimos meses temos visto e ouvido sobre o interesse do Governador de Goiás, Ronaldo Caiado, em ser Presidente da República. Ele começou sua pré-campanha e na próxima semana o União Brasil – UB, partido político do qual faz parte, fará o lançamento da mesma, em Salvador, na Bahia.

Na política desde tenra idade, o fazendeiro Ronaldo Caiado foi um dos fundadores do movimento União Democrática Ruralista – UDR, tendo sido Deputado Federal por 5 (cinco) mandatos e Senador. Vem de família oligarca goiana, morou no Rio de janeiro e em Paris, enquanto estudante de medicina, tendo feito mestrado em ortopedia e traumatologia. Durante a pandemia teve um trabalho irrepreensível, em Goiás.

No próximo dia 04 de abril, quando o UB lançará seu nome à Presidência do Brasil, deverão se deslocar de Goiás rumo a Salvador, alguns ônibus com prefeitos goianos e pessoas comuns, em apoio ao nome de Caiado.

Estando no segundo mandato de governador, Ronaldo Caiado tem focado seu trabalho na questão da segurança pública. Há uma propaganda massiva que enfatiza o estado de Goiás como sendo um local seguro onde "bandido não tem vez". E Caiado faz questão de se opor ao Governo Federal, buscando descredibilizar ações e políticas neste campo. Cotidianamente, vemos notícias bárbaras de crimes diversos. Roubos, estelionatos, estupros, assassinatos, violência doméstica e pedofilia estão nas páginas de jornais. A violência policial parece estar menos ostensiva de poucos meses para cá.

Impressiona ver um Caiado quase pueril, nesta altura "do campeonato", quer dizer, da política. Pueril, por não perceber o que é preciso em seu discurso, em sua campanha.

Sendo da chamada "Direita", Caiado sempre foi um político conservador e firme em suas proposições. Já foi candidato a Presidente da República, este é um sonho antigo. Tem porte para isto. E recursos.

Tem sido inintendível ver Caiado, com uma trajetória tão consistente e inteligente, buscando para composição de chapa política, um personagem que se capitalizou através de contratos milionários com prefeituras do interior e pior: mencionado em inquérito da PF que apura uma rede de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

Causa espanto não ver em seu discurso, alguma inteligência, pois construir uma "Direita inteligente" é o que pode lhe garantir vitória, já que a chamada "Esquerda" não tem usado desta virtude.

Dá o que pensar ver um Caiado tacanho, supervalorizando constantemente para a política, um cantor sem compromissos com a coisa pública e perdendo a oportunidade de aparecer falando o que interessa. Ver um Caiado tentando emplacar um "Arrocha Goiás", como jargão da campanha. Fosse "Arroja Goiás" teria sentido, pois ele é arrojado. Arrocha como estilo musical não remete a Caiado e como verbo, não encanta, não agrega.

Está sinistra, esta campanha. Não orna com sua trajetória. Que bolha é essa?

Ronaldo Caiado é homem sério, distinto, elegante, estudado, bom administrador; merece mais. Como Goiás e o Brasil.

Precisamos de um Presidente que entenda política como a "arte de conciliar interesses", que apazigue, que dialogue com todos, no respeito. Que reconheça o que for bom e o valorize. Que promova o avanço da sociedade através da cultura da vida, do conhecimento, do bem para todos.

Fiquei feliz ao visitar a rede social da esposa de Caiado e ver que ela não se intitula 1a dama, embora o assistencialismo seja a tônica desta gestão, no campo da assistência social.

Há muito o que fazer, o que dizer. Espero melhoras!!

A mulher no limiar do terceiro milênio



BRASILMAR DO NASCIMENTO

Jornalista e Poeta

ESPECIAL PARA O **OPINIÃO PÚBLICA**

Em todos os lugares do mundo temos a presença imprescindível da mulher, como formadora de opinião, gestora e o elo fortalecedor da família. É bem verdade que, ainda, ela não pode desempenhar o seu papel plenamente em vários países, por razões culturais – desde os primórdios da humanidade. Seja de ordem étnico/religiosa, tribal ou por imposição masculina. Somos todos, parte do universo humano buscando pelos mesmos objetivos e anseios. Portanto, a igualdade de direitos deve ser balizada para ambos, em todas as esferas da sociedade. "Enquanto o homem e a mulher não se reconhecerem como semelhantes, enquanto não se respeitarem como pessoas em que, do ponto de vista social, política e econômico, não há a menor diferença, os seres humanos estarão condenados a não verem o que têm de melhor: a sua liberdade. Simone Beauvoir (1908-1986) – escritora francesa.

Em 1910, a ativista alemã Clara Zetkin (1857-1933), propõe que o dia 8 de março seja declarado o Dia Internacional da Mulher. Era uma homenagem as 129 operárias que morreram carbonizadas em uma fábrica de tecidos, em Nova York, nos Estados Unidos, depois que a polícia ateou fogo no prédio onde trabalhavam (1857). Elas reivindicavam melhores jornadas de trabalho. A partir daí já foram desencadeados muitos movimentos em defesa da mulher. Como o da brasileira Bertha Lutz (1894-1976), pioneira na luta pelo voto feminino, ocorrido pela primeira vez no Brasil em 1932, e no mundo em 1893, na Nova Zelândia. Desde então já houve muita quebra de paradigmas, comprovando o profissionalismo e a excelência nos resultados quando as mulheres estão à frente, administrando e gerando prosperidade!

A mulher já faz parte do efetivo das forças armadas de vários países, como também do Brasil. A Marinha brasileira foi a primeira que admitiu a mulher em suas fileiras, em 1980. E, contabilizando o Exército e a Aeronáutica, elas somam mais de 37 mil do ativo das três forças militares do Brasil. É a mulher e o seu potencial inigualável em todos os âmbitos construindo a prosperidade para todos.

É a mulher conduzindo o concreto que cimenta os pilares das grandes obras, seja na engenharia ou no volante das grandes máquinas na terraplanagem de rodovias ou, nos canteiros das mineradoras – consolidando sonhos para futuras gerações. É a importância da mulher. Sejam as indígenas que aqui já habitavam muito antes do Brasil Colônia, sejam aquelas que dominam a arte e propagam a leveza ao mundo. São as mulheres: dedicadas educadoras, atuantes parlamentares, brilhantes escritoras, campeãs em todas as modalidades no esporte e em todas as áreas em que elas trabalham ou, a ciência muito bem representada pela neurocientista Lúcia Willadino Braga diretora-presidente da Rede Sarah. É a mulher contribuindo decisivamente para o Brasil pujante na esteira do terceiro milênio!

Parabéns a todas as mulheres pelo Mês Internacional da Mulher, Março de 2025!

PUBLICIDADE LEGAL

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SANTA HELENA DE GOIÁS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024028175

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2025 - SRPÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SANTA HELENA DE GOIÁS – GO. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção da Alimentação Escolar e Projeto JEPP, para atender as Unidades Escolares e Secretaria de Educação e Cultura do Município de Santa Helena de Goiás, conforme especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao edital. PROMITENTES DETENTORAS:

NOME DA EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
CERRADO DISTRIBUIDORA E TRANSPORTES LTDA	27.886.953/0001-55	R$ 142.244,2900
GLAMOUR NEGOCIOS E EVENTOS EIRELI	24.284.699/0001-27	R$ 198.938,3000
JMSR PADOCA LTDA	13.566.571/0001-30	R$ 322.417,8300
JV ATACADAO LTDA	54.323.856/0001-27	R$ 1.063.454,8300
LAURINDO TONIOL	09.010.164/0001-74	R$ 142.009,2200
MAGNUS COMERCIO LTDA	44.873.146/0001-17	R$ 10.726,2500
NS DISTRIBUIDORA LTDA	35.556.376/0001-61	R$ 76.325,9800
PRIME DISTRIBUIÇÃO LTDA	45.071.356/0001-54	R$ 244.523,9900
VDL DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA	54.339.184/0001-48	R$ 235.657,6000

Valor global: R$ 2.436.298,29 (dois milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos) Vigência: 1 (um) ano a contar da assinatura, prorrogável pelo mesmo período. Data da assinatura: 21/03/2025 (última assinatura eletrônica).
LARA MARTINS PARREIRA MENDONÇA - Gestora do FMEI

Acervo de edições
Diário da Manhã
www.dmacervo.com.br

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SILVANIA DE GOIAS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

A Comissão de licitação do Fundo Municipal de Saúde Silvania, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta nesta Secretaria inscrições para credenciamento de profissionais, conforme a lei 14.133/21, art. 79, na área de Saúde para posterior CREDENCIAMENTO (PESSOAS FÍSICA E PESSOA JURÍDICA), NO TERMO DO EDITAL, sendo que inscrições ficaram abertas entre os dias 26 de março até 30 de dezembro de 2025. Maiores informações ou esclarecimentos serão prestados através do telefone, (062) 99635-2428 como também cópia do edital, no site www.silvania.go.gov.br, ou na sede do Município mediante requerimento. Silvania, 24 de março de 2025.
Jessyca Lanna Moraes Moreira - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOZARLÂNDIA - GOIÁS

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE N° 1326/2025. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOZARLÂNDIA – GO, através da sua agente de contratação, em consonância com o art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, torna público para conhecimento dos interessados, que em vista de problemas técnicos e operacionais, fica alterado para dia **04/04/2025** às 09:00, no endereço eletrônico **https://bll.org.br,** o início da sessão de abertura do Pregão eletrônico 005/2025. Permanecem inalterados os demais dispositivos e termos do edital. Sala da Comissão Permanente de Licitações, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2025.
ADRIELLY KATIÚCIA PAULA DE MOURA - Agente de contratação

PREFEITURA DE GUAPÓ - GO

EXTRATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2025

O **MUNICÍPIO DE GUAPÓ - GO**, através da Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, designada pela Portaria n. 007/2025, torna público o **"EDITAL 03 – DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR E PUBLICA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO".** O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no placar da Prefeitura e nos sites www.itame.com.br e www.guapo.go.gov.br. Guapó, 24/03/25.
Ana Paula Rodrigues Orcino Cunha - Presidente da CECP.

PUBLICIDADE LEGAL

AVISO DE LICITAÇAO. O Município de Hidrolina Goiás **AVISA** que fará realizar licitação nas condições, a saber: **PROCESSO Nº:** 817/2025. **ODALIDADE**: Pregão Presencial-Edital n°: 010/2025. **TIPO**: Menor preço por item. **OBJETO**: Aquisição de 01 (um) veiculo, tipo caminhonete, para atender as necessidades da Secretaria de Transporte do Município de Hidrolina-Go. **DATA/HORA**: 14/04/2025 ás 09:30 hs. **LOCAL**: Sede da Prefeitura Municipal. **EDITAL** : www.hidrolina.go.gov.br. Hidrolina Goiás, 24 de março de 2025. **GILVAN GOMES DA SILVA - Pregoeiro Oficial**

Município de Marzagão – Estado de Goiás

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2025 - SRP.

Licitante Vencedor: BIG CAR PECAS E ACESSORIOS LTDA.

Marzagão, 21/03/2025. **INÊS MARQUES DA SILVA - Pregoeira.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

A Prefeitura Municipal de Posse - GO, realizará licitação dia 11/04/2025 às 09:00h (nove horas), através da plataforma da Bolsa Nacional de Compras - BNC, visando registro de preços para futura, eventual e parcelada prestação de serviços em reparos diversos no municipio de posse - go. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição nos endereços eletrônicos Bolsa Nacional de Compras - BNC, disponível em: https://www.bnc.org.br e https://posse.go.gov.br/transparencia/painel_de_licitacoes/licitacoes e na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Padre Trajano, Nº 55, Setor Central – Sala de Licitações e contratos, Posse – GO em até 24hs. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial https://posse.go.gov.br/. Monike Hanna Queiroz Ribeiro Brandão – Agente de Contratação - 24/03/2025.

SENAR Goiás

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 015/2025

OBJETO: 4ª AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

Data de abertura das propostas: 01/04/2025 às 09h00. Data da Disputa: 01/04/2025 às 10h. Edital disponível no endereço eletrônico:
www.sistemafaeg.com.br/senar
https://www.licitacoes-e.com.br

Goiânia, 24 de março de 2025 – Dirceu Borges- Superintendente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS – GO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2025 PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2025.

A Prefeitura Municipal de Arenópolis/GO torna público o Registro de Preços referente ao Processo n° 396/2025 julgamento tipo menor preço por item, cujo objeto se trata Registro de preço para contratação de empresa para fornecimento de cartuchos de toner 100% novos e originais e derivados, compatíveis com as marcas e modelos solicitados para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Arenópolis-GO, tendo como vencedoras as Empresas: Mega Comercio e Serviços Ltda, CNPJ: 24.952.998/0001-92, vencedora dos itens: 1,2,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,17,18,19,20,21,22,24,25,26,27, 28,29,30,31,32,33, perfazendo o valor de R$ 70.599,50; RCA Ferragens Produtos e Serviços Eireli, CNPJ: 28.348.587/0001-43, vencedora dos itens 3,23, perfazendo o valor de R$ 4.206,00; Natalia Neves Martins70049382128, CNPJ 36.393.481/0001-90, vencedora dos itens 5, perfazendo o valor de R$ 1.690,00, Rb Life Ltda, CNPJ 22.229.359/0001-78, vencedora dos itens 16, perfazendo o valor de R$ 1.445,00 Totalizando o Valor de R$ 77.940,50 (setenta e sete mil e novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos). A Ata de Registro de Preços terá vigência até 27/03/2026 e está disponível no site. Maiores informações no endereço Rua Gabriel Raimundo de Sousa, n° 555, Centro, Arenópolis, CEP: 76235000, Fone: (64) 3667-1160.

Arenópolis/GO, 24 de março de 2025.

Delmiro de Oliveira Cano - Prefeito Municipal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EDITAL DE CITAÇÃO

MURILLO DE CASTRO VEIGA, Substituto e Escrevente do Cartório de Registro de Imóveis de Faina/GO, na forma da lei, etc..

FAZ PÚBLICO, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no art 1071 do CPC c/c $49, do art. 216-A, da lei 6.015/73 e art. 16 do Provimento ne 65, de 14 de dezembro de 2017, que por **DIVINO DOS SANTOS PEREIRA**, brasileiro, empresário, inscrito sob o Documento de Identidade - RG n° 3367845 SESP/GO e no CPF n° 771.491.731-87,e sua esposa **LADEJANY DA SILVA PIRES PEREIRA**, brasileira, inscrita sob o Documento de Identidade-RG n° 4465141 SSP/GO, e no CPF n° 953.982.441-91, ambos residentes e domiciliados a Rua Paralela, Quadra 01, lote 09, Vila Nova Alvorada, na cidade de Faina, Estado de Goiás, CEP 76740-000, foi depositado neste Cartório o Memorial, Planta e demais documentos, para fins de regularização de propriedade através de **USUCAPIÃO ADMINISTRATIVO** na modalidade de **USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA** da posse constituída em: **Uma gleba** de terras no imóvel rural denominado **"FAZENDA DE CIMA"**, com a área de **41.04.43 HA**. **Área essa com procedência na Matrícula no 5.453, Livro 02, deste CRI (anteriormente Transcricão n° 39.927, Livro 3-AQ, do CRI de Goiás-GO)**

Dessa forma, faz saber que por este, cita o(s) RÉUS localizados em LUGAR INCERTO BEM COMO OS EVENTUAIS INTERESSADOS, ausente(s), incerto(s) e desconhecido(s), da existência de **PROCESSO DE USUCAPIÃO ADMINISTRATIVO**, na modalidade de Usucapião Extraordinária, conforme art. 1.238 do CC, referente ao imóvel acima descrito, que se encontra na posse dos requerentes, em continuidade aos antigos possuidores, há mais de 30 anos, ficando o(s) citado(s) cientificado(s) de que o prazo para contestação é de quinze (15) dias contados da data desta publicação, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pelos requerentes.

Findo prazo e não havendo reclamação será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório, durante o expediente regulamentar.

Dado e passado nesta cidade de Faina-GO, aos 06 do mês de fevereiro do ano de 2025

Substituto e Escrevente do Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas de Faina/GO.

Município de Marzagão – Estado de Goiás

EXTRATO DA ARP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2025 - SRP

Licitante Registrado: ATA Nº 57 – BIG CAR PECAS E ACESSORIOS LTDA, VALOR R$ 1.740.081,20; Vigência da ata: 24/03/2026. Assinatura: 24/03/2025. Marzagão, 24/03/2025. Inês Marques da Silva, Pregoeira.

AVISO DE ADIAMENTO DA CONCORÊNCIA Nº 002/2025 A Comissão de Licitação torna público que a Concorrência n° 002/2025, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia para construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) PORTE III, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com abertura prevista para o dia 08/04/2025 às 08h00m, foi adiada para o dia 09/04/2025 às 09h00m, motivado pelo cumprimento do prazo previsto na Lei 14133/2021. Maiores Informações: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com Abadiânia, 24 de março de 2025. **Marcos da Silva Comissão de Licitação**

MUNICÍPIO DE CAVALCANTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

O MUNICIPIO DE CAVALCANTE, torna público que fará realizar às 09h00min do dia 07 de abril de 2025, pelo sistema LICITANET (**https://www.licitanet.com.br/)**, o Pregão Eletrônico Nº 05/2025, do tipo menor preço por Item visando o registro de preços para parcelada aquisição de matérias de construção, elétrico hidráulico para atender as necessidades das secretarias do município de Cavalcante-GO. O edital e seus anexos poderão ser examinados ou adquiridos no endereço: Rua Cristã, nº 11, Centro, em dias e horários de expediente ou pelos sites **www.cavalcante.go.gov.br** e **https://www.licitanet.com.br/**. Informações: **licitacaocavalcante2@gmail.com** Cavalcante.

Fabiana Ferreira dos Santos, Pregoeira.

3L FLORESTAL LTDA CNPJ: 57.164.829/0001-47 Torna público que Requereu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Luziânia-SEMARH/LUZ a Licença de instalação e funcionamento, para um comércio varejista de madeira e artefatos na Fazenda Gamela de Cima, Área Rural Município de Luziânia - GO

LUZIANIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MARMORES E GRANITOS LTDA CNPJ: 18.119.745/0001-30 Torna público que Requereu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Luziânia-SEMARH/LUZ a Renovação da Licença de funcionamento, para um serviço de aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras. na Rodovia BR 040, S/N, KM 35 à esquerda à 2 KM- Fazenda Buracão Zona Rural Município de Luziânia - GO

PREFEITURA DE MINEIROS
Uma cidade cada vez melhor.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 023/2025

O MUNICÍPIO DE MINEIROS, inscrito no CNPJ sob o no 02.316.537/0001-90, com sede na Praça Coronel Carrijo, 001, Centro, Mineiros - Goiás, torna público, **que fará realizar no dia 10 de abril de 2025, em sessão pública eletrônica realizada na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC**, a partir das 09:00 (nove) horas - horário de Brasília, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço**, Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, material de limpeza, e copa e cozinha para atender as necessidades da Secretaria de Obras Urbanas. Fim do cadastramento das propostas 10/04/2025 às 08hrs00min. Início da sessão pública no dia 10/04/2025 às 09hs00min. O edital e o recebimento da proposta estará disponível a partir de 25/03/2025, encontra-se disponível, na íntegra, nos endereços www.mineiros.go.gov.br, http://bnc.org.br e www.gov.br/pncp/pt-br/pncp . Frisa-se que ao presente Pregão é Regido pela Lei 14.133/2021, Decreto Municipal no 003/2024, Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações. Informações: licitacao@mineiros.go.gov.br ou pelo telefone (064) 3672-7816.

PAULA REGINA CARRIJO NOVAIS - Pregoeira Substituta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás - SINDICALCE inscrito no CNPJ nº 01.640.549/0001-03, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Elvis Roberson Pinto, convoca as indústrias de sua base, associadas e não associadas, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada presencialmente no dia 01 de abril de 2025, às 18:00horas em primeira convocação e às 19:00horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, no endereço Rua 200, 1121, QD 67-C, LT 1/5, Setor Leste Vila Nova, CEP: 74645-230, Goiânia - GO, para análise e votação da seguinte ordem do dia: 1. Análise, discussão e votação da pauta de reivindicação da Convenção Coletiva de Trabalho do ano 2025, encaminhada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados no Estado de Goiás - STI, inscrito no CNPJ nº 01.658.152/0001-49. 2. Análise, discussão e votação da cláusula que prevê o pagamento da contribuição assistencial patronal/contribuição de fortalecimento sindical patronal, para as empresas associadas e não associadas, conforme o fundamento legal. Durante a assembleia, será garantido o direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial patronal/contribuição de fortalecimento sindical patronal prevista no instrumento coletivo. Esse direito permitirá que as empresas que não concordam com o pagamento dessa contribuição manifestem sua oposição, em respeito ao princípio da liberdade de associação das empresas, conforme previsto no art. 8º da Constituição Federal. O não comparecimento da empresa, seja ela associada ou não associada, implicará na renúncia ao direito de oposição e/ou na aceitação de todas as decisões tomadas na assembleia.

Goiânia, 25 de março de 2025.

Elvis Roberson Pinto - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA NOVA - GO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA AGRICULTURA FAMILIAR EDITAL Nº 01/2025

O Município de Fazenda Nova/GO, através da Secretaria Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que, fará nos dias indicados abaixo, na sede da Prefeitura (Depto. de Licitação), na Avenida Goiás, 551, Centro, Fazenda Nova/GO, Chamada Pública, conforme relação abaixo: EDITAL Nº 01/2025 CHAMADA PÚBLICA No dia 14/04/2025, às 09h, realizará a Chamada Pública, para a aquisição de gêneros alimentícios, através de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar, e de Fornecedores Individuais Rurais, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nos moldes da Lei nº 11.497/2009, Resolução FNDE nº 026/2013 e PORTARIA MDA 21/2014 - DAP, destinados à elaboração da merenda para os alunos da rede municipal de ensino. Maiores informações e Editais contendo as normas, especificações, quantitativos e condições para participação poderão ser obtidos na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, no prédio da Prefeitura, Avenida Goiás, 551, Centro, Fazenda Nova/GO ou site https://www.fazendanova.go.gov.br. Informações pelo e-mail cplprefeiturafazendanova@gmail.com ou telefone 0800-4941-023.

Fazenda Nova/GO. 24/03/2025.

Bruno Agusthynne Teixeira Neto/Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO PRESENCIAL 0027/2025 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 0027/2025 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, COM CONDUTOR PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELO (A) GESTOR (A). DATA: 09/04/2025 - HORA: 13H00M MAIORES INFORMAÇÕES: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com ABADIANIA, 21 DE MARÇO DE 2025. **LUIS ALBERTO PEREIRA DO PRADO MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA AVISO DE LICITAÇÃO TIPO PREGÃO PRESENCIAL 0026/2025 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 0026/2025 TIPO: MENOR PREÇO. INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM CONDUTOR PARA O TRANSPORTE DE PACIENTES, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELO (A) GESTOR (A). DATA: 10/04/2025 - HORA: 08H00M MAIORES INFORMAÇÕES: E-MAIL: cplabadiania@hotmail.com ABADIANIA, 24 DE MARÇO DE 2025. **LUIS ALBERTO PEREIRA DO PRADO MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO**

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

Torna-se público que o(a) o Município de Faina Go, por meio do(a) Rosângela Custodio de Bastos, realizará licitação na Modalidade Concorrência Eletrônica n°01/2025, do tipo EMPREITADA POR MENOR PREÇO UNITÁRIO, tendo por objeto Contratação de empresa para Execução de obras em forma de empreitada por menor preço unitário para Construção da Creche no Município de Faina/Go, FNDE Creche Tipo 2, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data de final de envio de PROPOSTA: 08/04/2025, às 08:00 hrs. Disponibilização do edital, endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.faina.go.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas através do email licitacoes@faina.go.gov.br. Município de Faina /GO, 24 de março de 2025. Faina-Go, 24 de Março de 2025

ROSANGELA CUSTODIO DE BASTOS
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. º 028/2025

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu, Estado de Goiás, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, tornam público para o conhecimento de todos os interessados **que fará realizar no dia 04 de abril de 2025, às 09:00 horas, no Sistema BNC, PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, visando motivada pela real necessidade de Registro de Preço para **contratação de empresa Promotora de Eventos**, conforme descrito no modelo de proposta anexo ao Edital do Pregão Eletrônico de nº 028/2025 nos termos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021. Para maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente sendo das 08h00min as 12h00min e das 14h00min as 17h00min, ou pelo telefone 0**64 3634-1228.

Chapadão do Céu – GO, 25 de março de 2025.
JAKELINE SOUZA SILVA
Agente de Contratação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA/GO. Contratada: Implementos BH Máquinas Agrícolas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.449.391/0001-80. **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. CONFORME CONVÊNIO FEDERAL- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA Nº942284/2023. **Prazo:** 19/02/2025 à 19/02/2026. **VALOR GLOBAL DESSA ATA REGISTRO DE PREÇOS É DE R$ 29.990,00 (vinte e nove mil novecentos e noventa reais).** Dotação nº20.606.0001.2.051-4.4.90.52. Fundamento Legal: Licitação Pregão Eletrônico **nº 42/2024**, Lei n° 14.133/2021, e alterações posteriores.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2025

Contratante: MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA. Contratada: M A M VIDAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.576.614/0001-77. **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLA, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. **CONFORME CONVÊNIO FEDERAL- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA Nº942284/2023. Prazo:** 19/02/2025 à 19/02/2026. **VALOR GLOBAL DESSA ATA REGISTRO DE PREÇOS É DE R$ 24.899,99 (vinte e quatro mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).** Dotação nº20.606.0001.2.051-4.4.90.52. Fundamento Legal: Licitação Pregão Eletrônico **nº 42/2024**, Lei n° 14.133/2021, e alterações posteriores.

Jeronymo José de Siqueira Neto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA NOVA - GO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2025.

O Município de Fazenda Nova/GO, torna pública a realização de licitação-modalidade PREGÃO PRESENCIAL-Tipo Menor Preço-Sistema de Registro De Preços-SRP. Edital nº 04/2025, sessão 09/04/2025 as 09h. Objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de produção, edição, transmissão e finalização de áudio e vídeos, bem como de serviço fotográfico, artes gráfica e de planejamento para as mídias sociais da Prefeitura de Fazenda Nova. Devendo os propoentes interessados atenderem as condições do edital e anexos, podendo adquiri-lo nos dias de expediente junto na Sala da Comissão Permanente de Licitações no prédio da Prefeitura, Avenida Goiás, 551, Centro, Fazenda Nova/GO ou site https://www.fazendanova.go.gov.br. Informações pelo e-mail cplprefeiturafazendanova@gmail.com ou telefone 0800-4941-023.

Fazenda Nova/GO. 24/03/2025.

Bruno Agusthynne Teixeira Neto - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA NOVA - GO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2024.

O Município de Fazenda Nova/GO, torna pública a realização de licitação-modalidade PREGÃO PRESENCIAL-Tipo Menor Preço-Sistema de Registro de Preços-SRP (art. 56, inciso I da Lei 14.133/21, modo de disputa aberto). Edital nº 05/2025, sessão 09/04/2025 as 14h (art. 55, inciso I, alínea "a" da Lei 14.133/21 "08 dias úteis", aquisição de bens, cujo critérios de julgamento de menor preço). Cujo objeto é a aquisição de materiais para confecção de bloquetes sextavados 25X25X8CM, de acordo com as especificações e condições descritas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos, para serem assentando em ruas do Município de Fazenda Nova, Estado/GO. Devendo os proponentes interessados atenderem as condições do edital e anexos, podendo adquiri-lo nos dias de expediente junto na Sala do Pregoeiro e Equipe de Apoio no prédio da Prefeitura, Avenida Goiás, 551, Centro, Fazenda Nova/GO ou site https://www.fazendanova.go.gov.br. Informações pelo e-mail cplprefeiturafazendanova@gmail.com ou telefone 0800-4941-023.

Fazenda Nova/GO, 24/03/2025.

Bruno Agusthynne Teixeira Neto/Pregoeiro.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DAMOLÂNDIA/GO

Aviso de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DAMOLÂNDIA/GO, CNPJ n° 08.325.807/0001-06. **Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 005/2025. **Tipo:** Menor Preço. **Regime:** Menor Preço por Item. **Data/Horário de Abertura:** 04/04/2025 às 08h:30m. Objeto: Aquisição de insumos e rouparias hospitalares para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Damolândia/GO. Local: **https://bnc.org.br/.** Mais Informações: No site da Prefeitura Municipal https://damolandia.go.gov.br/, (62) 3337-3133 e-mail: licitacao@damolandia.go.gov.br**. Gabryela Ribeiro Ferreira. Agente de Contratação.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA

AVISO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PESSOAL PARA SER CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO nº 001/2025

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Vila Boa, Goiás, no uso de suas atribuições legais torna público aos interessados, que no período de 26 de março a 01 de abril de 2025, no horário das 7h às 13h, na Prefeitura Municipal, em sua sede, situada na Rua Antônio Costa, Quadra 35, s/nº, Jardim Novo Aurora, Vila Boa-GO - CEP: 73.825-00, Goiás, estarão abertas as inscrições com a finalidade de selecionar pessoal para o exercício temporário do cargo de Monitor Escolar e Professor de Educação Física e Professor de Língua Portuguesa, para Rede Municipal de Ensino, para suprir necessidade excepcional de interesse público, para o ano de 2025. Maiores informações, tais como requisito número de vagas, vencimento básico e o Edital/Regulamento completo poderão ser obtidos no local acima indicado bem como pelo site: **www.vilaboa.go.gov.br**.

Vila Boa/GO, 25 de Março de 2025.

Eliandro Gomes da Silva - Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025

A Câmara Municipal de São Luís de Montes Belos-GO, torna público que fará à abertura do Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2025, a realizar-se no dia 04 de abril de 2025, a partir das 09:00 horas, local: https://bnccompras.com/, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo registro de preço, menor valor global, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM AR-CONDICIONADOS, TAÍS COMO: INSTALAÇÃO, RECARGA DE GÁS, HIGIENIZAÇÃO, REMANEJAMENTO E TUBULAÇÃO DE AR CONDICIONADOS, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, nas condições estabelecidas no Edital. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações, pelo telefone (62) 99169-9071, no horário de expediente e/ou pelo site: licitacao@saoluisdemontesbelos.go.leg.br. São Luís de Montes Belos - GO. 25 de março de 2025. Carlos Eduardo Ribeiro - Agente de Contratação/Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALOÂNDIA - GO
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2025

A Prefeitura de Aloândia, Estado de Goiás, torna público que fica designado para o dia 04/04/2025, às 08h00min, através da plataforma www.bll.org.br , PREGÃO ELETRÔNICO (Lei n° 14.133/21), tendo por objeto a eventual aquisição de insumos hospitalares. Os interessados poderão obter cópia do Edital no site www.aloandia.go.gov.br e site www.bll.org.br e esclarecimentos pelo fone 64-34961350. Aloândia, 25 de março de 2025. Weder Almeida Rodrigues, Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS - GO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2025

Modalidade: Pregão Presencial nº 03/2025 Com amparo legal na lei 14.133/2021. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de papelaria em geral para atender a necessidade do Município de Arenópolis-GO. Vencedores: Mega Comercio e Serviços Ltda, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ: 24.952.998/0001-92, valor da licitação R$ 475.538,85 (quatrocentos e setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos); Papel Magico Ltda pessoa jurídica, devidamente inscrita no CPF/CNPJ: 12.589.150/0001-61, valor da licitação R$ 681.992,98 (seiscentos e oitenta e um mil e novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos). Importa-se a presente licitação na importância total de R$: 1.157.531,83 (Um Milhão, Cento e Cinquenta e Sete Mil, Quinhentos e Trinta e Um Reais e Oitenta e Três Centavos). Inteiro Teor em: Arenópolis-GO, 24 de março de 2025.

Hugo Moreira dos Santos/Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BOA DE GOIÁS

CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS PARA NOMEAÇÃO Nº 05/2025 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL N° 001/2024

A Prefeitura Municipal de Vila Boa-GO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que ficam CONVOCADOS, conforme determinado no Decreto nº 003/2025, os candidatos aprovados no Concurso Público Municipal regido pelo Edital nº 001/2024.

Os convocados abaixo relacionados, deverão comparecer na Secretaria de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Vila Boa, localizada na Rua Antônio Costa Qd. 35 s/n, Jardim Nova Aurora – Vila Boa-GO em horário normal de Expediente (07:00 13:00) horas, num prazo máximo de 20 (vinte) dias munidos dos documentos autenticados arrolados no referido Edital, dos quais também serão listados abaixo.

ANALISTA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES: 0010286 ELLEN ALVES MACEDO. **AUXILIAR ADMINISTRATIVO:** 0010161 GLEICE PEREIRA GOES, 0011053 DANILA DE OLIVEIRA SILVA, 0012729 VALÉRIA MOREIRA DOS SANTOS, 0012383 NEUZILENE SANTANA DE SOUZA, 0011292 KEILA DE ALMEIDA SANTOS. **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:** 0012197 MARIANA SANTIAGO DE SOUSA, 0012696 CRISTINA DA SILVA SOUSA, 0012229 SAMANTA FERREIRA DE PAULA, 0011974 VALDISON GOMES RIBEIRO, 0011997 JOELMA APARECIDA FRANCISCO FIDELES, 0010240 LEANIA ALMEIDA BARRO, 0012279 LAYANE SARDINHA FONSECA BARROS, 0010676 AMANDA ROSA DOS SANTOS, 0011272 THAYSE DE SOUZA OLIVEIRA, 0012395 LUANNA RODRIGUES DE SOUZA, 0011294 LEILA DE BARROS PINTO.

CONTROLADOR INTERNO: 0011486 RENATO RIBEIRO BRANDÃO. **GARI:** 0012546 MARCELO GABRIEL VIEIRA BATISTA. **MERENDEIRA:** 0012576 ALINE GOMES FELIX. **MOTORISTA:** 0010654 MÁRCIO PEREIRA PASSOS, 0010868 LUCAS DOS SANTOS SOUZA, 0012171 ALAN DIEGO RESENDE DA SILVA, 0010301 ELIARDO OLIVEIRA MACIEL, 0010159 EDIRLEI RODRIGUES DOS SANTOS, 0011617 MATEUS CARDOSO DE MELLO SANTOS, 0012451 ANA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS, 0011382 JOSINEY REIS DA SILVA. **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 30 HORAS:** 0012037 MAIARA DA SILVA CASTRO, 0010280 JANIELE MARTINS DA SILVA, 0011363 MARCILENE DA PAIXÃO PEREIRA DE SOUSA, 0011731 JUNIA KELLE PIRIS DOS PASSOS VIEIRA, 0012339 ROSIMEIRE PEREIRA DOS SANTOS, 0010744 LUCIANA DA SILVA MARTINS. **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS:** 0011740 JOANINA FERREIRA DA COSTA, 0010590 WALERIA DUARTE RODRIGUES (PCD), 0010844 FRANCIELLY MOTTA TORRES, 0010322 FABIANA ARAÚJO SILVEIRA SOUSA. **PROFESSOR DE ATIVIDADES:** 0010961 ALINE DOS SANTOS GONCALVES, 0011525 VANDA FRANCISCO PEREIRA, 0010445 CRISTIANE PATRÍCIA GENÉSIO DA SILVA, 0011671 GEONES BRITO DOS SANTOS, 0011733 RAYANNE DOS SANTOS MAGALHÃES, 0011616 VALERIA FRANCISCO PEREIRA, 0010902 SANDRA REGINA CONCEIÇÃO SILVA, 0012214 GABRIELLA LOUHAINY BISPO MENDONCA.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇAO FÍSICA: 0012288 WANDER GOMES RIBEIRO. **PSICÓLOGO:** 0011205 ELIÊNE RODRIGUES PEREIRA. **VIGILANTE:** 0010114 WELINGTON ALVES DA SILVA, 0010069 THIAGO RODRIGUES GOMES, 0012351 DAVI SOUSA DE FREITAS, 0011247 DOUGLAS SANTOS MACHADO, 0011885 SAMUEL SMIHT SOUSA, 0010968 SAMUEL GOMES DOS SANTOS, 0011505 JHEIMIS RAICK CAMPELO DE ANDRADE. Os candidatos aprovados e classificados terão o prazo de até **30 dias**, contados da publicação da nomeação, **para comprovar todos os requisitos abaixo determinados e tomar posse.** Os documentos exigíveis para a nomeação estão contidos no artigo 9.3 do Edital 001/2024. O convocado (a) que não se interessar pela vaga deverá procurar a Secretaria Municipal de Recursos Humanos para preencher o Termo de Desistência de Nomeação num prazo máximo de trinta dias a contar com a desta da convocação. **Fica alertado que o não comparecimento no prazo deferido anteriormente poderá implicar na perda do direito à posse e de qualquer outro direito inerente ao concurso Público Municipal, conforme os termos do Edital.**

VILA BOA - GO, 24/03/2025.

Tayrlana da Silva Santarém - SECRETARIA ESPECIAL DE RECURSOS HUMANOS.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 17 DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2022.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BRTÂNIA, Estado de Goiás, no uso de suas funções legais e; **CONSIDERANDO** o Decreto n.° 395, de 03 de julho de 2023, o Decreto n.° 427, de 07 de julho de 2023, e o Decreto n.° 724, de 19 de setembro de 2023, que homologam o Concurso Público n.º 001/2022**; CONVOCA, o candidato indicado no Anexo I, aprovado no Concurso Público n.º 001/2022, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste edital, ou do recebimento pessoal do mesmo compareça junto ao departamento de Recursos Humanos do Município, localizado na Av. Brasília, Centro, Britânia(GO), acompanhado dos documentos indicados no item 18.15 do Edital do Concurso Público n.º 001/2022, ao tempo que os itens 3 e 18.16 referem-se aos documentos necessários para a posse.** O não comparecimento no prazo indicado implicará na renúncia ao cargo, com a consequente convocação do próximo candidato aprovado na ordem de classificação. Britânia - GO, 21 de março de 2025. **MARIA DO DISTERRO DOS SANTOS - PREFEITA. ANEXO I - RELAÇÃO DE CONVOCADOS. CARGO: ELETRICISTA - APROVADOS E CLASSIFICADOS - Ampla; concorrência: RENATO DE SOUSA SILVA, 27,50 - 1º.**

GOIÁS ALIMENTOS S/A
CNPJ.: 05.207.895/0001-53

Balanços Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	2024	2023	Passivo e Patrimônio Liquido	2024	2023
Ativo	**28.845.157**	**18.969.907**	**Circulante**	**56.324.555**	**46.803.002**
Disponibilidades	20.930	126.213	Fornecedores	23.755.649	23.507.357
Contas a receber de clientes	21.173.717	7.916.446	Financiamentos e empréstimos	15.243.510	4.811.327
Duplicatas Descontadas	-2.451.910	-5.979.244	Obrigações sociais e trabalhistas	3.108.964	1.392.779
Estoques	7.688.873	15.799.308	Impostos e contribuições	12.279.389	10.566.116
Impostos a recuperar	294.011	534.841	Outras contas a pagar	1.937.043	6.525.423
Adiantamentos a fornecedores	2.119.536	569.963			
Outras contas a receber	0	2.380			
	35.052.302	**33.305.776**	**Não Circulante**	**198.369.904**	**189.855.500**
Realizável a longo prazo			Financiamentos e empréstimos	184.782.773	175.977.870
Impostos a Recuperar	264.543	409.529	Impostos e contribuições	13.587.131	13.877.630
Investimentos	3.773	423.626	**Patrimônio líquido**	-190.797.000	-184.382.819
			Capital social	78.515.736	78.515.736
Imobilizado	34.783.986	32.472.621	Adiantamento para futuro aumento capital	725.780	725.780
			Capital a integralizar	-320.905	-320.905
			Reserva de capital	130.912	130.912
			Resultado acumulado	-265.133.528	-260.535.163
			Resultado do exercício	-4.714.995	-2.899.179
Total do Ativo	**63.897.459**	**52.275.683**	**Total do Passivo e Patrimônio Liquido**	**63.897.459**	**52.275.683**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Capital social	Reservas de Capital	AFAC	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**78.515.736**	**130.912**	**725.780**	**-320.905**	**-260.535.163**	**-181.483.640**
Prejuízo do exercício					-2.899.179	-2.899.179
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**78.515.736**	**130.912**	**725.780**	**-320.905**	**-263.434.342**	**-184.382.819**
Ajuste de exercício anterior					-1.699.186	-1.699.186
Prejuízo do exercício					-4.714.995	-4.714.995
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**78.515.736**	**130.912**	**725.780**	**-320.905**	**-266.333.521**	**-190.797.000**

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	28.703.634	41.518.492
Venda de Serviços	16.484.059	15.551.809
Revenda de produtos	174.521	275.255
Deduções		
Impostos e deduções sobre as vendas	-8.583.402	-10.212.930
Receita operacional líquida	**36.778.812**	**47.132.626**
Custos dos produtos vendidos	**-24.557.060**	**-29.860.820**
Custos dos serviços prestados	**-5.042.933**	**-6.053.644**
Custos dos produtos revendidos	**-71.938**	**-105.301**
Lucro Bruto	**7.106.881**	**11.112.861**
Despesas/ receitas operacionais	**-3.676.638**	**-6.947.533**
Administrativas e gerais	-5.302.213	-7.165.882
Outras despesas / receitas operacionais	1.625.575	218.349
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**3.430.243**	**4.165.328**
	-8.145.238	-7.064.507
Receitas financeiras	1.400.476	93.176
Despesas financeiras	-9.545.714	-7.157.683
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**-4.714.995**	**-2.899.179**
Imposto de renda e contribuição social – Diferido		
Prejuízo do exercício	**-4.714.995**	**-2.899.179**

Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa	**2.024**	**2.023**
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	**-4.714.995**	**-2.899.179**
Depreciação e amortização		
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	1.743.420	1.269.393
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo	7.359.439	6.911.814
(Aumento)/ diminuição em contas a receber	-16.784.605	-1.341.841
(Aumento)/ diminuição nos estoques	8.110.435	-8.742.742
(Aumento)/ diminuição em impostos a recuperar	385.816	-65.183
(Aumento)/ diminuição em outros créditos	-1.547.193	-558.313
Aumento/(diminuição) em fornecedores	248.292	15.702.499
Aumento/(diminuição) em outras contas s pagar/Obrigações trabalhistas sociais e tributárias	-1.449.421	-4.243.230
(=) Total do Caixa líquido das atividades operacionais	**-6.648.812**	**6.033.218**
Fluxo de caixa das atividade de investimento:		
(-) Investimentos	419.853	-111.511
(-) Aquisição de imobilizado	-4.868.048	-15.573.067
(+) Baixa de imobilizado	813.263	0
(=) Total do Caixa líquido das atividades de investimento	**-3.634.932**	**-15.684.578**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento em Empréstimos e financiamentos	15.009.243	11.984.478
Pagamento em Empréstimos e financiamentos	-3.131.596	-2.226.818
Ajuste de exercício anterior	-1.699.186	0
(=) Caixa líquido das atividade de financiamento	**10.178.461**	**9.757.660**
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	-105.283	106.300
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	126.213	19.913
Caixa a equivalentes de caixa fim do exercício	20.930	126.213
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	**-105.283**	**106.300**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jalles Fontoura de Siqueira	**Valdirene Gourete da Luz Silva**
Presidente do Conselho de Administração	Contadora - CRC/GO 019699

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em reais)

1.1 Contexto operacional
A Goiás Alimentos é uma sociedade anônima de prazo indeterminado, constituída segundo as leis do Brasil, com sede e foro na Rodovia GO 080, Km 174 na cidade de Goianésia/GO. A Companhia teve início de suas operações em 01/07/2002.
A Companhia tem como atividades preponderantes: (i) industrialização de tomate; (ii) industrialização de milho; (iii) prestação de serviços de industrialização de tomate; e (iv) participação societária em outras sociedades.
O plantio de tomate (principal matéria prima para a produção de polpa de tomate), requer um período de 120 dias entre o plantio e a colheita inicia-se, geralmente, entre os meses de março e abril de cada ano e termina, em geral, entre os meses de agosto e setembro, período em que também ocorre a produção de polpa, para posterior industrialização.
A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente pelas condições de oferta e demanda normais dos mercados em que atua.
A Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R$ 190.797.000 (R$ 184.382.819 em 2023), capital circulante negativo de R$ 27.479.398 (R$ 27.833.095 em 2023), devido, principalmente, a falta de aporte de capital dos acionistas para a conclusão do projeto e da decisão da Companhia de concluir os investimentos no parque fabril utilizando-se de capital de terceiros, mediante pagamento de juros sobre esse capital incompatíveis com taxas razoáveis para investimentos. Com o endividamento visando a finalização das obras físicas e para a aquisição de equipamentos para o início das operações, faltaram recursos para capital de giro necessário à regularidade na fabricação de seus produtos e investimentos no mercado. Com isso, a Companhia opera com baixa utilização do parque fabril, o que provoca altas taxas de ociosidade, elevando seus custos de produção.
Visando eliminar esta fonte de prejuízos, parcela dos acionistas da Companhia estão em tratativas para propor à Assembleia Geral de Acionistas o aporte de recursos no capital social, visando eliminar dívidas com terceiros e as consequentes despesas com encargos financeiros, permitindo a composição de seu capital de giro, geração de caixa, a utilização da capacidade produtiva da empresa e a consequente geração de lucros..

2 Base de Preparação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações (“LSA”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
Estas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3 Principais práticas contábeis
Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:
(a) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são reconhecidas obedecendo aos seguintes critérios contábeis:
i) Vendas de Mercadorias - é reconhecida quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios ao cliente, que acontece em ato concomitante com o faturamento e a disponibilização da entrega dos produtos aos clientes para a retirada dos produtos. A transferência dos riscos e responsabilidade nas operações de vendas ocorre no mesmo ato da emissão das notas fiscais, mediante autorização de faturamento pelos bancos financiadores das operações aos clientes.
j) Receita de prestação de serviços- é reconhecida preponderantemente quando do faturamento e que ocorre no momento da entrega da prestação dos serviços aos clientes.
(b) Ativo circulante e não circulante
• Caixa e equivalente de caixa
Para fins da demonstração do fluxo de caixa, a Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, os saldos provenientes das contas de caixa e os depósitos bancários à vista até a data de encerramento do exercício e elaboração do balanço.
• Instrumentos financeiros
i) Ativos financeiros não derivativos
Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, fornecedores, assim como contas a pagar e outras dívidas.
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo através do resultado.
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Após o reconhecimento inicial dos custos de transação atribuíveis, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, as mudanças no valor e flutuações desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
• Empréstimos e Recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
• Outros Créditos
Registra o valor dos créditos relativos à recuperação de impostos a serem futuramente compensados.
• Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição/produção ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor dos produtos acabados contempla as matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção consumidos, a depreciação das instalações industriais, os gastos com pessoal próprio e terceiros envolvidos na produção e manutenção industrial e os gastos logísticos para a transferência desses produtos da fábrica para o centro logístico.
• Imobilizado
O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos
Passivo circulante e não circulante
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas ate a data do balanço patrimonial.
• Obrigações Previdenciárias e Trabalhistas
São registrados nessa rubrica os encargos sobre folha de pagamento a pagar, bem como, os encargos retidos a pagar.
• Provisão de Férias e Encargos:
Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço
• Provisão de 13º Salário e Encargos
Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço

2.4. Contas a receber

Descrição	2024	2023
Contas a receber de clientes	21.173.717	7.916.446
Títulos descontados	(2.451.910)	(5.979.244)
	18.721.807	**1.937.202**

Administração da companhia não reconheceu provisão para devedores duvidosos por entender que não há risco de credito nas duplicatas a receber.

3.5.Estoques

Descrição	2024	2023
Produto Acabado	2.837.939	9.872.673
Material de Embalagem	2.405.049	2.330.134
Material de Consumo	2.445.885	3.596.501
Total	**7.688.873**	**15.799.308**

6. Investimentos
Em 2024 houve alienação de parte dos investimentos.

Investimentos	2024	2023
Coop. Créd. Empresarial Vale S. Patrício Ltda	3.773	423.626
Total do Investimento	**3.773**	**423.626**

7.Imobilizado
O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas, as quais são determinadas pela legislação fiscal;

Bem	Saldo 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Capitalização encargos	Saldo 31/12/2024
CUSTO:						
Terrenos	843.008					843.008
Edifícios/Benfeitorias	12.533.978					12.533.978
Instalações	68.602					68.602
Máquinas e equipamentos	26.620.618	561.080		7.403.863		34.585.561
Móveis e utensilios	3.462.918	51.123	-823.421			2.690.620
Veículos	375.203		-171.219			203.984
Equip. de informática H	613.323					613.323
Equip. de informática S	800.135					800.135
Obras em andamento	19.411.226	973.830		-7.403.863	3.282.015	16.263.208
	64.729.011	1.586.033	-994.640	0	3.282.015	68.602.419
DEPRECIAÇÃO:						
Terrenos	0					0
Edifícios/Benfeitorias	8.684.046	494.706				9.178.752
Instalações	6.686	6.860				13.546
Máquinas e equipamentos	20.823.553	928.623				21.752.176
Móveis e utensilios	1.512.793	195.500	-144.279			1.564.014
Veículos	57.843	55.455	-37.098			76.200
Equip. de informática H	387.140	55.256				442.396
Equip. de informática S	784.329	7.020				791.349
Obras em andamento	0					0
	32.256.390	1.743.420	-181.377	0	0	33.818.433
Liquido	32.472.621		-813.263			34.783.986

Obras em andamento:
As obras em andamento referem-se principalmente: (i) ampliação da fábrica de industrialização de tomate de 700 toneladas dia para 1.400 toneladas; e (ii) construção da planta de cogeração de energia a partir do vapor da caldeira maior e com a produção estabilizada.
Capitalização de custos de empréstimos:
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos de empréstimos capitalizados totalizaram R$ 3.282.015 (R$ 1.734.118 em 2023).

8. Fornecedores a pagar
São registrados nessa conta contábil os valores a pagar os fornecedores de bens ou serviços.

9. Empréstimos e Financiamentos

Moeda Nacional	2024	2023
Incentivo Fiscal Produzir.	12.696.166	12.696.166
Capital de Giro	187.330.117	168.093.031
Total dos Empréstimos e Financiamentos	**200.026.283**	**180.789.197**
Passivo circulante	15.243.510	4.811.327
Passivo não circulante	184.782.773	175.977.870

Os Empréstimos e Financiamentos são garantidos por aval de acionistas e hipoteca do imóvel sede.
Empréstimos com partes relacionadas:
Referem-se a R$ 167.675.284. e são remunerados a taxa CDI + 3% ao ano
Empréstimos com bancos:
Referem-se a R$ 19.654.833 a taxa média de remuneração é de CDI +6 % ao ano.

10. Obrigações Fiscais e Tributárias
São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sejam eles tributos próprios ou retidos na fonte.

Moeda Nacional	2024	2023
Tributos Parcelados	13.587.131	13.877.630
Obrigações sociais e trabalhistas	3.108.964	1.392.779
Impostos e contribuições	12.279.389	10.566.117
Outras contas a pagar	1.937.043	6.525.422
Total dos Impostos e contribuições	**30.912.527**	**32.361.948**

11. Provisão para contingências
A Companhia não constitui provisão para contingências por considerar que os processos judiciais em andamento não representam riscos reais de perdas, com efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

12. Patrimônio líquido
(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 78.515.736 e está representado por 78.515.736 ações ordinárias, totalmente integralizadas.
(b) Distribuição de lucros e remuneração sobre o capital próprio
O Estatuto prevê distribuição de lucros, porém, no exercício de 2024, há prejuízos acumulados a compensar, não havendo, assim, lucros a distribuir.
(c) Reserva de Capital
A Reserva de Capital refere-se a ágio pago pelos subscritores do capital social autorizado da sociedade.
(d) Reserva de incentivos fiscais
Refere-se ao programa de incentivo estadual denominado “Pro Goiás” junto ao Estado de Goiás, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS, no montante de R$ 587.959 em 2024 (R$ 817.070 em 2023).

12. Receita Líquida

Receita Bruta	2024	2023
Venda de Produtos	28.703.634	41.518.492
Venda de Serviços	16.484.059	15.551.809
Revenda de mercadorias	174.521	275.255
Total das Receitas	**45.362.214**	**57.345.556**

13. Deduções com vendas

Deduções	2024	2023
Devoluções de vendas	1.046.564	598.608
PIS	657.708	831.024
COFINS	3.029.462	3.827.745
ICMS	3.849.668	4.955.553
Total das deduções	**8.583.402**	**10.212.930**
Receita Liquida	**36.778.812**	**47.132.626**

14. Custo dos produtos vendidos

Custo Produtos Vendidos	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	24.557.060	29.860.820
Custo dos serviços prestados	5.042.933	6.053.644
Custo das mercadorias revendidas	71.938	105.301
Total dos Custos	**29.671.931**	**36.019.765**

15. Despesas Administrativas

Despesas Administrativa	2024	2023
Despesas com pessoal	578.940	477.968
Encargos Sociais e trabalhistas	223.785	167.377
Outras Despesas Administrativas	3.931.814	5.221.552
Despesas Tributárias	567.674	1.298.985
Total dos Custos	**5.302.213**	**7.165.882**

16. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2024	2023
Receitas financeiras	1.400.476	93.176
Despesas financeiras	-9.545.714	-7.157.683
Total do Resultado Financeiro	**-8.145.238**	**-7.064.507**

17. Outras despesas /receitas operacionais

	2024	2023
Aluguel de Pivot	0	27.546
Reversão saldos com fornecedores antigos	797.665	0
Rendimentos de quotas de capital coopercred/emprecred	36.603	111.510
Renegociação de Parcelamento ICMS	281.460	0
Outras despesas/receitas operacionais	509.847	79.293
Total de outras despesas/receitas operacionais	**1.625.575**	**218.349**



Caldas Novas Transmissão S.A.

Leilão nº 008/2010 - LOTE C - SE Corumbá 345kV

CNPJ nº 13.317.273/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2024

Goiânia-GO Março de 2025

Senhores Acionistas,

A Administração da Caldas Novas Transmissão S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

1. HISTÓRICO

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma empresa de capital fechado, constituída em 25 de janeiro de 2011, oriunda do Consórcio Caldas Novas, que se sagrou vencedor no Leilão ANEEL nº 008/2010, no que tange ao Empreendimento denominado LOTE C, tendo como objetivo principal a ampliação da Subestação da UHE Corumbá, e n t ã o de propriedade de Furnas, hoje Eletrobrás, com a instalação de dois Autotransformadores rebaixadores (345/138 kV) para o atendimento dos consumidores da Região da cidade de Caldas Novas - GO, cujo suprimento é de responsabilidade da Distribuidora Equatorial.

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 003/2011, assumindo a responsabilidade pela construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos.

No dia 12 de agosto de 2011, a Companhia assinou com Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Contrato de Prestação dos Serviços de Transmissão nº 010/2011, assumindo a responsabilidade pelos serviços de transmissão de energia elétrica, obedecendo os Procedimentos de Rede, também pelo mesmo prazo.

As instalações da Caldas Novas Transmissão tiveram o início da operação integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 26/08/2013, com a emissão dos Termos de Liberação Parcial (TLP) de números 196, 197 e 198/P/9/2013 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 28/01/2015, foram emitidos os Termos de Liberação Definitivo (TLD) de números 048, 049 e 050/D/1/2015 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

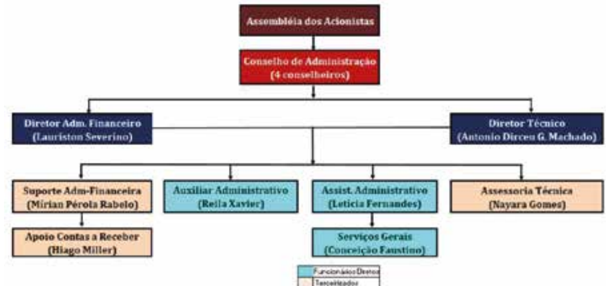
2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Caldas Novas Transmissão S.A. é uma sociedade de economia mista, e possui como acionistas ELETROBRÁS (49,90%), CEL ENGENHARIA LTDA (25,05%) e SANTA RITA COM. E INSTALAÇÕES LTDA. (25,05%), conforme estrutura abaixo:



3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

A Caldas Novas Transmissão S.A. possui a seguinte estrutura administrativa:



4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A Caldas Novas Transmissão S.A. iniciou seu Capital Social no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de sua constituição, em 25/01/2011, conforme Ato de Constituição. Em vista dos aportes acionários que foram efetuados ao longo do empreendimento, a Companhia possui atualmente um Capital Integralizado no valor de R$ 18.149.094,00 (dezoito milhões cento e quarenta e nove mil e noventa e quatro reais), conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) datada de 05/08/2019.

5. INVESTIMENTOS

A Caldas Novas Transmissão S.A. realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento. Em termos de investimentos para operação, em 2024, foram implementados um galpão e base de concreto para armazenamento de sobressalentes, e adquirido um PC Industrial para a SE Corumbá que totalizaram o valor de R$ 201.150,09 (duzentos e um mil e cento e cinquenta reais e nove centavos).

6. MEIO AMBIENTE

Após a conclusão dos serviços de implantação das instalações, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Caldas Novas Transmissão, em 09/08/2013, foi emitida pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH) a Licença de Funcionamento n° 1051/2016.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 308/99 a Caldas Novas Transmissão S.A. renovou contrato de auditoria externa com a Berkan Auditoria e Consultoria, no valor anual de R$ 22.571,14 (vinte e dois mil e quinhentos e setenta e um reais e quatorze centavos) para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2024.

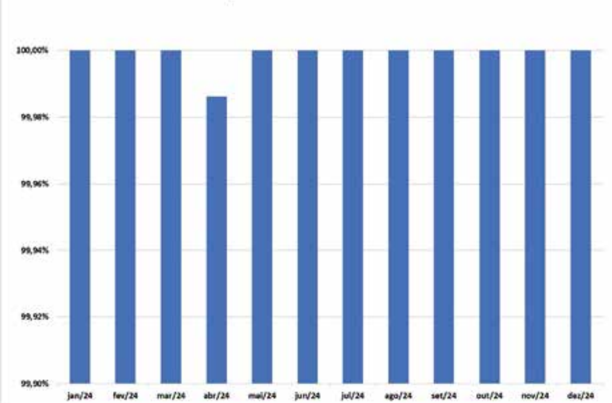
8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os serviços Operação e Manutenção da Caldas Novas Transmissão foram realizados pela CEL Engenharia Ltda, referente às instalações da SE na UHE Corumbá, com um valor contratual mensal de R$ 103.069,53 (cento e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos) data-base 12-2024, reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Caldas Novas Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2024, ocorreram 2 (duas) eventos geradores de Parcelas Variáveis, sendo eles:

- Dia 09/04/2024, com duração de 3 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 1.936,65 proveniente de um desligamento automático na Função de Transmissão TR 345/138kV CORUMBA TR1 GO, ocasionado pela demora em ligar a LT 345kV Corumbá / Itumbiara devido falha no fechamento do disjuntor 8222 da SE Corumbá;
- Dia 09/04/2024, com duração de 3 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R$ 1.936,65 proveniente de um desligamento automático na Função de Transmissão TR 345/138kV CORUMBA TR2 GO, ocasionado pela demora em ligar a LT 345kV Corumbá / Itumbiara devido falha no fechamento do disjuntor 8222 da SE Corumbá.



10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Caldas Novas Transmissão S.A.:

Dados Econômico-Financeiros	2024
Receita Operacional Líquida (R$ milhares)	6.977
Custo de Operação e Manutenção (R$ milhares)	(1.983)
Lucro Bruto do Exercício (R$ milhares)	**4.994**
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R$ milhares)	(1.069)
Resultado Financeiro Líquido (R$ milhares)	(168)
IR e Contribuição Social (R$ milhares)	(302)
Resultado do Exercício (R$ milhares)	**3.484**
Ativo Total (R$ milhares)	76.925
Passivo Total (R$ milhares)	(9.581)
Patrimônio Líquido (R$ milhares)	**(67.344)**

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2024 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R$ milhares)	**3.484**
Constituição de Reserva Legal 5% (R$ milhares)	174
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R$ milhares)	827
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	2.483

Atenciosamente,

Célio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Lauriston Severino **Antonio Dirceu Guimarães Machado**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.650	667
Concessionárias e permissionárias	6	827	798
Ativo contratual	7	6.202	5.977
Outros ativos		294	254
Total do ativo circulante		**8.973**	**7.696**
Não circulante			
Aplicações financeiras	5	756	693
Ativo contratual	7	67.187	67.790
Imobilizado		9	10
Total do ativo não circulante		**67.952**	**68.493**
Total do ativo		**76.925**	**76.189**

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		270	106
Empréstimos e financiamentos	9	975	1.072
Obrigações tributárias		121	119
Obrigações sociais e trabalhistas		21	24
Dividendos a pagar	11.d	828	879
Outras contas a pagar		285	245
Total do passivo circulante		**2.500**	**2.445**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	2.142	2.971
Tributos diferidos	15.a	4.939	4.965
Total do passivo não circulante		**7.081**	**7.936**
Patrimônio líquido	11		
Capital social		18.149	18.149
Reserva de lucros		49.195	47.659
Total do patrimônio líquido		**67.344**	**65.808**
Total do passivo e patrimônio líquido		**76.925**	**76.189**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**18.149**	**2.825**	**3.221**	**37.407**	**-**	**61.602**
Reversão de dividendos do exercício de 2022			1.383	-		1.383
Resultado do exercício	-		-	-	3.702	3.702
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal	-	185	-	-	(185)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-		-	-	(879)	(879)
Constituição da reserva retenção de lucros	-		-	2.638	(2.638)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**18.149**	**3.010**	**4.604**	**40.045**	**-**	**65.808**
Reversão de dividendos			879	-		879
Pagamento de dividendos mínimos não distribuídos em períodos anteriores			(2.000)			(2.000)
Dividendo não distribuído - Reclassificação	-	(273)	3.597	(3.324)	-	-
Destinação do resultado do exercício					3.484	3.484
Constituição da reserva legal	-	174	-	-	(174)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-		-	-	(828)	(828)
Constituição da reserva retenção de lucros	-		-	2.482	(2.482)	-
Saldo em 30 de junho de 2024	**18.149**	**2.911**	**7.081**	**39.203**	**-**	**67.344**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do período		**3.484**	**3.702**
Ajustado por:			
Impostos diferidos	15.a	(26)	119
Remuneração do ativo contratual	7	(5.768)	(5.702)
Ganhos/perdas do ativo contratual		171	(1.805)
Depreciação		1	1
Juros P&D		23	22
Juros de empréstimos e financiamentos	9.c	309	399
		(1.806)	**(3.264)**
Variação dos ativos e passivos operacionais			
Ativo contratual	7	5.975	5.744
Concessionárias e permissionárias		(29)	(38)
Outros ativos		(39)	191
Fornecedores		164	8
Obrigações tributárias		253	218
Obrigações sociais e trabalhistas		(3)	7

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Outras contas a pagar		17	32
Imposto de renda e contribuição social pagos		(251)	(211)
Caixa líquido das atividades operacionais		**6.087**	**5.985**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) redução nas Aplicações financeiras		(63)	226
Caixa líquido das atividades de investimento		**(63)**	**226**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	11.d	(2.000)	(1.500)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	9.c	(951)	(1.173)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	9.c	(284)	(356)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(3.235)**	**(3.029)**
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		**983**	**(116)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		667	783
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.650	667
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**983**	**(116)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita líquida	12	6.977	8.151
Custo de operação e manutenção	13	(1.983)	(2.833)
Lucro bruto		**4.994**	**5.318**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração dos administradores	8	(486)	(485)
Remuneração do pessoal		(166)	(142)
Serviço de terceiros		(358)	(356)
Outras receitas e despesas operacionais		(59)	(62)
Total das despesas gerais e administrativas		**(1.069)**	**(1.045)**
Receitas financeiras		181	165
Despesas financeiras		(349)	(434)
Resultado financeiro líquido	14	**(168)**	**(269)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**3.757**	**4.004**
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.c	(283)	(248)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.c	10	(54)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**3.484**	**3.702**
Resultado por ação		**0,19**	**0,20**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	3.484	**3.702**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	**3.484**	**3.702**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (*Em milhares de Reais*)

	31.12.2024	31.12.2023
Geração de Riqueza		
Receitas		
Receitas de operação e manutenção	1.978	1.267
Receitas de remuneração e ganhos/perdas do ativo de contrato	5.597	7.507
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.343)	(3.083)
Valor adicionado bruto	**5.232**	**5.691**
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**5.231**	**5.690**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	181	165
Valor adicionado total a distribuir	**5.412**	**5.855**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**(553)**	**(532)**
Remuneração direta	(465)	(453)
FGTS	(7)	(6)
Benefícios	(81)	(73)
Impostos, taxas e contribuições	**(997)**	**(1.159)**
Tributos federais	(651)	(719)
Tributos estaduais	(23)	(136)
Encargos setoriais	(319)	(304)
Outras taxas e contribuições	(4)	-
Remuneração de capitais de terceiros	**(378)**	**(462)**
Encargos de dívida e variação monetária	(332)	(398)
Aluguéis	(29)	(29)
Outras	(17)	(35)
Remuneração de capitais próprios	**(3.484)**	**(3.702)**
Dividendos mínimos obrigatórios	(828)	(879)
Lucros retidos	(2.656)	(2.823)
Valor adicionado distribuído	**(5.412)**	**(5.855)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Caldas Novas Transmissão S.A. (“Companhia”), com sede em Goiânia, Estado de Goiás, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em Assembleia Geral de Constituição em 25 de janeiro de 2011. A Companhia foi formada pelas vencedoras do Lote C do Leilão Público nº 008/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Atualmente, seu quadro acionário é composto por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Santa Rita Com. e Instalações Ltda. (“Santa Rita”) e Cel Engenharia Ltda. (“Cel”).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela implementação, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA, e de entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

1.1 Da concessão

No dia 16 de junho de 2011, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2011 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Goiás:

Instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA.

Entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.343/2024, emitida pela ANEEL em 09 de julho de 2024, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2024-2025 é de R$ 7.384 (R$ 7.105 no ciclo 2023/2024), já incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

continua...

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.
Devendo também construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para a obtenção dos licenciamentos.
Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:
Reserva Geral de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. O despacho 2.390/2024 publicado pela ANEEL em 20 de agosto de 2024 definiu quota mensal de R$ 14.570,82 (Quatorze mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e dois centavos), vigente de agosto/2024 a junho/2025.
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado e publicado pela ANEEL, de forma proporcional ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.131/2024 publicado pela ANEEL em 23 de julho de 2024 definiu contribuição total no valor de R$ 24.173,65 (vinte e quatro mil, cento e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos), vigente de julho/2024 a junho/2025, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.
Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,25%.

2 Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (***International Financial Reporting Standards*** (IFRS), emitidas pelo ***International Accounting Standards Board*** (IASB)).
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2025.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.
A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

(ii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa de desconto aplicada ao ativo contratual representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

(iii) Margem de construção

A margem de construção foi calculada de acordo com um fluxo projetado, no qual considerou-se desembolsos com a saída de recursos para construção utilizando o CAPEX da concessão e estimou-se a amortização de acordo com as premissas de O&M definidas.

(iv) Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(v) Determinação das receitas de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é calculada levando em consideração a estrutura de custos previstas no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem que reflete a proporção do custo sobre a receita estimada.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:
<u>Receita de infraestrutura</u>
A obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
<u>Receita de remuneração ativo de concessão</u>
Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de remuneração incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
<u>Receita de operação e manutenção</u>
Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.
A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:
• Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade do projeto de transmissão foi de 10,47% a.a.
• A remuneração do ativo contratual é estabelecida no início de cada projeto, em conjunto com a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato foi 8,13% a.a.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.
A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.
Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
(vii) Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e equivalentes de caixa", e "Concessionárias e permissionárias".
Valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.
Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras".

(viii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
Em 31 de dezembro de 2024, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT).

e. Ativo contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.
O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão (a partir da Receita Anual Permitida - RAP), ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).
A Receita Anual Permitida (RAP), é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. Outros investimentos feitos com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, que não tenham sido amortizados (bens reversíveis) até o término da concessão, podem refletir no direito de indenização pelo Poder Concedente.

f. Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.
Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

g. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 - IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Revisão do CPC 09 (R1)	Critérios de apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá o CPC 26 - IAS 1 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.	01/01/2027
IFRS 19	Divulgação reduzida em subsidiárias sem obrigação pública.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Fixo		5	7
Conta corrente - Caixa Econômica		1	382
Aplicação financeira - Banco do Brasil	Aplicação automática *	313	172
Aplicação financeira - Caixa Econômica Federal	FIC Giro**	1.331	106
		1.650	**667**

* Refere-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) e é remunerada até 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
** Refere-se a Depósito Interfinanceiro (DI) a média de remuneração mensal é de 0,78% em 31 de dezembro 2024 (0,96% em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras

Descrição	Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
CEF	FIC especial/personal RF LP *	756	693
		756	**693**

* Refere-se à aplicação financeira em cotas dos Fundos de Investimentos FIC ESPECIAL RF LP e FIC PERSONAL RF LP de carteira diversificada de ativos financeiros de renda fixa do Banco Caixa Econômica Federal, e estão vinculadas ao financiamento com o BNDES como garantia concedida à instituição financeira. As movimentações nessas aplicações requerem aprovação prévia do BNDES. A média de remuneração mensal é de 0,89% em 31 de dezembro de 2024 (1,07% em 31 de dezembro de 2023).

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)	686	664
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	132	127
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	9	7
	827	**798**

(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação do Operador Nacional do Sistema - ONS;
Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

7 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	6.202	5.977
Não circulante	67.187	67.790
Saldo do ativo contratual	**73.389**	**73.767**

O ativo contratual apresentou a seguinte movimentação nos exercícios:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**72.004**
Atualização monetária	5.702
Amortização do ativo contratual	(5.744)
Ganho em função da RTA (i)	1.805
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**73.767**
Atualização monetária	5.768
Amortização do ativo contratual	(5.975)
Perda em função da RTA (i)	(171)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**73.389**

(i) Quando são homologados os novos valores de receita, a companhia reconhece no resultado os efeitos entre a RAP projetada e a homologada para o ciclo.
A companhia obteve autorização para realizar o reforço por meio do Despacho ANEEL nº 3.601/2024, com um orçamento previsto de R$ 35 milhões. A Receita Anual Permitida (RAP) estimada para o reforço é de R$ 5 milhões.
O prazo final para a conclusão das obras é de 30 meses, com término previsto para maio de 2027.

8 Transação com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas e membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

		31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(a)	3	-	5	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	(a)	2	23		
COS Engenharia Ltda.	(b)	-	-	-	-
Cel Engenharia Ltda.	(b)	-	88	-	84

		31/12/2024 Resultado		31/12/2023 Resultado	
		Receita	Despesa	Receita	Despesa
Furnas Centrais Elétricas S.A.	(a)	20	153	30	256
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás	(a)	10	135	-	-
COS Engenharia Ltda.	(b)	-	-	-	657
Cel Engenharia	(b)	-	1.184	-	474

(a) Os valores apresentados referem-se ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI), Comissionamento, Ressarcimento e utilização da rede de energia elétrica. Houve a incorporação de Furnas pela Eletrobrás em 2024, conforme informado na nota explicativa nº 11.a.
(b) Os valores apresentados correspondem ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção e Serviços de Manutenção realizados no período.

Remuneração dos administradores

A Remuneração dos administradores foi aprovado em AGOE no dia 30 de abril de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro 2024, a remuneração dos administradores com os encargos incidentes, totalizou R$ 486 (R$ 485 em 31 de dezembro de 2023), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

9 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Taxa anual de juros	Data de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
BNDES Contrato 13211071015	2% a.a. + TJLP	Março/2028	3.117	4.043
			3.117	**4.043**
Circulante			975	1.072
Não circulante			2.142	2.971

b. Cronograma de pagamento

2025	975
2026	959
2027	959
2028	224
	3.117

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Em 31 de dezembro de 2022	**5.173**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	(1.173)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(356)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(1.529)**
Outras Variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	399
Total das outras variações relacionadas com passivos	**399**
Em 31 de dezembro de 2023	**4.043**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(951)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(284)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(1.235)**
Outras Variações	
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	309
Total das outras variações relacionadas com passivos	**309**
Em 31 de dezembro 2024	**3.117**

Os juros pagos estão sendo apresentados nas atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa por representarem custos na obtenção de recursos financeiros.

i. Garantias

A Companhia deu como garantia do contrato de empréstimo a alienação fiduciária 100% das ações emitidas,

j. *Covenants*

O contrato de financiamento do BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras e índice de cobertura do capital próprio, manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Comprometimento Sobre a Dívida (ICSD) apurado, manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 25%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, a qual, se ocorrer, deve ser previamente autorizada pelos agentes financeiros. Em 16 de dezembro de 2024, a companhia obteve a anuência do BNDES para a incorporação de Furnas pela Eletrobras, conforme estabelecido no 3º aditivo contratual firmado.

continua...

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras anuais. Se o ICSD for de, no mínimo, 1,3, a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,3, a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida.

Adicionalmente, a Companhia precisará manter outra conta reserva com recursos equivalentes a, no mínimo, três vezes o valor do último pagamento vencido do contrato de O&M.

A Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato firmado com o BNDES.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício antes dos impostos	3.757	4.004
(+/-) Resultado financeiro líquido	168	269
(+) Depreciação	1	1
(+/-) Outras despesas/receitas não operacionais	-	-
(+) PIS e COFINS diferidos no exercício	(11)	64
(+/-) Receita de remuneração do ativo contratual	(5.597)	(7.507)
(+/-) Receita de operação e manutenção	(1.978)	(1.267)
(+/-) Receita anual permitida no exercício (Recebimentos)	7.948	7.012
Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	**4.288**	**2.576**

	31/12/2024	31/12/2023
A) Geração de caixa da atividade		
(+) Disponibilidade do exercício anterior	667	783
(+) Resultado antes das despesas e receitas financeiras menos depreciação	4.288	2.576
(-) IRPJ/CSLL pagos	(251)	(211)
B) Serviço da dívida		
(+) Amortização do principal e pagamento de juros	1.235	1.529
C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	**3,81**	**2,06**

ii. Índice de capital próprio

	31/12/2024	31/12/2023
Total do patrimônio líquido	67.344	65.808
Total do ativo	76.925	76.189
Índice de capital próprio (PL/ATIVO)	**88%**	**86%**

10 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão devido à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda ou de perda possível que requeresse divulgação.

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R$ 18.149 representado por 18.149.094 ações ordinárias, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Em 2024, foi concluído o processo de incorporação de Furnas pela Eletrobras, resultando na transferência das ações anteriormente detidas por Furnas diretamente para a Eletrobras. Essa operação, no entanto, não implicou alteração na quantidade total de ações emitidas nem modificou os percentuais de participação entre os acionistas.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a composição acionária permaneceu inalterada, conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias subscritas	Capital (%)	Valor
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras.	9.056.398	49,90%	9.057
Santa Rita Com. e Instalações Ltda.	4.546.348	25,05%	4.546
Cel Engenharia Ltda.	4.546.348	25,05%	4.546
	18.149.094	**100%**	**18.149**

a) Reserva de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e a reserva de retenção de lucros.

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definida no estatuto social da Companhia. O valor desta reserva em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 2.911 (R$ 3.010 em 31 de dezembro de 2023).

A reserva de retenção de lucros é deliberada em ata anualmente e foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 39.203 (R$ 40.045 em 31 de dezembro de 2023).

b) Reserva especial de lucros

A reserva especial de lucros está composta por dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos por indisponibilidade de caixa, sua constituição e pagamento é deliberado em ata, o saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 7.081 (R$ 4.604 em 31 de dezembro de 2023).

c) Dividendos a pagar

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, outras reservas previstas no estatuto e a absorção de prejuízos acumulados.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 11.638/07. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja paga no decorrer do exercício de 2024, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**3.484**
(-) Reserva legal - 5%	(174)
Base dividendos	**3.310**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	828
Saldo de dividendos a distribuir	**828**
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**879**
Reversão de dividendos não distribuídos	879
Pagamento de dividendos mínimos não distribuídos em períodos anteriores	
Pagamento de dividendos relativos à 2021 e 2022	(2.000)
Dividendos mínimos obrigatório	828
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	**828**

12 Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas relativas à operação e manutenção	1.978	1.267
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	5.597	7.507
Receita operacional bruta	**7.575**	**8.774**
(-) PIS e COFINS corrente e diferido	(279)	(320)
(-) Encargos regulatórios (*)	(319)	(303)
Receita operacional líquida	**6.977**	**8.151**

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, TSFEE e Conta de Desenvolvimento Energético.

13 Custo de operação

Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais (i)	(282)	(1.120)
Serviços de Terceiros	(1.598)	(1.507)
Seguros	(80)	(69)
Outros	(22)	(137)
Total custo de operação	**(1.983)**	**(2.833)**

(i) Variação decorrente da aquisição de materiais sobressalentes.

14 Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	181	165
	181	**165**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(309)	(399)
Juros P&D	(23)	(22)
Outras despesas financeiras	(17)	(13)
	(349)	**(434)**
Resultado financeiro líquido	**(168)**	**(269)**

15 Impostos e contribuições

a) Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	31/12/2024					
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Impostos diferidos**	**Baixas diferido**	**Total resultado**	**Total Passivo**	**31/12/2023**
PIS diferido	73.389	36	(39)	(3)	477	480
COFINS diferido	73.389	168	(179)	(11)	2.202	2.213
		204	**(218)**	**(14)**	**2.679**	**2.693**
IRPJ diferido	73.389	113	(120)	(7)	1.468	1.475
CSLL diferido	73.389	60	(65)	(5)	792	797
		173	**(185)**	**(12)**	**2.260**	**2.272**
Total		**377**	**(403)**	**(26)**	**4.939**	**4.965**

	31/12/2023					
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Impostos diferidos**	**Baixas diferido**	**Total resultado**	**Total Passivo**	**31/12/2022**
PIS diferido	73.767	49	(37)	12	480	468
COFINS diferido	73.767	225	(172)	53	2.213	2.160
		274	**(209)**	**65**	**2.693**	**2.628**
IRPJ diferido	73.767	150	(115)	35	1.475	1.440
CSLL diferido	73.767	81	(62)	19	797	778
		231	**(177)**	**54**	**2.272**	**2.218**
Total		**505**	**(386)**	**119**	**4.965**	**4.846**

b) PIS e COFINS - Dedução da receita

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Anual Permitida (RAP) (*)	7.948	7.012
Valores de PIS e COFINS	(290)	(256)
Imposto corrente no resultado	**(290)**	**(256)**
Receita de remuneração	5.597	7.507
PIS e COFINS - Diferido	(204)	(274)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	218	210
Outros	(3)	-
Imposto diferido no resultado	**11**	**(64)**
PIS e COFINS dedução da receita	**(279)**	**(320)**

(i) O valor global da Receita Anual Permitida (RAP) é composta por Receita de Transmissão de Rede Básica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Receitas com Contrato de Compartilhamento de instalações.

c) Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita Anual Permitida (RAP)¹	7.948	7.948	7.012	7.012
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	636	954	561	841
Receitas financeiras	181	181	165	165
Base de cálculo	817	1.135	726	1.006
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(123)	(102)	(109)	(90)
Adicional de 10% - IRPJ	(58)	-	(49)	-
Imposto corrente no resultado	**(181)**	**(102)**	**(158)**	**(90)**
Receita de remuneração e ganhos por efeito da RTA/RTP	5.597	5.597	7.507	7.507
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	448	672	601	901
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto diferido no resultado	**(113)**	**(60)**	**(150)**	**(81)**
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	**120**	**65**	**115**	**62**
Outros	**(2)**	**-**	**-**	**-**
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	**(176)**	**(97)**	**(193)**	**(109)**

(i) O valor global da Receita Anual Permitida (RAP) é composta por Receita de Transmissão de Rede Básica; Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Receitas com Contrato de Compartilhamento de instalações.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Classificação dos instrumentos financeiros

		Valor Justo		Valor Contábil	
	Níveis	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Fundo fixo e conta corrente		6	389	6	389
Concessionárias e permissionárias		827	798	827	798
		833	**1.187**	**833**	**1.187**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	1	2.400	971	2.400	971
		2.400	**971**	**2.400**	**971**
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores		270	106	270	106
Empréstimos e financiamentos		3.117	4.043	3.117	4.043
		3.387	**4.149**	**3.387**	**4.149**

16.2 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

16.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber (concessionária e permissionária, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Empréstimo e financiamento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Prefixada	80	160	720	2.157	3.117

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras: a Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros: na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP).

(v) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

(vi) Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas.

Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

(vii) Risco Técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original.

Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). Para tanto, a Companhia dispõe de seguros contratados, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 17).

(viii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

(ix) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2024 averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		10,89	8,17	5,45
Aplicações financeiras		2.400	2.661	2.596	2.531
Remuneração estimada			261	196	131
Efeitos no resultado				(65)	(131)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,97	9,96	11,96
Empréstimos e financiamentos		3.117	3.365	3.427	3.490
Juros estimados			248	310	373
Efeitos no resultado				(62)	(125)

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores.

17 Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Valor Segurado	Vigência
Responsabilidade Civil	15.858	13/09/2024 a 13/09/2025
Risco Operacional	74.232	13/09/2024 a 13/09/2025

18 Questões Ambientais

O licenciamento ambiental está em processo de renovação junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos hídricos de Goiás - SEMARH. Abaixo resumo da licença correspondente a Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA:

Órgão Emissor	Empreendimento	Nº da Licença	Emissão	Validade
SEMARH	Subestação Corumbá	10159/2012	09/08/2013	Em processo de renovação (*)

(*) Renovação solicitada, porém ainda não renovada. Conforme a Lei 140/11, artigo 14, se a solicitação de renovação for realizada até 120 antes do vencimento fixado, a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

* * *

LAURISTON SEVERINO:08311234191

EDSON JUNIOR DA SILVA:00014075113

Lauriston Severino
CPF: 083.112.341-91
Diretor-administrativo-financeiro

Credibile Soluções Contábeis e Emp. SS Ltda.
Edson Júnior da Silva
Contador Responsável
CPF: 000.140.751-13
CRC/GO 021788/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Caldas Novas Transmissão S.A.
Goiânia - GO

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Caldas Novas Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caldas Novas Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reservas de lucros

Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, as reservas de lucros da Companhia estão excedentes ao valor do capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023. De acordo com o Art. 199 da Lei 6.404/76, redação dada pela Lei 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não deve ultrapassar o valor do capital social. Quando esse limite for atingido, a assembleia deverá deliberar sobre a aplicação do excesso, podendo ser utilizado para o aumento do capital social ou para a distribuição de dividendos. Neste contexto, a Companhia está avaliando a melhor alternativa para adequar sua estrutura patrimonial em conformidade com a legislação vigente. Nossa opinião não está modificada por conta deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

continua...

...continuação

Caldas Novas Transmissão S.A. - CNPJ nº 13.317.273/0001-06

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Blumenau (SC), 26 de fevereiro de 2025.

Berkan CONSULTORIA & AUDITORIA
Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7

TATIANE SCHMITZ:07917230970
Tatiane Schmitz
Sócia - Contadora CRC SC nº 038070/O-0

Conselho de Educação edita diretrizes sobre celular em sala de aula



Agência Brasil

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou hoje (24) resolução com as diretrizes operacionais nacionais sobre o uso de celulares e outros dispositivos digitais em salas de aula.

A medida orienta que escolas e redes de ensino devem organizar capacitações e iniciativas para um ambiente acolhedor e preventivo, identificando sinais de sofrimento emocional e busque promover a saúde mental dos estudantes.

Está autorizado o uso desses aparelhos por parte dos estudantes do ensino fundamental e médio para fins pedagógicos, sempre com mediação dos profissionais de educação. Mas é vedado o uso para outros fins, inclusive nos intervalos e fora das salas de aula. A decisão prevê exceções para estudantes que necessitem de recursos de acessibilidade.

A recomendação é para que sejam respeitadas as competências e habilidades dos estudantes, com progressão gradual de acordo com o desenvolvimento da autonomia.

Cada escola poderá estabelecer os critérios de permissão sobre o porte dos aparelhos, assim como a forma pela qual eles serão guardados durante o período de aulas.

Uso de telas

No caso da educação infantil, o uso de telas e dispositivos digitais não é recomendado, sendo visto como algo razoável apenas em caráter excepcional, com mediação de um professor.

Neste mês, o governo federal lançou a publicação Crianças, Adolescentes e Telas: Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais, com o objetivo de construir um ambiente digital mais seguro, equilibrado e saudável.

Segundo o CNE, órgão de participação social do Ministério da Educação (MEC), a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 inclui ações da Estratégia Nacional Escolas Conectadas (Enec) para "garantir a educação e a cidadania digital nas escolas, promovendo o uso intencional e estratégico da tecnologia para potencializar o ensino e a aprendizagem". E tem como eixo central a proteção da saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes.

Outras orientações

A resolução do CNE orienta que escolas e redes de ensino devem organizar capacitações e iniciativas para um ambiente acolhedor e preventivo, identificando sinais de sofrimento emocional e buscando promover a saúde mental dos estudantes.

Existe também a preocupação com a formação continuada dos professores, funcionários e profissionais da educação voltados para a implementação digital e o uso pedagógico dos aparelhos.

HALEXISTAR Indústria Farmacêutica S/A
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.
CNPJ/ME nº 01.571.702/0001-98 - NIRE nº 52.300.018.552
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2025
DATA, HORA E LOCAL: Aos 24 (vinte e quatro) do mês de fevereiro de 2025, às 10 horas, na sede social da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A., na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rodovia BR 153, SN, Km 03, Conjunto Residencial Palmares, CEP 74775-027 ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação nos termos do Artigo 13, Parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **MESA:** Presidente: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Secretário: Zanone Alves de Carvalho. **ORDEM DO DIA:** Deliberar acerca da (i) eleição dos membros da Diretoria da Companhia, nos termos do artigo 16, item (iv) do Estatuto Social da Companhia; e (ii) fixação da remuneração global e variável dos Diretores da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão, os conselheiros, por unanimidade, sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram: **(i)** a reeleição, para um mandato de 01 (um) ano, com início em 14 de março de 2025, dos seguintes membros para compor a Diretoria: • **TIAGO SALINAS FERREIRA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade nº 29.486.427-1, SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 297.425.478-07, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, com escritório na Rodovia BR 153, SN, Km 03, Conjunto Residencial Palmares, CEP 74775-027, para o cargo de Diretor Presidente; • **LEILSON QUEIROZ DA SILVA**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade nº 105956742 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 108.265.947-94, profissional na cidade de Goiânia, estado de Goiás, na Rodovia BR 153, S/N, Km 03, Conjunto Residencial Palmares, CEP 74775-027, para o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo; e • **RENATO SLOMKA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.841.257-5, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 191.838.268-90, residente e domiciliado na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, com escritório na Rodovia BR 153, SN, Km 03, Conjunto Residencial Palmares, CEP 74775-027, para o cargo de Diretor Comercial. Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores, a não ser que de outra forma seja decidido pelos acionistas. Os Diretores ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") para a investidura como membros da Diretoria da Companhia. Assim, declararam que (i) não estão impedidos, mesmo que temporariamente, de exercer atividades inerentes à administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, conforme o parágrafo 1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações; e **(ii)** não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesses conflitantes com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. Os Diretores ora eleito tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse. (ii) a remuneração global para os Diretores aqui reeleitos, no montante de R$ 4.500.000,00 (quatro milhões, e quinhentos mil reais) e a remuneração variável podendo atingir o limite de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), líquidas, restando estas remunerações estabelecida até o término do mandato, que desde já engloba todos os montantes relacionados a benefícios e verbas de representação, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. **ENCERRAMENTO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, em via única, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Secretário: Zanone Alves de Carvalho. *A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.* Goiânia/GO, 24 de fevereiro de 2025. Mesa: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia - Presidente da Mesa, Zanone Alves de Carvalho - Secretário da Mesa. JUCEG - Certifico o registro em 11/03/2025 sob nº 20250599937, Protocolo: 200599937 de 07/03/2025. Suzana Fontes Borges Fileti - Secretária Geral.

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.
CNPJ/MF nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 32.300.044.090
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 18 de março de 2025, às 16:30 horas, na sede social Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), na Avenida Juscelino Kubitschek, Qd. 19, Lote 01, 08 no Ed Gênezis, 5º andar, Bairro Jundiaí, na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, CEP 75100-390. **PRESENÇA**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA**: Presidente: Marcello Guidotti; e Secretário: Sidney Vilar Rodrigues Filho. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(a)** a convocação e a recomendação de aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2025, às 17:45 horas ("AGO"): **(a.i)** das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(a.ii)** da destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e distribuição de dividendos; **(a.iii)** da indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato; **(a.iv)** da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025; e **(b)** a publicação, em 19 de março de 2025, das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **DELIBERAÇÕES**: Após exame e discussão das matérias da ordem do dia, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições aprovar: **Quanto ao item (a):** a convocação da AGO e recomendar: **(a.i):** a aprovação das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo que tais documentos, incluindo o parecer dos auditores independentes, estarão disponíveis na sede da Companhia e serão submetidos à deliberação do acionista da Companhia na AGO. **(a.ii):** a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apurado no montante de R$ 169.541.630,17 (cento e sessenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta reais e dezessete centavos), o qual será submetido à deliberação do acionista da Companhia na AGO, conforme abaixo: **(a.ii.i)** constituição de reserva legal no montante de R$ 8.477.081,51 (oito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, e oitenta e um reais e cinquenta e um centavos), conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; **(a.ii.ii)** dividendos no valor de R$ 94.528.529,06 (noventa e quatro milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e seis centavos), sendo que: (a.ii.ii.a) do valor total, R$ 27.823.656,57 (vinte e sete milhões, oitocentos e vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) que já foram pagos ao longo do ano de 2024, à título de dividendos intermediários; e (a.ii.ii.b) R$ 66.704.872,49 (sessenta e seis milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos) que já foram declarados, no decorrer do ano de 2024, como juros sobre o capital próprio. **(a.ii.iii)** constituição de reserva de retenção de lucros para orçamento de capital, no montante de R$ 66.536.019,60 (sessenta e seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil, e dezenove reais e sessenta centavos); **(a.iii):** a indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato. Os atuais membros do conselho de administração da Companhia informaram que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento, prevista no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM nº 80/2022, nos respectivos termos de posse caso sejam reeleitos na AGO; e **(a.iv):** a fixação da remuneração global dos administradores, até a próxima Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor total de até R$ 1.371.658,75 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos). **Quanto ao item (b):** a publicação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a ser realizada em 19 de março de 2025 no jornal Diário da Manhã. O Conselho de Administração autorizou a diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Anápolis, 18 de março de 2025. Presidente: Marcello Guidotti. Secretário: Sidney Vilar Rodrigues Filho. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles, Roberto Borges Paiva, Mauro Oliveira Dias, Danillo de Matos Marcondes e Dani Ajbeszyc. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Mesa: Sidney Vilar Rodrigues Filho - **Secretário.** Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG - Certifico o registro em 21/03/2025 sob nº 20250802228. Protocolo: 250802228 de 20/03/2025. Suzana Fontes Borges Fileti - Secretária Geral.

Acervo de edições
Diário da Manhã
www.dmacervo.com.br

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.

CNPJ/MF nº 01.571.702/0001-98

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Relatório da Administração

Prezados acionistas,

A Diretoria da Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Halexistar") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") .

Mensagem da Adminstração

Em 2024, o Brasil enfrentou desafios econômicos, com a inflação permanecendo como uma preocupação central. O IPCA, principal indicador da inflação, registrou uma alta acumulada que ultrapassou o teto da meta estabelecida pelo governo, encerrando o ano em 4,83%. Os itens relacionados à saúde e cuidados tiveram o segundo maior impacto individual sobre o índice oficial, ficando atrás apenas dos preços dos combustíveis para veículos. O mercado de câmbio também experimentou flutuações ao longo de 2024. O dólar iniciou o ano em torno de R$ 4,84 e, devido a fatores internos, como a incerteza fiscal, e externos, como a aversão ao risco no cenário global, manteve-se volátil. Durante o ano, a moeda norte-americana passou por um crescimento acentuado, refletindo os ajustes necessários às condições econômicas. Ao final do ano, a cotação do dólar ficou em torno de R$ 6,19. Apesar dos desafios econômicos, a Halex Istar teve um desempenho financeiro expressivo. Concluímos a implantação de mais uma máquina no mercado e obtivemos aumentos contínuos nas vendas de novos produtos desenvolvidos. Ainda em 2024, a Companhia iniciou a criação de uma nova estrutura estratégica, com foco na expansão das atividades de exportação e na intensificação do desenvolvimento de novos negócios, visando aumentar a presença da Halex Istar no mercado internacional e diversificar suas fontes de receita. Com uma estratégia focada no avanço contínuo dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com aproximadamente 14 milhões destinados a esse fim, a Companhia tem se dedicado à intensificação de novas frentes de desenvolvimento, abrangendo áreas promissoras como o setor de ampolas plásticas, saúde animal e licenciamentos, com o objetivo de diversificar sua atuação e consolidar sua posição como líder em inovação e sustentabilidade nos mercados em que opera. No mais a Halex Istar obteve forte geração em fluxo operacional no ano de 2024. A Diretoria agradece a confiança dos acionistas e o comprometimento de todos os colaboradores, que tornaram possível a superação dos desafios e a construção de um resultado consistente, tanto em termos de faturamento quanto de rentabilidade.

Breve histórico da Companhia

A história do Grupo Halex Istar deu início no ano de 1959 com a fundação da Química Istar que foi a primeira indústria de soluções parenterais de grande volume instaladas no estado de Goiás. Em 1967 foi criada o laboratório Halex Ltda que fabricava soluções parenterais de grande e pequeno volume. As duas empresas, em busca de novos horizontes e visando a conquista de novos espaços de mercado, optaram pela fusão, em 1970, dando início a uma nova fase de expansão de seus negócios, surgindo assim o Laboratório Halex Istar Ltda. Ao longo da trajetória a Companhia foi evoluindo e procurando novas oportunidades no mercado. Em 2008 tivemos outro marco com a aquisição da Medicone, uma empresa com mais de três décadas de atuação no mercado de produtos médicos e implantáveis a base de silicone. Em 2016 surgiu uma nova oportunidade de expansão onde foi feita a aquisição da Isofarma, empresa com mais de 14 anos de atuação no mercado de produtos e soluções parentais de pequeno volume e antibióticos prontos para uso. O Grupo Halex Istar é referência no mercado de medicamentos injetáveis no Brasil, com um portfólio de mais 80 SKUs, abrangendo 17 indicações terapêuticas, com posição de liderança em diversas categorias do segmento. Desde a sua constituição, a Companhia vem investindo na expansão de seus negócios, na modernização de sua produção, na inovação tecnológica e, mais recentemente, em iniciativas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos com o intuito de oferecer aos seus clientes um portfólio ainda mais amplo de medicamentos e crescer de forma sustentável. A Companhia oferece uma alta capacidade de distribuição com quatro instalações estrategicamente localizadas em Goiás, Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul, atendendo mais de 2.800 clientes em todo o país. A Companhia se orgulha por ser uma empresa sólida, inovadora e competitiva há mais de meio século, buscando permanentemente a excelência no fornecimento de produtos de alta qualidade, primando pela ética, pela responsabilidade ambiental e pelo respeito e valorização do capital humano, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico da comunidade e do país. Há mais de seis décadas contribuindo para uma vida melhor.

Highlights de 2024

Destacamos abaixo os principais eventos de 2024: • Investimentos de ordem de R$ 57,2 milhões em continuidade ao plano de crescimento projetado pela Companhia, desse valor sendo R$ 10,9 milhões em desenvolvimento de novos produtos. • Manutenção da conversão de EBITDA em caixa maior que 105,7%; • Aumento nas aplicações consolidado em R$ 35,5 milhões se comparado com o mesmo período do ano anterior (2024 vs 2023)

Receita bruta

Na comparação do ano de 2024 com o ano de 2023, a receita bruta reduziu em 7,7% o que corresponde a R$ 47,8 milhões. Essa redução observada em 2024 é decorrente de: (i) Efeito da redução do preço médio da linha de medicamentos de grande volume devido a entrada de novos *players* no mercado; e (ii) Mix de Produtos. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Receita Bruta	31/12/2024	31/12/2023	Δ Abs	Δ %
Solução Parenteral	417.368	452.882	(35.514)	(7,8%)
Medicamento	123.763	127.671	(3.908)	(3,1%)
Produtos para Saúde	35.855	44.303	(8.448)	(19,1%)
Outros	-	1	(1)	(100,0%)
	576.986	624.857	**(47.871)**	**(7,7%)**

Custos dos produtos vendidos

Percebe-se um aumento de 6,1% no custo, tendo como principais fatores responsáveis por esse aumento: (i) redução no volume de produção; (ii) implementação SPGV6.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Δ Abs	Δ %
Solução Parenteral	(256.016)	(248.671)	(7.345)	(3,0%)
Medicamento	(70.541)	(54.676)	(15.865)	(29,0%)
Produtos para Saúde	(14.034)	(17.703)	3.669	20,7%
	(340.591)	**(321.050)**	**(19.541)**	**(6,10%)**

Despesas administrativas e gerais

O grupo de despesas administrativas e gerais registrou uma redução de R$ 14,6 milhões, tendo como principal variação para esse comportamento o ajuste do Programa de remuneração baseado em ações, em decorrência de cancelamento de quotas vestidas.

Outras receitas e despesas operacionais

O grupo de outras receitas e despesas em 2024, quando comparado com 2023 está em linha.

Caixa líquido

No ano de 2024 fechamos o caixa líquido em R$ 81 milhões, e em 2023 com caixa líquido de R$ 42,4 milhões, quando comparamos vemos uma variação de R$ 38,6 milhões reflexo do aumento nas aplicações, sendo as principais aplicação XP Banco FIRC CP R$ 12,5 milhões e aplicação XP Invest CDB banco XP R$ 20,6 milhões.

	31/12/2024	31/12/2023	Δ R$	Δ %
(1) Dívida bruta circulante	(5,3)	(32,1)	26,8	83%
(2) Dívida bruta não circulante	(195,7)	(129,7)	(66,0)	(51)%
(3) = (1) + (2) Dívida bruta total	**(201,0)**	**(161,8)**	**(39,2)**	**(24)%**
(4) Caixa e equivalentes de caixa	81,1	42,4	38,7	91%
(3) - (4) Caixa líquido	**(119,9)**	**(119,4)**	**(0,5)**	**(0)%**

Investimentos (CAPEX)

No ano de 2024 foram realizados investimentos da ordem de R$ 57,2 milhões assim distribuídos: • R$ 10,9 milhões a título de desenvolvimento de novos produtos; • R$ 18,9 milhões para a expansão e adequações de áreas produtivas da Companhia; • R$ 27,4 milhões referente a outros investimentos.

Informações adicionais

Com o intuito de indicar qual o seu EBITDA, a Companhia está apresentando informações proforma para o seu demonstrativo do resultado do exercício. Ressaltamos que essas informações adicionais não são parte do conjunto de informações anuais auditadas, não sendo escopo de trabalho dos auditores independentes da Companhia.

Demonstrações de resultados (Em milhões de reais)

	31/12/2024	31/12/2023	Δ R$	Δ %
Receita líquida	482,5	528,0	(45,5)	(9)%
Custo dos produtos vendidos	(340,6)	(321,0)	(19,6)	6%
Lucro bruto	**141,9**	**207,0**	**(65,1)**	**(31)%**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	(43,9)	(41,0)	(2,9)	7%
Despesas administrativas e gerais	(59,9)	(81,8)	21,9	(27)%
Outras receitas (despesas) operacionais	27,3	26,4	0,9	3%
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	**65,4**	**110,6**	**(45,2)**	**(41)%**
Resultado financeiro líquido	(16,6)	(25,6)	9,0	(35)%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**48,8**	**85,0**	**(35,6)**	**(43)%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2,8)	(7,1)	4,3	(61)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11,7)	(11,9)	0,2	2%
Lucro da exploração	1,2	3,5	(2,3)	(66)%
Resultado líquido do exercício	**35,5**	**69,5**	**(34,0)**	**(49)%**
(-) Imposto de renda e contribuição social	13,3	15,5	(2,2)	(14)%
(+/-) Resultado financeiro líquido	16,6	25,6	(9,0)	(35)%
(+) Depreciação e amortização	20,3	15,1	5,2	34%
EBITDA	**85,7**	**125,7**	**(40,0)**	**(32)%**

Relacionamento com auditores independentes

As demonstrações financeiras do Grupo Halex Istar do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas pela Ernst & Young auditores independentes. Não foram contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência deles em relação à Companhia.

Aviso

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. As declarações contidas neste documento relativas às perspectivas macroeconômicas, dos negócios da Companhia, projeções de resultados operacionais, financeiros, potencial de crescimento e estimativas de mercado constituem meras previsões, sendo baseadas nas crenças, julgamentos de valor e expectativas da Administração em relação ao futuro, sujeitas, obviamente, a mudanças.

A Administração

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	72.441	35.373	81.085	42.412
Contas a receber	8 a	56.643	65.946	63.383	75.501
Estoques	9 a	139.002	140.424	150.838	149.778
Impostos a recuperar	10	11.331	6.607	14.618	9.478
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	6.991	8.240	6.991	8.241
Outros créditos	11	9.240	6.351	13.202	9.369
Total do ativo circulante		**295.648**	**262.941**	**330.117**	**294.779**
Ativo não circulante					
Tributos a recuperar	10	839	839	839	839
Outros créditos	11	23.320	14.034	23.651	14.111
Tributo diferido	22 b	28.266	39.915	28.265	39.915
Total realizável a longo prazo		**52.425**	**54.788**	**52.755**	**54.865**
Investimentos	13 b	39.545	36.908	-	-
Imobilizado	14 a	291.922	284.530	298.273	288.104
Intangível	15 a	70.784	58.596	75.312	62.937
		402.251	**380.034**	**373.585**	**351.041**
Total do ativo não circulante		**454.676**	**434.822**	**426.340**	**405.906**
Total do ativo		**750.324**	**697.763**	**756.457**	**700.685**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	18 a	48.129	35.094	49.047	35.724
Empréstimos e financiamentos	17 a	4.816	31.791	5.340	32.113
Incentivos fiscais		2.257	1.614	2.257	1.614
Obrigações tributárias	18 c	5.241	5.925	5.553	6.383
Obrigações sociais e trabalhistas	18 b	16.764	19.649	17.909	20.579
Outras obrigações	18 d	37.484	29.321	37.497	29.361
		114.691	**123.394**	**117.603**	**125.774**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17 a	193.190	129.696	195.680	129.696
Incentivos fiscais		2.966	5.358	2.966	5.358
Provisão para demandas judiciais	19 a	12.015	7.254	12.744	7.796
Outras obrigações	18 d	6.336	19.794	6.338	19.794
		214.507	**162.102**	**217.728**	**162.644**
Patrimônio líquido					
Capital social	20 a	156.486	156.486	156.486	156.486
Reserva de lucros	20 d	360.396	351.537	360.396	351.537
Transações de capital	20 e	(95.756)	(95.756)	(95.756)	(95.756)
Total do patrimônio líquido		**421.126**	**412.267**	**421.126**	**412.267**
Total do passivo e patrimônio líquido		**750.324**	**697.763**	**756.457**	**700.685**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Transações de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**156.486**	**190.157**	**29.604**	**80.793**	**-**	**(95.756)**	**361.284**
Resultado do exercício	-	-	-	-	69.403	-	69.403
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	31.248	-	(1.301)	(29.947)	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.470	-	(3.470)	-	-
Distribuição dividendos	-	-	-	-	(17.351)	-	(17.351)
Ajuste tributário	-	-	-	(1.069)	-	-	(1.069)
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	18.635	(18.635)	-	-
Total das transações entre acionista e reserva	-	31.248	3.470	16.265	-	-	50.983
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**156.486**	**221.405**	**33.074**	**97.058**	**-**	**(95.756)**	**412.267**
Resultado do exercício	-	-	-	-	35.553	-	35.553
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.888)	-	-	(8.888)
Dividendos adicionas	-	-	-	(17.806)	-	-	(17.806)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	35.553	(35.553)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**156.486**	**221.405**	**33.074**	**105.917**	**-**	**(95.756)**	**421.126**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita líquida de vendas	23	450.999	486.957	482.526	528.031
Custo dos produtos vendidos	24 a	(327.216)	(304.783)	(340.591)	(321.050)
Lucro bruto		**123.783**	**182.174**	**141.935**	**206.981**
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas comerciais	24 b	(37.365)	(38.066)	(40.049)	(40.405)
Provisão para perdas de crédito esperadas		(3.838)	(614)	(3.860)	(620)
Despesas administrativas e gerais	24 c	(53.035)	(76.906)	(59.885)	(81.818)
Outras receitas (despesas) operacionais	24 d	28.323	27.751	27.320	26.424
Resultado de equivalência patrimonial	13 b	6.637	15.392	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**64.505**	**109.731**	**65.461**	**110.562**
Receita financeira	25	16.724	6.843	17.719	8.167
Despesa financeira	25	(33.698)	(33.358)	(34.330)	(33.771)
Resultado financeiro líquido		**(16.974)**	**(26.515)**	**(16.611)**	**(25.604)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**47.531**	**83.216**	**48.850**	**84.958**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22 a	(328)	(1.892)	(1.647)	(3.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 a	(11.650)	(11.921)	(11.650)	(11.921)
Resultado do exercício		**35.553**	**69.403**	**35.553**	**69.403**
Resultado do exercício básico e diluído por ação		**0,4223**	**0,8243**	**0,4223**	**0,8243**

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Resultado do exercício	35.553	69.403	35.553	69.403
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente de exercício	**35.553**	**69.403**	**35.553**	**69.403**

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
1) (+) Receitas	**476.197**	**516.079**	**507.224**	**557.133**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	450.381	486.607	481.406	527.663
Outras receitas	29.390	29.675	29.390	29.675
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(3.574)	(203)	(3.572)	(205)
2) (-) Insumos adquiridos de terceiros	**(314.849)**	**(296.943)**	**(329.474)**	**(314.874)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(306.581)	(287.399)	(319.423)	(303.111)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.353)	(9.454)	(12.136)	(11.673)
Perda / Recuperação de valores ativos	2.085	(90)	2.085	(90)
3) (=) Valor adicionado bruto (1-2)	**161.348**	**219.136**	**177.750**	**242.259**
Depreciações e amortizações	(19.244)	(15.104)	(20.271)	(15.990)
5) (=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**142.104**	**204.032**	**157.479**	**226.269**
6) (+) Valor adicionado recebido em transferência	**17.085**	**22.235**	**17.718**	**8.167**
Resultado de equivalência patrimonial	6.637	15.392	-	-
Receitas financeiras	10.448	6.843	17.718	8.167
7) (+) Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**159.190**	**226.267**	**175.197**	**234.436**
8) (=) Distribuição do valor adicionado	**159.191**	**226.267**	**175.197**	**234.436**
Pessoal	50.307	66.117	55.212	69.622
Pessoal + Remuneração direta+ Benefícios + FGTS	50.307	66.117	55.212	69.622
8.2) Impostos, taxas e contribuições	**5.656**	**16.446**	**7.152**	**18.382**
Federais	4.680	15.708	6.028	17.469
Estaduais	976	738	1.124	913
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**67.675**	**74.301**	**77.280**	**77.030**
Juros	27.422	33.358	34.330	33.771
Aluguéis	75	150	75	150
Outras	40.177	40.793	42.875	43.109
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	**35.553**	**69.403**	**35.553**	**69.403**
Lucros retidos	35.553	69.403	35.553	69.403

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício antes do IRPJ / CSLL	47.530	83.216	48.850	84.958
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação de imobilizados	14.191	11.626	15.002	12.364
Amortização de intangíveis	6.277	4.235	6.416	4.319
Baixa de imobilizado/Intangível	49	1.096	49	1.370
Equivalência patrimonial	(6.637)	(15.392)	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	(3.838)	420	(3.860)	426
Provisão a valor justos dos instrumentos financeiros derivativos	(5.496)	-	(5.496)	-
Provisão para demandas judiciais	4.777	2.304	5.012	2.481
Juros e variação cambial incorridos	24.917	25.381	24.931	25.398
Provisão para perda de estoques	(7.203)	(226)	(7.203)	(2.328)
Provisão *Phantom Shares*	(13.288)	(571)	(13.288)	(571)
Amortização do custo de captação	333	-	333	-
	61.612	**112.089**	**70.746**	**128.417**
(Aumento) redução dos ativos				
Aplicação financeiras de curto prazo	-	5.144	-	5.144
Contas a receber de clientes	13.141	18.035	15.978	12.628
Estoques	8.625	(16.112)	6.143	(12.160)
Impostos a recuperar	(3.475)	15.782	(3.890)	15.516
Outros ativos	(6.679)	8.701	(7.877)	8.512
Subtotal	**11.612**	**31.550**	**10.354**	**29.640**
Aumento (Redução) dos passivos				
Fornecedores	14.909	(41.459)	12.611	(42.825)
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos	(2.885)	(8.486)	(84)	(9.507)
Obrigações tributárias	(332)	(3.575)	(478)	(3.805)
Incentivos Fiscais	(1.749)	1.247	(1.749)	1.247
Provisão para demandas Judiciais	(16)	(242)	(64)	(327)
Outros passivos	(6.899)	5.565	6.873	5.566
Subtotal	**16.826**	**(46.950)**	**17.109**	**(49.651)**
	90.050	**96.689**	**98.209**	**108.406**
IRPJ/CSLL pagos	(680)	-	(1.999)	(1.579)
Juros sobre financiamentos pagos	(24.136)	(25.357)	(24.205)	(25.373)
Caixa líquido proveniente da atividade operacional	**65.234**	**71.332**	**72.005**	81.454
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(23.940)	(51.347)	(24.741)	(52.141)
Aquisições de intangível	(18.514)	(15.809)	(18.840)	(16.924)
Dividendos recebidos de controladas	4.000	21.000	-	-
Caixa líquido consumido na atividade de investimentos	**(38.454)**	**(46.156)**	**(43.311)**	**(69.065)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**10.288**	**(52.507)**	**9.979**	**(53.193)**
Pagamento de dividendos	(24.000)	(34.532)	(24.000)	(34.532)
Dividendos antecipados	(1.600)	(3.868)	(1.600)	(3.868)
Empréstimos e financiamentos captados	36.160	20.354	36.160	20.358
Empréstimos e financiamentos pagos	(272)	(34.461)	(582)	(35.151)
Caixa líquido gerado (consumido) na atividade de financiamento	**37.068**	**(27.331)**	**38.673**	**(40.804)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**37.068**	**(27.331)**	**38.673**	**(40.804)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.373	62.704	42.412	83.216
Saldo no final de caixa e equivalentes de caixa	72.441	35.373	81.085	42.412

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

A Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. ("Companhia" ou "Halex Istar") foi constituída em 1959 e está domiciliada na cidade de Goiânia/GO, na Rodovia BR 153, Km 03, Chácara Retiro, Conjunto Caiçara. A Companhia possui um centro de distribuição em São Paulo - SP, uma planta fabril em Eusébio/CE (antiga Isofarma) e uma planta fabril em Goiânia/GO. Essas duas plantas produzem soluções parenterais e medicamentos de grande e pequeno volumes.

2. Entidade controlada

Empresa	País	Participação acionária 2024	Participação acionária 2023
Medicone Projetos e Soluções para a Indústria e a Saúde Ltda. ("Medicone")	Brasil	100%	100%

A Medicone é uma entidade controlada especializada em produtos para saúde feitos em silicone, no município de Cachoeirinha /RS.

3. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

3.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*"International Financial Reporting Standards - IFRS"*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB"*). A reunião do Conselho de Administração da Companhia e sua controlada, realizada em 18 de março de 2025 autorizou a emissão dessas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6. A Companhia e sua controlada estão descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas que possuem um risco de resultar em um ajuste nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 8 -** Provisão para perdas esperadas no contas a receber de clientes - principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **Nota Explicativa nº 9 -** Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques - principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **Nota Explicativa nº 14 -** Vida útil do ativo imobilizado, depreciação e principais premissas utilizadas no teste de redução ao valor recuperável; **Nota Explicativa nº 15 -** Vida útil e teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível e ativação do investimento em P&D; **Nota Explicativa nº 19 -** Provisão para demandas judiciais, reconhecimento e mensuração de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e **Nota Explicativa nº 21-** Programa de remuneração baseado em ações. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações. **Mensuração do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs* para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 27 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelo pagamento baseado em ações, reconhecido em outros passivos, e pelo caixa e equivalentes de caixa reconhecidos à valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Diretoria efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada em darem continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

6. Políticas contábeis materiais

6.1 Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *Transações e saldos em moeda estrangeira:* As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **6.2 Base de consolidação:** Os investimentos são substancialmente detidos em empresas controladas, que são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Transações entre a Companhia e sua controlada, saldos e ganhos não realizados em transações são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **6.3 Receita de vendas:** A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A Companhia e sua controlada reavaliam suas expectativas de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo. *Obrigações de desempenho:* A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As notas abaixo fornecem informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. *Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas:* A emissão da nota fiscal ocorre no momento em que a mercadoria é despachada da Companhia, no final de cada mês é efetuada uma análise dos produtos para os quais houve emissão da nota fiscal, contudo a mercadoria não foi entregue, sendo estornado o efeito de tais vendas nas demonstrações da Companhia. A receita só e reconhecida quando o os clientes obtêm controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. **6.4 Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como "Outras receitas", exceto lucro da exploração que é reconhecido como redutor do imposto de renda, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas. Em decorrência da alteração na legislação tributária em 2024, a Companhia não aproveitou os benefícios de subvenções em suas apurações de imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No final do exercício, a Companhia reclassifica as subvenções governamentais recebidas para o patrimônio líquido conforme requerido pelas autoridades fiscais. **6.5 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o tempo de trabalho de tais empregados tenha decorrido. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e sua controlada tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do tempo de trabalho prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Exceto, pelo pagamento baseado em ações conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.13, a Companhia não possui outros benefícios de longo prazo a empregados. **6.6 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e as despesas financeiras da Companhia e sua controlada compreendem, essencialmente: (i) Receita de juros, (ii) Despesa de juros e (iii) Variações cambiais (iiii) Rendimentos de aplicações financeiras. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado no período de competência. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. **6.7 Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado por meio do lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado com base na referida média de ações em circulação, ajustada por

Continua

Continuação

instrumentos potencialmente convertíveis em ações, com efeito de diluição, nos exercícios apresentados. **6.8 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto. A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09/NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. **6.9 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas e mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para perdas é constituída sobre produtos obsoletos. **6.10 Imobilizado: a)** ***Reconhecimento e mensuração:*** Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **b)** ***Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. **c)** ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14. **6.11 Ativos intangíveis e ágio:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **a)** ***Ágio:*** O ágio *(goodwill)* é mensurado ao valor justo na data de aquisição e é testado anualmente para verificar perdas por redução ao valor recuperável. **b)** ***Pesquisa e desenvolvimento:*** Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como um ativo intangível se, e somente se, todos os critérios a seguir puderem ser demonstrados: (a) a viabilidade técnica de concluir o projeto de desenvolvimento; (b) intenção da Companhia de concluir o projeto; (c) capacidade da Companhia de utilizar o projeto; (d) a probabilidade de que o projeto gerará benefícios econômicos futuros; (e) a disponibilidade de recursos técnicos adequados e outros recursos para concluir o projeto; e (f) a capacidade de mensurar os gastos de desenvolvimento são avaliados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Anualmente, a Companhia e sua controlada avaliam a recuperabilidade (“impairment”) dos saldos de intangíveis, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos: (i) Premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que o Grupo espera atingir. (ii) Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação. (iii) Mensuração de investimentos para o desenvolvimento do produto em bancada e método analítico, matéria prima, material de embalagem, mão de obra, lote piloto e adequações de rota produtiva, caso aplicável (iv)Gastos associados à comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagens. O exercício das projeções abrange de cinco a 10 anos, a partir da data estimada de lançamento dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil da Companhia. Conforme apresentado Nota Explicativa nº 15. **c)** ***Outros ativos intangíveis:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **d)** ***Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, com e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **d)** ***Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o ativo intangível. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não alocado (*goodwill*) não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15. **6.12 Arrendamento mercantil:** No início de cada contrato, a Companhia e sua controlada avaliam se o contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia (10% calculada à época de registro dos arrendamentos). Os arrendamentos compreendem os aluguéis de imóveis. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **6.13 Pagamento baseado em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. **6.14 Instrumentos financeiros:** *Reconhecimento e mensuração inicial:* O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Diretoria. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Diretoria tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Diretoria da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. *Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *Desreconhecimento Ativos financeiros e passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros, a Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **6.15 Redução ao valor recuperável (*impairment*): (a)** ***Ativos financeiros:*** A Companhia e sua controlada reconhecem no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, por meio da abordagem simplificada. A Companhia também avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Ao determinar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e na avaliação de crédito. A Companhia presume que o risco de crédito aumentou significativamente se identificadas as seguintes situações: Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; e/ou Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **(b)** ***Ativos não financeiros:*** A cada data de apresentação das demonstrações financeiras a Diretoria da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado e intangível). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. O valor recuperável de ativos com vida útil indefinida é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda em seus valores recuperáveis. **6.16 Provisões:** ***Geral:*** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. ***Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:*** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **6.17 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia e da sua controlada são calculados da seguinte forma: ***Halex Istar:*** Regime tributário de lucro real com base nos registros contábeis mais adições/exclusões de acordo com o método de cálculo adotado pela Companhia. (i) Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$ 240. (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9%. ***Medicone:*** Regime tributário de lucro presumido calculado com base em percentual sobre as vendas brutas da Companhia: (i) Imposto de renda da pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro presumido que exceder o valor de R$ 240. O lucro presumido é determinado a partir da aplicação das alíquotas de 8% (transporte, comércio e industrialização) e 32% (prestação de serviços). (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9% para o montante de lucro presumido que é determinado a partir da aplicação da alíquota de 12% (transporte, comércio e industrialização) e 32% (prestação de serviços). A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes da Companhia e de sua controlada é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. ***Tributos diferidos:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.18 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **6.19 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado do exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **6.20 Informações por segmento:** O CPC 22 /IFRS 8 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando o segmento operacional, hospitalar, subdividindo entre: Medicamento, Solução Parenteral e Produto para Saúde conforme mencionado na Nota Explicativa nº 30. **6.21 Novas normas e interpretações ainda não adotadas.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, estão descritas a seguir. A Companhia e sua controlada pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; Alterações ao CPC 18 (R4) Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial; e Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças de Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de caixa	38	51	44	54
Bancos conta movimento	5.112	1.446	5.676	2.448
Aplicações financeiras: (i)				
Aplicações automáticas	8.375	5.931	8.447	7.383
Fundo de Investimento (em renda fixa)	22.893	10.602	22.893	11.671
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	36.023	17.343	44.025	20.856
Total	**72.441**	**35.373**	**81.085**	**42.412**

(i) As aplicações financeiras de curto prazo são remuneradas pelas taxas médias de 100% a 115% (100% a 105% em 2023) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). São aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez. A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado está divulgada na Nota Explicativa nº 27.

8. Contas a receber

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Hospitais particulares e entidades filantrópicas	17.670	18.801	21.914	19.734
Distribuidoras	41.496	42.389	44.038	50.950
Órgãos públicos	13.621	17.059	13.698	17.224
Coligada	-	3	-	-
Total	**72.787**	**78.252**	**79.650**	**87.908**
Provisão para perda de créditos esperadas	(16.144)	(12.306)	(16.267)	(12.407)
Total contas a receber	**56.643**	**65.946**	**63.383**	**75.501**

b. Composição dos saldos por idade de vencimento

	Controladora	
A vencer	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 30 dias	23.599	28.151
A vencer de 31 dias a 90 dias	22.298	23.628
A vencer de 91 dias a 1 ano	3.185	1.634
Total	**49.082**	**53.413**
Vencidos	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos até 30 dias	3.884	8.279
Vencidos de 31 dias a 90 dias	2.051	2.035
Vencidos de 91 dias a 1 ano	17.770	14.525
Total	**23.705**	**24.839**
Total contas a receber	**72.787**	**78.252**

	Consolidado	
A vencer	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 30 dias	25.812	31.445
A vencer de 31 dias a 90 dias	25.077	26.667
A vencer de 91 dias a 1 ano	4.818	4.180
Total	**55.707**	**62.292**
Vencidos		
Vencidos até 30 dias	3.938	8.925
Vencidos de 31 dias a 90 dias	2.075	2.060
Vencidos de 91 dias a 1 ano	17.930	14.631
Total	**23.943**	**25.616**
Total contas a receber	**79.650**	**87.908**

c. Provisão para perdas de créditos esperadas: A provisão esperada é calculada com base no histórico de perda e, adicionalmente, considera a análise individual dos títulos que apresentem indicativos de insolvência, como por exemplo atrasos e dificuldades financeiras, sendo constituída como ponto de partida créditos vencidos há mais de 90 dias e que não tenham garantias reais e não tenham feito “Confissão de Dívida”, o montante pelo qual consideramos para a provisão é suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização das contas a receber.

	Controladora			
	31/12/2023	Adições	Recebimento	31/12/2024
Provisão para perdas de créditos esperadas	(12.306)	(6.409)	2.571	(16.144)

	Controladora			
	31/12/2022	Adições	Recebimento	31/12/2023
Provisão para perdas de créditos esperadas	(11.886)	(1.424)	1.004	(12.306)

	Consolidado			
	31/12/2023	Adições	Recebimento	31/12/2024
Provisão para perdas de créditos esperadas	(12.407)	(6.486)	2.626	(16.267)

	Consolidado			
	31/12/2022	Adições	Recebimento	31/12/2023
Provisão para perdas de créditos esperadas	(11.981)	(1.711)	1.285	(12.407)

9. Estoques

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas	77.152	73.668	84.515	79.832
Produtos acabados, semiacabados e revenda	59.563	68.622	64.505	72.362
Almoxarifado	12.252	10.188	12.575	10.430
Provisão para perdas de estoques	(9.965)	(12.054)	(10.757)	(12.846)
Total	**139.002**	**140.424**	**150.838**	**149.778**

b. Movimentação provisão perda de estoque

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial da provisão	(12.054)	(11.828)	(12.846)	(12.620)
Constituição	(9.644)	(9.548)	(9.644)	(9.548)
Baixa/reversão	11.733	9.322	11.733	9.322
Saldo final da provisão	**(9.965)**	**(12.054)**	**(10.757)**	**(12.846)**

Para realizar a provisão para perdas nos estoques, os seguintes itens são considerados: risco de obsolescência por validade, produtos rejeitados pela qualidade, avarias no depósito, avarias pós-expedição, amostras para qualidade, lotes-piloto e produtos descontinuados.

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IPI sobre matérias-primas e insumos	1.375	1.295	2.846	2.550
PIS a recuperar	900	492	900	492
COFINS a recuperar	3.996	1.833	3.996	1.833
ICMS a recuperar	4.497	2.535	6.239	4.085
Outros impostos	563	452	637	518
Subtotal	**11.331**	**6.607**	**14.618**	**9.478**
CSLL e IRPJ a compensar	6.991	8.240	6.991	8.241
Subtotal	**6.991**	**8.240**	**6.991**	**8.241**
Total circulante	**18.322**	**14.847**	**21.609**	**17.719**
ICMS a recuperar	234	234	234	234
PIS a recuperar	440	440	440	441
Outros impostos	165	165	165	164
Total não circulante	**839**	**839**	**839**	**839**
Total geral	**19.161**	**15.686**	**22.448**	**18.558**

11. Outros créditos

a. Composição

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento importação (i)	4.848	3.580	8.462	6.304
Adiantamento funcionários	419	1.025	512	1.294
Garantia em caução	706	767	706	767
Demais créditos (ii)	3.267	979	3.522	1.004
Ativo circulante	**9.240**	**6.351**	**13.202**	**9.369**
Depósitos judiciais	11.951	7.591	12.028	7.668
Benefício fiscal (Bolsa/ BNB)	4.429	5.448	4.429	5.448
Demais créditos (ii)	6.940	995	7.194	995
Ativo não circulante	**23.320**	**14.034**	**23.651**	**14.111**
Total geral	**32.560**	**20.385**	**36.853**	**23.480**

(i) Substancialmente representado por adiantamento para compra de matéria prima em R$ 3.591. (ii) Substancialmente representado por despesas antecipadas de seguros e valor justo de instrumento financeiro de swap relativo aos empréstimos em moeda estrangeira em R$ 5.496.

12. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pelas famílias: Carvalho e Perillo ao qual possuem participação de 50% cada, respectivamente. **a. Transações comerciais:** As transações comerciais ocorridas entre a Companhia e partes relacionadas decorrem de operações comerciais de revenda de produtos e prestação de serviços, sendo devidamente eliminadas para fins de consolidação, quando aplicável. Os valores abaixo resumem os saldos das operações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro 20224 e 2023:

b. Transações patrimoniais

31/12/2024							
Descrição	Hospfar (i)	Ello (ii)	AC (iii)	HJP (iv)	Medicone (v)	Biotec (vi)	Total
Contas a receber	608	164	-	-	-	-	772
Fornecedores	-	(11)	(128)	(128)	-	(126)	(393)

31/12/2023							
Descrição	Hospfar (i)	Ello (ii)	AC (iii)	HJP (iv)	Medicone (v)	Biotec (vi)	Total
Contas a receber	1.034	1.271	-	-	3	86	2.394
Fornecedores	-	(1)	(128)	(128)	-	(14)	(282)

As contas a receber não tem garantias e não possui incidência de juros. Não há expectativa para perdas esperadas sobre as contas a receber de partes relacionadas.

c. Transações de resultado

31/12/2024							
Descrição	Hospfar (i)	Ello (ii)	AC(iii)	HJP (iv)	Medicone (v)	Biotec (vi)	Total
Receita - Venda de produtos	4.828	1.278	-	-	-	-	6.106
Custo	(3.285)	(986)	-	-	-	-	(4.271)
Desp. Prest. Serv.	-	(11)	(128)	(128)	-	(126)	(393)

31/12/2023							
Descrição	Hospfar (i)	Ello (ii)	AC(iii)	HJP (iv)	Medicone (v)	Biotec (vi)	Total
Receita - Venda de produtos	1.730	1.167	-	-	7	-	2.904
Custo	(835)	(278)	-	-	(6)	-	(1.119)
Desp. Prest. Serv.	-	-	-	-	-	-	-

(i) Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares, trata-se de empresa do mesmo grupo familiar, e os saldos são referentes a operações de compra e venda de medicamentos e materiais de embalagens. São transações realizadas com preços e condições usuais acordados entre as partes. (ii) Ello Distribuição Ltda., empresa do mesmo grupo familiar, e os saldos são referentes a operações de compra e venda de medicamentos e materiais de embalagens. Se trata de transações realizadas com preços e condições usuais acordados entre as partes. (iii) AC Participações Ltda., empresa do mesmo grupo familiar, e os saldos se referem a despesas com serviços prestados, pagos pela Companhia. (iv) HJP Assessoria Farmacêutica Ltda, empresa do mesmo grupo familiar, e os saldos se referem a despesas com serviços prestados, pagos pela Companhia. (v) Medicone Projetos e Soluções para Indústria da Saúde, investida controlada, e os saldos são referentes a operações de compra e venda de medicamentos e materiais de embalagens. São transações realizadas com preços e condições usuais acordados entre as partes. (vi) Biotec Biologia, empresa do mesmo grupo familiar, e os saldos se referem a despesas com serviços prestados, pagos pela Companhia. **d) Remuneração e benefícios dos executivos:** As despesas com remuneração e benefícios dos executivos e administradores da Companhia foram:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Benefício de curto prazo (i)	(3.824)	(8.915)
Benefício de longo prazo - Programa de remuneração baseado em ações - *Phantom Shares* (nota 21) (ii)	13.288	(164)
Total	**9.464**	**(9.079)**

(i) Os benefícios aos administradores incluem remuneração fixa, encargos sociais e programa de participação no resultado, que são reconhecidos com base nas metas estabelecidas anualmente. (ii) Substancialmente representado pelo cancelamento de quotas vestidas do programa de remuneração beseado em ações (nota 21).

13. Investimentos

a. Informações a respeito da controlada

	Medicone	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	34.469	31.838
Ativo não circulante	11.208	7.914
Passivo circulante	2.913	2.381
Passivo não circulante	3.219	541
Patrimônio líquido	39.545	36.908
	31/12/2024	31/12/2023
Total das receitas	**31.524**	**41.063**
Custo dos produtos vendidos	(13.372)	(16.256)
(Despesas) receitas operacionais	(2.678)	(2.339)
Resultado do exercício	6.637	15.392

b. Composição

		Controladora	
	Participação	31/12/2024	31/12/2023
Medicone Projetos e Soluções para a Saúde e a Indústria Ltda.	100%	39.545	36.908
Total		**39.545**	**36.908**

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	6.637	15.392
Resultado do exercício ajustado	6.637	15.392
Participação na controlada	100%	100%
Resultado de equivalência patrimonial	**6.637**	**15.392**

c. Movimentação

	Saldo em 2023	Resultado de equivalência	Distribuição de dividendos (i)	Saldo em 2024
Investimento em controlada	36.908	6.637	(4.000)	39.545

Continua

Continuação

Total geral	**36.908**	**6.637**	**(4.000)**	**39.545**

(i) A Medicone distribuiu dividendos no valor de 4.000 com base no saldo da Reserva de Lucros da Empresa.

	Saldo em 2022	Resultado de equivalência	Distribuição de dividendos (i)	Saldo em 2023
Investimento em controlada	42.516	15.392	(21.000)	36.908
Total geral	**42.516**	**15.392**	**(21.000)**	**36.908**

(i) A Medicone distribuiu dividendos no valor de 21.000 com base no saldo da Reserva de Lucros da Empresa.

14. Imobilizado

a. Composição

Controladora

	Vida útil em anos	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Depreciação	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação	31/12/2023 Líquido
Terrenos	-	26.180	-	26.180	26.180	-	26.180
Edificações	50	77.459	(10.849)	66.610	62.410	(9.511)	52.899
Instalações gerais	17	39.456	(6.295)	33.161	30.283	(4.615)	25.668
Máquinas e equipamentos	15	197.794	(90.420)	107.374	163.246	(82.123)	81.123
Veículos	5	339	(334)	5	339	(334)	5
Equipamentos de informática	5	13.755	(6.755)	7.000	8.754	(5.711)	3.043
Móveis e utensílios	25	8.177	(3.588)	4.589	6.869	(3.119)	3.750
Outros (i)	12	9.870	(3.159)	6.711	7.792	(2.695)	5.097
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	156	(40)	116	156	(34)	122
Imobilizações em andamento	-	40.176	-	40.176	86.602	-	86.602
Direito de uso	10	1.253	(1.253)	-	1.024	(983)	41
Total geral		**414.615**	**(122.693)**	**291.922**	**393.655**	**(109.125)**	**284.530**

Consolidado

	Vida útil em anos	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Depreciação	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação	31/12/2023 Líquido
Terrenos	-	26.180	-	26.180	26.180	-	26.180
Edificações	59	77.460	(10.848)	66.612	62.411	(9.510)	52.901
Instalações gerais	27	39.576	(6.309)	33.267	30.375	(4.624)	25.751
Máquinas e equipamentos	17	201.255	(93.002)	108.253	166.627	(84.515)	82.112
Veículos	7	375	(375)	-	375	(370)	5
Equipamentos de informática	5	14.129	(7.154)	6.975	9.128	(6.019)	3.109
Móveis e utensílios	15	8.664	(3.870)	4.794	7.342	(3.365)	3.977
Outros (i)	12	9.884	(3.208)	6.676	7.805	(2.742)	5.063
Moldes e matrizes	10	1.068	(398)	670	969	(239)	730
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	2.729	(1.376)	1.353	2.651	(1.320)	1.331
Imobilizações em andamento (ii)	-	40.567	-	40.567	86.763	-	86.763
Direito de uso	10	6.371	(3.445)	2.926	2.727	(2.545)	182
Total geral		**428.258**	**(129.985)**	**298.273**	**403.353**	**(115.249)**	**288.104**

(i) Refere-se a instalações elétricas, ferramentas e aparelhos de comunicação. (ii) Maior projeto em imobilizado em andamento se trata da Rommelag no valor de R$ 16,8 milhões. Sua previsão de entrega em fevereiro de 2027.

b. Movimentações

Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	62.410	3.733	-	11.316	77.459
Instalações gerais	30.283	6.055	-	3.118	39.456
Máquinas e equipamentos	163.246	9.595	(577)	25.530	197.794
Veículos	339	-	-	-	339
Equipamentos de informática	8.754	2.967	(34)	2.068	13.755
Móveis e utensílios	6.869	1.095	(11)	224	8.177
Outros	7.792	-	(1)	2.079	9.870
Benfeitorias imóveis de terceiros	156	-	-	-	156
Imobilizações em andamento	86.602	495	(2.586)	(44.335)	40.176
Direito de uso - Contratos Aluguéis	1.024	229	-	-	1.253
Total	**393.655**	**24.169**	**(3.209)**	**-**	**414.615**
Depreciação:					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(9.511)	(1.338)	-	-	(10.849)
Instalações gerais	(4.615)	(1.680)	-	-	(6.295)
Máquinas e equipamentos	(82.123)	(8.874)	577	-	(90.420)
Veículos	(334)	-	-	-	(334)
Equipamentos de informática	(5.711)	(1.078)	34	-	(6.755)
Móveis e utensílios	(3.119)	(480)	11	-	(3.588)
Outros	(2.695)	(465)	1	-	(3.159)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(34)	(6)	-	-	(40)
Direito de uso - Contratos Aluguéis	(983)	(270)	-	-	(1.253)
Subtotal	**(109.125)**	**(14.191)**	**623**	**-**	**(122.693)**
Saldo líquido	**284.530**	**9.978**	**(2.586)**	**-**	**291.922**

Controladora

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	60.528	1.882	-	-	62.410
Instalações gerais	22.151	8.136	(4)	-	30.283
Máquinas e equipamentos	150.485	13.520	(759)	-	163.246
Veículos	336	3	-	-	339
Equipamentos de informática	7.631	1.197	(76)	2	8.754
Móveis e utensílios	6.493	394	(18)	-	6.869
Outros	7.643	151	(2)	-	7.792
Benfeitorias imóveis de terceiros	156	-	-	-	156
Imobilizações em andamento	60.540	26.064	-	(2)	86.602
Direito de uso - Contratos Aluguéis	1.024	-	-	-	1.024
Total	**343.167**	**51.347**	**(859)**	**-**	**393.655**
Depreciação:					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(8.322)	(1.189)	-	-	(9.511)
Instalações gerais	(3.450)	(1.169)	4	-	(4.615)
Máquinas e equipamentos	(75.035)	(7.781)	693	-	(82.123)
Veículos	(336)	-	2	-	(334)
Equipamentos de informática	(5.219)	(556)	64	-	(5.711)
Móveis e utensílios	(2.735)	(399)	15	-	(3.119)
Outros	(2.284)	(413)	2	-	(2.695)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(28)	(6)	-	-	(34)
Direito de uso - Contratos Aluguéis	(870)	(113)	-	-	(983)
Subtotal	**(98.279)**	**(11.626)**	**780**	**-**	**(109.125)**
Saldo líquido	**244.888**	**39.721**	**(79)**	**-**	**284.530**

Consolidado

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	62.411	3.733	-	11.316	77.460
Instalações gerais	30.375	6.084	-	3.117	39.576
Máquinas e equipamentos	166.627	9.674	(577)	25.531	201.255
Veículos	375	-	-	-	375
Equipamentos de informática	9.128	2.967	(34)	2.068	14.129
Móveis e utensílios	7.342	1.110	(12)	224	8.664
Outros	7.805	-	(1)	2.080	9.884
Moldes e matrizes	969	99	-	-	1.068
Benfeitorias imóveis de terceiros	2.651	78	-	-	2.729
Imobilizações em andamento	86.763	726	(2.586)	(44.336)	40.567
Direito de uso - Contratos aluguéis	2.727	3.286	-	-	6.013
Total geral	**403.353**	**27.757**	**(3.210)**	**-**	**427.900**
Depreciação:					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(9.510)	(1.338)	-	-	(10.848)
Instalações gerais	(4.624)	(1.685)	-	-	(6.309)
Máquinas e equipamentos	(84.515)	(9.064)	577	-	(93.002)
Veículos	(370)	(5)	-	-	(375)
Equipamentos de informática	(6.019)	(1.169)	34	-	(7.154)
Móveis e utensílios	(3.365)	(517)	12	-	(3.870)
Outros	(2.742)	(467)	1	-	(3.208)
Moldes e matrizes	(239)	(159)	-	-	(398)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(1.320)	(56)	-	-	(1.376)
Direito de uso - Contratos aluguéis	(2.545)	(542)	-	-	(3.087)
Total	**(115.249)**	**(15.002)**	**624**	**-**	**(129.627)**
Saldo líquido	**288.104**	**12.755**	**(2.586)**	**-**	**298.273**

Consolidado

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Custo:					
Terrenos	26.180	-	-	-	26.180
Edificações	60.529	1.882	-	-	62.411
Instalações gerais	22.167	8.212	(4)	-	30.375
Máquinas e equipamentos	153.563	13.823	(759)	-	166.627
Veículos	372	3	-	-	375
Equipamentos de informática	7.918	1.284	(76)	2	9.128
Móveis e utensílios	6.878	482	(18)	-	7.342
Outros	7.656	151	(2)	-	7.805
Moldes e matrizes	296	673	-	-	969
Benfeitorias imóveis de terceiros	2.585	66	-	-	2.651
Imobilizações em andamento	61.200	25.565	-	(2)	86.763
Direito de uso - Contratos aluguéis	2.727	-	-	-	2.727
Total geral	**352.071**	**52.141**	**(859)**	**-**	**403.353**
Depreciação:					
Terrenos	-	-	-	-	-
Edificações	(8.321)	(1.189)	-	-	(9.510)
Instalações gerais	(3.456)	(1.172)	4	-	(4.624)
Máquinas e equipamentos	(77.236)	(7.968)	689	-	(84.515)
Veículos	(372)	-	2	-	(370)
Equipamentos de informática	(5.451)	(632)	64	-	(6.019)
Móveis e utensílios	(2.947)	(433)	15	-	(3.365)
Outros	(2.331)	(413)	2	-	(2.742)
Moldes e Matrizes	(180)	(59)	-	-	(239)
Benfeitorias imóveis de terceiros	(1.264)	(56)	-	-	(1.320)
Direito de uso - Contratos aluguéis	(2.103)	(442)	-	-	(2.545)
Total	**(103.661)**	**(12.364)**	**776**	**-**	**(115.249)**
Saldo líquido	**248.410**	**39.777**	**(83)**	**-**	**288.104**

A Companhia não possui juros capitalizados no ativo imobilizado.

15. Intangível

a. Composição

Controladora

	Taxa de amortização % ao ano	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Amortização	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização	31/12/2023 Líquido
Intangível em desenvolvimento (i)	-	46.733	(9.062)	37.671	36.117	(9.062)	27.055
Goodwill	-	8.219	-	8.219	8.219	-	8.219
Intangível Anvisa	5	33.487	(33.487)	-	33.487	(33.487)	-
Sistemas de informação	5	20.353	(13.543)	6.810	15.114	(9.840)	5.274
Patentes	10	28.470	(10.386)	18.084	25.860	(7.812)	18.048
Total geral		**137.262**	**(66.478)**	**70.784**	**118.797**	**(60.201)**	**58.596**

Consolidado

	Taxa de amortização % ao ano	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Amortização	31/12/2024 Líquido	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização	31/12/2023 Líquido
Intangível em desenvolvimento (i)	-	51.405	(9.062)	42.343	40.541	(9.062)	31.479
Goodwill	-	8.219	-	8.219	8.219	-	8.219
Intangível Anvisa	5	33.487	(33.487)	-	33.487	(33.487)	-
Sistemas de informação	5	20.699	(13.972)	6.727	15.386	(10.194)	5.192
Patentes	10	28.471	(10.448)	18.023	25.857	(7.810)	18.047
Total geral		**142.281**	**(66.969)**	**75.312**	**123.490**	**(60.553)**	**62.937**

(i) Intangível em desenvolvimento: refere-se ao desenvolvimento de novas linhas de produtos. Antes do início desse desenvolvimento, foram analisadas as viabilidades técnica e econômica do projeto, o qual foi aprovado pela Diretoria da Companhia. Anualmente, a Companhia avalia a viabilidade econômica desses projetos. Segue abaixo composição do intangível de desenvolvimento por classe terapêutica. Os custos com desenvolvimentos de novos produtos para o setor hospitalar, segregados da seguinte maneira:

Controladora

	31/12/22	Adições	31/12/23	Adições	Transferências	31/12/24
Analgésicos	2.171	2.480	4.651	3.864	-	8.515
Anestésico	2.307	-	2.307	273	-	2.580
Antiémetico	2.486	1.627	4.113	1.539	(2.275)	3.377
Antibiótico	2.469	234	2.703	35	-	2.738
Antiarrítmico	-	359	359	459	-	818
Antifúngicos	403	156	559	-	-	559
Anti-inflamatório	230	880	1.110	959	-	2.069
Cardiológico	1.897	-	1.897	-	-	1.897
Hipnótico	101	1.626	1.727	1.088	-	2.815
Hormônio	2.444	-	2.444	-	-	2.444
Diurético	108	753	861	464	-	1325
Neuroprotetor (tratamento ELA)	17	-	17	-	(17)	-
Betabloqueador simples	134	561	695	475	-	1.170
Anticonvulsivante	-	365	365	176	-	541
Anti- Histaminicos Sistemicos	-	1.017	1.017	-	-	1.017
Antiácido	-	39	39	-	(39)	-
Estudo	-	312	312	1.275	-	1.587
Antiespasmódico	-	476	476	699	-	1.175
Solução cirúrgica	22	-	22	-	(22)	-
Outros Anti-infecciosos	10	682	692	518	-	1.210
Projetos cancelados	9.062	-	9.062	-	-	9.062
Diluentes e Veículos	-	-	-	59	-	59
Expectorantes e Mucolitoco	-	-	-	102	-	102
Quinolonas antibacterianas	-	-	-	94	-	94
Glicocorticoides sistêmicos	-	-	-	144	-	144
Eletrólitos Simples	-	-	-	157	-	157
Projeto Sky	-	689	689	589	-	1.278
Subtotal	23.861	12.256	36.117	12.969	(2.353)	46.733
Provisão para perdas	(9.062)	-	(9.062)	-	-	(9.062)
Total líquido	**14.799**	**12.256**	**27.055**	**12.969**	**(2.353)**	**37.671**

Consolidado

	31/12/22	Adições	31/12/23	Adições	Transferências	31/12/24
Analgésicos	2.171	2.480	4.651	3.864	-	8.515
Anestésico	2.307	-	2.307	273	-	2.580
Antiémetico	2.486	1.627	4.113	1.539	(2.275)	3.377
Antibiótico	2.469	234	2.703	35	-	2.738
Antiarrítmico	-	359	359	459	-	818
Antifúngicos	403	156	559	-	-	559
Anti-inflamatório	230	880	1.110	959	-	2.069
Cardiológico	1.897	-	1.897	-	-	1.897
Hipnótico	101	1.626	1.727	1.088	-	2.815
Hormônio	2.444	-	2.444	-	-	2.444
Diurético	108	753	861	464	-	1.325
Neuroprotetor (tratamento ELA)	17	-	17	-	(17)	-
Betabloqueador simples	134	561	695	475	-	1.170
Anticonvulsivante	-	365	365	176	-	541
Anti- Histaminicos Sistemicos	-	1.017	1.017	-	-	1.017
Antiácido	-	39	39	-	(39)	-
Estudo	-	312	312	1.275	-	1.587
Antiespasmódico	-	476	476	699	-	1.175
Solução cirúrgica	22	-	22	-	(22)	-
Outros Anti-infecciosos	10	682	692	518	-	1.210
Projetos cancelados	9.062	-	9.062	-	-	9.062
Diluentes e Veículos	-	-	-	59	-	59
Expectorantes e Mucolitoco	-	-	-	102	-	102
Quinolonas antibacterianas	-	-	-	94	-	94
Glicocorticoides sistêmicos	-	-	-	144	-	144
Eletrólitos Simples	-	-	-	157	-	157
Projeto Sky	-	689	689	588	-	1.277
Projeto Saúde	3.579	845	4.424	249	-	4.673
Subtotal	27.440	13.101	40.541	13.217	(2.353)	51.405
Provisão para perdas	(9.062)	-	(9.062)	-	-	(9.062)
Total líquido	**18.378**	**13.101**	**31.479**	**13.217**	**(2.353)**	**42.343**

Os projetos acima possuem sua previsão para ativação entre os anos de 2024 a 2032. Após a conclusão dos projetos, são a amortização ocorre pelo período de vida útil estimada, calculada através da expectativa dos benefícios econômicos futuros esperados, cuja expectativa da Diretoria de até 10 anos. Os custos desses projetos são classificados conforme segue: ***Prospecção/aprovação de produto:*** estudo inicial de viabilidade econômica e estudos de avaliação técnica do produto (pesquisas e provas necessárias); classificação do projeto e definições iniciais dele. ***Fase 0:*** Prospecção de fabricante de insumos, aquisição de insumos, desenvolvimento inicial de bancada (lotes pilotos de bancada) + método analítico; ***Fase 1:*** Fechamento de formulação, validações de métodos de análise, lotes piloto industriais, estudos de comprovação de segurança e eficácia, montagem de documentação regulatória e produto protocolado na ANVISA, aguardando avaliação da ANVISA. ***Fase 2:*** produto aprovado pela ANVISA, transposição de tecnologia da escala de lote piloto para lotes comerciais. As despesas de pesquisa são reconhecidas no resultado. Despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas como ativos intangíveis gerados internamente se os critérios de reconhecimento do IAS 38/ CPC 4 - Ativo Intangível forem atendidos. Isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiras futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento. No caso da Companhia, isso ocorre quando o projeto se encontra na Fase 0. Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (*"impairment"*) dos saldos de intangível, substancialmente representados por desenvolvimento e registro de produtos, sempre que praticável, por método de fluxo de caixa descontado (taxa de desconto de 12,60% em 31 de dezembro de 2024), considerando entre outros aspectos: a). premissas de geração futura de receitas, fundamentadas pelo tamanho dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que a Companhia espera atingir; b). Estimativas de custos diretos e indiretos de fabricação; c). Mensuração de investimentos para o desenvolvimento do produto em bancada e método analítico, matéria prima, material de embalagem, mão de obra, lote piloto e adequações de rota produtiva, caso aplicável; d). Gastos associados a comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e frete. O exercício de projeções abrange no mínimo cinco anos, a partir da data estimada de lançamentos dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor recuperável (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil da Companhia.

b. Movimentação

Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Custo:					
Sistemas de informação	15.114	5.239	-	-	20.353
Intangível em desenvolvimento	36.117	12.969	-	(2.353)	46.733
Marcas e patentes	25.860	306	(49)	2.353	28.470
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.219	-	-	-	8.219
Total	**118.797**	**18.513**	**(49)**	**-**	**137.262**
Amortização:					
Sistemas de informação	(9.840)	(3.703)	-	-	(13.543)
Intangível em desenvolvimento	(9.062)	-	-	-	(9.062)
Marcas e patentes	(7.812)	(2.574)	-	-	(10.386)
Intangível Anvisa	(33.487)	-	-	-	(33.487)
Total	**(60.201)**	**(6.277)**	**-**	**-**	**(66.478)**
Saldo líquido	**58.596**	**12.237**	**(49)**	**-**	**70.784**

Controladora

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Custo:					
Sistemas de informação	12.470	2.644	-	-	15.114
Intangível em desenvolvimento	23.861	13.165	-	(909)	36.117
Marcas e patentes	26.387	-	(1.436)	909	25.860
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.219	-	-	-	8.219
Total	**104.424**	**15.809**	**(1.436)**	**-**	**118.797**
Amortização:					
Sistemas de informação	(8.210)	(1.630)	-	-	(9.840)
Intangível em desenvolvimento	(9.062)	-	-	-	(9.062)
Marcas e patentes	(5.626)	(2.605)	419	-	(7.812)
Intangível Anvisa	(33.487)	-	-	-	(33.487)
Total	**(56.385)**	**(4.235)**	**419**	**-**	**(60.201)**
Saldo líquido	**48.039**	**11.574**	**(1.017)**	**-**	**58.596**

Consolidado

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Custo:					
Sistemas de informação	15.386	5.313	-	-	20.699
Intangível em desenvolvimento	40.541	13.217	-	(2.353)	51.405
Marcas e patentes	25.857	310	(49)	2.353	28.471
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.219	-	-	-	8.219
Total	**123.490**	**18.840**	**(49)**	**-**	**142.281**
Amortização:					
Sistemas de informação	(10.194)	(3.778)	-	-	(13.972)
Intangível em desenvolvimento	(9.062)	-	-	-	(9.062)
Marcas e patentes	(7.810)	(2.638)	-	-	(10.448)
Intangível Anvisa	(33.487)	-	-	-	(33.487)
Total	**(60.553)**	**(6.416)**	**-**	**-**	**(66.969)**
Saldo líquido	**62.937**	**12.424**	**(49)**	**-**	**75.312**

Consolidado

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Custo:					
Sistemas de informação	12.742	2.644	-	-	15.386
Intangível em desenvolvimento	27.440	14.280	(270)	(909)	40.541
Marcas e patentes	26.384	-	(1.436)	909	25.857
Intangível Anvisa	33.487	-	-	-	33.487
Goodwill	8.219	-	-	-	8.219
Total	**108.272**	**16.924**	**(1.706)**	**-**	**123.490**
Amortização:					
Sistemas de informação	(8.479)	(1.715)	-	-	(10.194)
Intangível em desenvolvimento	(9.062)	-	-	-	(9.062)
Marcas e patentes	(5.625)	(2.604)	419	-	(7.810)
Intangível Anvisa	(33.487)	-	-	-	(33.487)
Total	**(56.653)**	**(4.319)**	**419**	**-**	**(60.553)**
Saldo líquido	**51.619**	**12.605**	**(1.287)**	**-**	**62.937**

c. Teste por redução ao valor recuperável do ágio: Com a incorporação da Isofarma Indústria Farmacêutica Ltda. (Isofarma), o ágio foi mantido nas demonstrações financeiras individuais da controladora e dessa forma compondo a Unidade Geradora de Caixa (UGC) com ágio. O valor recuperável dessa UGC foi baseado na estimativa dos fluxos de caixa descontados considerando a data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 controladora. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Diretoria em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual	2024	2023
Taxa de desconto real	12,60%	13,43%
Taxa de crescimento na perpetuidade	-%	-%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada do custo de capital em que a UGC operava, considerando a alavancagem da dívida 9,2% a uma taxa de juros real estimada em 9,5% a.a. com base nas linhas de financiamento. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos. Não foi considerado taxa de crescimento na perpetuidade. O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustada pelos seguintes fatores: (b) O crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos. (c) As probabilidades ponderadas de custos ambientais significativos não recorrentes. Presume-se que outros custos ambientais acompanhem a inflação em outros anos. Não foi identificado necessidade de reconhecimento de perda por valor recuperável da unidade geradora de caixa.

16. Subvenções e assistências governamentais

a. Incentivo FOMENTAR - Halex Istar Matriz: A Halex Istar é beneficiária do FOMENTAR, que permite o diferimento de 70% do ICMS devido a serem recolhidos no longo prazo, com juros devidos à taxa de 0,2% (dois décimos por cento) ao mês subsidiados e sem correção ou atualização monetária. O prazo de fruição do benefício FOMENTAR é 31 de dezembro de 2032. Desses 70% não recolhidos, a Halex Istar aplica contratualmente 10% em forma de caução do financiamento, denominado Bolsa Garantia - CDBs (Lei nº 14.239, de 9 de julho de 2002), cujos vencimentos estão atrelados ao vencimento dos 70% incentivados e que rendem 80% da variação da taxa referencial. Esses CDBs, devidamente atualizados, estão demonstrados no ativo não circulante; e a dívida referente aos 70%, no passivo não circulante. Através de Lei Estadual, é facultado aos beneficiários do FOMENTAR amortizar antecipadamente seus débitos fomentados, à razão de 11% do valor devido (com ganho de 89% a título de deságio) através dos Leilões FOMENTAR. Esse desconto é uma subvenção para investimentos e foi reconhecido contabilmente como receita de subvenção quando da participação nos leilões e, posteriormente, classificado como reservas de lucros. A Companhia no período de janeiro a dezembro de 2024 obteve deságio no valor de R$20.184 (R$21.094 no mesmo período em 2023), referente a leilão ocorrido em dezembro de 2024, reconhecido como "Outras receitas" no resultado do exercício. **b. Incentivo FDI - Halex Istar filial Nordeste:** A filial Eusébio é beneficiária do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI). O FDI é um benefício concedido pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial (CEDIN), cujo objetivo principal é incentivar a implantação, a ampliação, a diversificação, a recuperação e a modernização de estabelecimentos industriais. O contrato estabelece o diferimento equivalente a 75% do valor do ICMS efetivamente recolhido pela beneficiária incidente sobre a sua produção própria. No período de janeiro a dezembro de 2024, foi reconhecido um deságio referente ao FDI de R$5.789 (R$5.355 no mesmo período de 2023) na rubrica de "Outras receitas. **c. Incentivo Lucro da Exploração - Halex Istar filial Nordeste:** A Filial é tributada pelo lucro real anual/recolhimento através de balancetes de redução/suspensão. Possui o benefício do IRPJ - Lucro da Exploração, o incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, conforme Decreto-lei nº 1.598, de 1977, e Lei nº 7.959. No período de janeiro a dezembro de 2024 foi reconhecida redução na despesa com IRPJ no valor de R$2.609 (R$3.498 no mesmo período em 2023), na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social correntes".

17. Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Descrição	Taxa de juros média a.a.	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
BRDE		-	-	-	161
Arrendamentos - Aluguéis	IGPM/FGV/INPC	-	44	524	205
Debêntures (i)	CDI+2,45% a.a.	4.935	31.747	4.935	31.747
FCO	TFC	149	-	149	-
4131	EUR + 4,15% a.a.	337	-	337	-
(-) Custo de captação e modificações		(605)	-	(605)	-
Passivo circulante		4.816	31.791	5.340	32.113
FCO	TFC	20.140	18.979	20.140	18.978
Debêntures (i)	CDI+2,45% a.a.	136.986	110.717	136.986	110.718
Arrendamentos - Aluguéis	IGPM/FGV/INPC	-	-	2.490	-
4131	EUR + 4,15% a.a.	20.930	-	20.930	-
CCB	USD + 6,03% a.a.	20.346	-	20.346	-
(-) Custo de captação e modificações(ii)		(5.212)	-	(5.212)	-
Passivo não circulante		193.190	129.696	195.680	129.696
Total geral		**198.006**	**161.487**	**201.020**	**161.809**

(i) Debêntures - em outubro de 2021 a Companhia assinou um contrato de debêntures simples não conversíveis em ações restritos para banco Itaú e Santander no valor de R$ 200.000 para quitar a recompra de ações pertencentes a HIG Capital. A taxa de juros a partir de março de 2024 será composta pelo CDI+2,45% ao ano conforme previsto em contrato (em dezembro de 2023 CDI+3,35%). (ii) Decorrente do pagamento de *fee* aos debenturistas para renegociação dos termos das debentures e ganho avaliado na modificação do contrato de debentures após as alterações contratuais. **b. Garantias:** A Companhia e sua controlada mantêm diversos contratos de financiamento com o Banco do Brasil relativos ao FCO. Quanto aos financiamentos de capital de giro e contas garantidas mantidos com instituições financeiras, as garantias estão vinculadas a aval dos sócios. Nos financiamentos em moeda estrangeira, as garantias estão vinculadas às duplicatas da Companhia. A Companhia adota uma estrutura dupla na garantia de suas debêntures emitidas, contando com a alienação fiduciária de ações, equivalente a 20% das cotas da Companhia, e as garantias de duplicatas, que representam 20% do saldo devedor da dívida. **c. Cláusulas restritivas (*Covenants*):** A Companhia possui um covenant financeiro, obrigação de manter o índice resultando da divisão da Dívida Líquida pelo seu LAJIDA inferior a 2,0 (dois). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está em conformidade com todas as suas cláusulas. **d. Movimentação:** As movimentações de empréstimos e financiamentos, entre em 31 de dezembro 2024 e 2023.

Controladora

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Transferência circulante e não circulante	Amortização juros	Provisão juros	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos	44	229	(272)	-	-	-	-	-
Debêntures	31.747	-	-	(26.269)	(21.320)	20.777	-	4.935
FCO	-	-	-	-	(2.816)	2.965	-	149
Itaú	-	-	-	-	-	337	-	337
(-) Custos de captação e modificações	-	-	333	(938)	-	-	-	(605)
Circulante	**31.791**	**229**	**61**	**(27.207)**	**(24.136)**	**24.079**	**-**	**4.816**
FCO	18.979	1.161	-	-	-	-	-	20.140
Debêntures	110.717	0	-	26.269	-	-	-	136.986
4131	-	17.500	-	-	-	-	3.430	20.930
CCB	-	17.500	-	-	-	-	2.846	20.346
(-) Custos de captação e modificações	-	(6.150)	-	938	-	-	-	(5.212)
Não circulante	**129.696**	**30.011**	**-**	**27.207**	**-**	**-**	**6.276**	**193.190**
Total geral	**161.487**	**30.239**	**61**	**-**	**(24.136)**	**24.079**	**6.276**	**198.006**

Controladora

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortizações	Transferência circulante e não circulante	Amortização juros	Provisão juros	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2023
Capital de Giro	1.226	-	(1.225)	-	(1)		-	-
Arrendamentos	131	247	(359)	-	-	25	-	44
Debêntures	31.747	-	(32.877)	32.877	(25.356)	25.356	-	31.747
Passivo circulante	**33.104**	**247**	**(34.461)**	**32.877**	**(25.357)**	**25.381**	**-**	**31.791**
FCO	-	18.979	-	-	-	-	-	18.979
Debêntures	142.466	1.128	-	(32.877)	-	-	-	110.717
Passivo não circulante	**142.466**	**20.107**	**-**	**(32.877)**	**-**	**-**	**-**	**129.696**
Total geral	**175.570**	**20.354**	**(34.461)**	**-**	**(25.357)**	**25.381**	**-**	**161.487**

Continua

Eufrázio

Continuação

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Consolidado Transferência curto/longo prazo	Amortização juros	Provisão juros	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos	204	710	(411)	71	(50)	-	-	524
BRDE	161	-	(171)	-	(4)	14	-	0
Debêntures	31.747	-	-	(26.269)	(21.320)	20.777	-	4.935
FCO	-	-	-	-	(2.816)	2.965	-	149
Itaú	-	-	-	-	-	337	-	337
(-) Custos de captação e modificações	-	-	333	(938)	-	-	-	(605)
Circulante	**32.112**	**710**	**(249)**	**(27.136)**	**(24.190)**	**24.093**	**-**	**5.340**
FCO	18.979	1.161	-	-	-	-	-	20.140
Arrendamentos	-	2.576	-	(71)	(15)	-	-	2.490
Debêntures	110.717	0	-	26.269	-	-	-	136.986
Itaú	-	17.500	-	-	-	-	3.430	20.930
Santander	-	17.500	-	-	-	-	2.846	20.346
(-) Custos de captação e modificações	-	(6.150)	-	938	-	-	-	(5.212)
Não circulante	**129.696**	**32.587**	**-**	**27.136**	**(15)**	**-**	**6.276**	**195.680**
Total geral	**161.809**	**33.297**	**(249)**	**-**	**(24.205)**	**24.093**	**6.276**	**201.020**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortizações	Consolidado Transferência curto/longo prazo	Amortização juros	Provisão juros	Variação Cambial	Saldo em 31/12/2023
Capital de Giro	1.226	-	(1.226)	-	-	-	-	-
BRDE	194	-	(198)	161	(16)	20		161
Arrendamentos	613	247	(850)	174	-	21	-	205
Debêntures	31.747	-	(32.877)	32.877	(25.357)	25.357	-	31.747
Passivo circulante	**33.780**	**247**	**(35.151)**	**33.212**	**(25.373)**	**25.398**	**-**	**32.113**
FCO	-	18.978	-	-	-	-	-	18.978
BRDE	161			(161)				-
Arrendamentos	170	4	-	(174)	-	-	-	-
Debêntures	142.466	1.129	-	(32.877)	-	-	-	110.718
Passivo não circulante	**142.797**	**20.111**	**-**	**(33.212)**	**-**	**-**	**-**	**129.696**
Total geral	**176.577**	**20.358**	**(35.151)**	**-**	**(25.373)**	**25.398**	**-**	**161.809**

Cronograma de vencimento dos empréstimos:

	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em 2025	4.816	31.791
Vencimento em 2026	67.539	33.176
Vencimento em 2027	35.226	32.876
Vencimento em 2028 em diante	90.425	63.644
	198.006	**161.487**

18. Fornecedores e outras obrigações

a. Fornecedores

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Descrição				
Fornecedores nacionais	23.903	13.038	23.903	13.668
Fornecedores nacionais - Cessão de direitos (i)	13.030	13.542	13.030	13.542
Fornecedores estrangeiros	11.196	8.514	12.114	8.514
Total	**48.129**	**35.094**	**49.047**	**35.724**

(i) A Companhia possibilita que alguns fornecedores tenham a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para Instituições Financeiras. Não ocorreram operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a Instituições Financeiras no mercado externo.

b. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Salários a pagar	5.355	5.580	5.355	5.580
Encargos sociais a recolher	2.782	2.863	2.957	3.014
Provisões e outras contas trabalhistas (i)	8.627	11.206	9.597	11.985
Total	**16.764**	**19.649**	**17.909**	**20.579**

(i) Substancialmente representado por provisão de férias e encargos relacionados.

c. Obrigações tributárias

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ICMS	1.811	1.918	1.811	1.918
IRRF – Assalariados	923	1.943	893	1.908
Reinvestimento IRPJ	3.545	3.545	3.545	3.545
Outros Impostos	602	171	944	664
(-) Prov. de imp. de vendas não realizadas (i)	(1.640)	(1.652)	(1.640)	(1.652)
Total	**5.241**	**5.925**	**5.553**	**6.383**

(i) Refere-se ao PIS, COFINS e ICMS apurados sobre o estorno das vendas para as quais houve emissão de nota fiscal, mas os controles dos produtos não foram transferidos aos clientes

d. Outras obrigações

Descrição	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Convênio a pagar	171	136	171	136
Comissões a pagar	11.983	8.036	11.983	8.036
Dividendos a pagar	16.176	13.482	16.176	13.482
Provisões e outras contas (i)	9.153	7.667	9.166	7.707
Passivo circulante	**37.484**	**29.321**	**37.497**	**29.361**
Indenizações/infrações	1.016	1.016	1.016	1.016
Remuneração baseado em ações - *Phantom Shares – nota 21*	4.277	17.566	4.277	17.566
Outras obrigações	1.043	1.212	1.045	1.212
Passivo não circulante	**6.336**	**19.794**	**6.338**	**19.794**
Total	**43.819**	**49.115**	**43.835**	**49.155**

(i) Substancialmente representado por provisão de indenizações de comissões de representantes a pagar.

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e a sua controlada são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Diretoria, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas e cíveis, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro 2024 e 2023, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

b) Composição - Perdas prováveis

Descrição	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Civil	780	825	789	988
Trabalhista	997	283	1.717	661
Tributário	10.238	6.146	10.238	6.147
Total	**12.015**	**7.254**	**12.744**	**7.796**

b) Movimentação

Controladora

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 31/12/2024
Civil	825	-	89	(132)	(2)	780
Trabalhista	283	862	40	(174)	(14)	997
Tributário	6.146	-	4.919	(827)	-	10.238
Total	**7.254**	**862**	**5.048**	**(1.133)**	**(16)**	**12.015**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 31/12/2023
Civil	1	996	13	(43)	(142)	825
Trabalhista	216	221	20	(118)	(56)	283
Tributário	4.975	196	1.131	(112)	(44)	6.146
Total	**5.192**	**1.413**	**1.164**	**(273)**	**(242)**	**7.254**

Consolidado

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 31/12/2024
Civil	988	-	102	(300)	(2)	788
Trabalhista	661	946	346	(174)	(62)	1.717
Tributário	6.147	-	4.919	(827)	-	10.239
Total	**7.796**	**946**	**5.367**	**(1.301)**	**(64)**	**12.744**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	Saldos em 31/12/2023
Civil	1	1.138	34	(43)	(142)	988
Trabalhista	666	306	98	(267)	(142)	661
Tributário	4.975	196	1.131	(112)	(43)	6.147
Total	**5.642**	**1.640**	**1.263**	**(422)**	**(327)**	**7.796**

Tributárias: A principal causa tributária refere-se, essencialmente, a uma autuação sobre excesso de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e exclusão indevida ao lucro real, bem como ao incentivo fiscal do FOMENTAR, apontando subvenção para custeio ao invés de investimento, com valor da causa atualizado de R$ 23.037 (R$17.821 em 31 dezembro de 2023), sendo que parte da autuação, que se refere ao excesso de juros sobre o capital próprio, possui chance de perda provável e já provisionado, com valor atual de R$5.759 (R$ 4.488 em 31 de dezembro de 2023). O montante de R$17.278 (R$13.334 em 31 de dezembro de 2023) restante é classificado como chance de perda possível. **c) Composição - Perdas possíveis:** As provisões classificadas como perda possível e, portanto, não registradas nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Civil	6.198	5.543	6.315	5.728
Trabalhista	516	548	556	579
Tributário	22.095	7.283	22.095	7.283
Total	**28.810**	**13.374**	**28.967**	**13.590**

Principais ações cíveis: Ação civil pública na comarca de Uberlândia /MG, solicitando a modificação das embalagens e etiquetas dos medicamentos de risco. Três ações civis públicas nas comarcas de Goiânia/GO, Bom Jesus da Lapa/BA e Jequié/BA, referentes a Ato de Improbidade Administrativa. *Tributárias:* Dois autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado, referentes a cobrança de ICMS. Um deles no Estado de Goiás, referente a omissão devido ao não estorno de créditos cujas saídas foram contempladas com redução da base de cálculo, com valor atual de R$3.483 e, o outro, no Estado do Mato Grosso sobre recolhimento em operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, com valor atual de R$2.502. As demais variações ocorridas em 2024 e 2023 nos processos com probabilidade de perdas possíveis compreendem basicamente as atualizações monetárias e novas contingências não relevantes.

20. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social autorizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 156.486 (R$ 156.486 em 31 de dezembro de 2023), conforme demonstrado abaixo: Em 05 de junho de 2024, a acionista Maria Augusta Reis Perillo, cedeu e transferiu suas ações a MAP Participações Ltda.

Acionista	**Ações ordinárias**	**Total (R$)**	**%**
MAP Participações Ltda	15.412	28.647	18,31%
Eva Maria Perillo Cardoso	8.895	16.532	10,56%
Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia	8.895	16.532	10,56%
Marcelo Reis Perillo	8.895	16.532	10,56%
JMDZ Participações Ltda.	42.096	78.243	50,00%
Total	**84.193**	**156.486**	**100%**

Acionista	**Ações ordinárias**	**Total (R$)**	**%**
Maria Augusta Reis Perillo	15.412	28.647	18,31%
Eva Maria Perillo Cardoso	8.895	16.532	10,56%
Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia	8.895	16.532	10,56%
Marcelo Reis Perillo	8.895	16.532	10,56%
JMDZ Participações Ltda	42.096	78.243	50,00%
Total	**84.193**	**156.486**	**100%**

b. Reserva de lucros - Incentivos fiscais: A reserva é constituída pelo reconhecimento das subvenções para investimentos quando não compensada de prejuízos para que não haja distribuição desses recursos aos acionistas, é calculada logo após a reserva legal e engloba os valores obtidos através dos programas: (i) FOMENTAR, que é um benefício estadual da planta de Goiás; (ii) FDI, que também é um benefício estadual para a planta do Ceará; e (iii) Lucro da Exploração, que é um benefício federal da planta do Ceará. **c. Dividendos:** Os lucros apurados em balanço, em conformidade com o permitido no artigo vigente do código civil, poderão ser distribuídos aos sócios na proporção do capital de cada um na sociedade anualmente. No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foi aprovado conforme assembleia geral extraordinária a distribuição de dividendos de R$ 28.283, sendo R$ 8.888 de distribuição de dividendos obrigatórios do ano de 2024 e R$ 19.405 de dividendos adicionais, sendo R$ 10.517 decorrente dos lucros acumulados de exercícios anteriores e R$ 8.888 dos lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O saldo de dividendos a pagar registrado é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro	35.553	69.403
(-) 5% Reserva legal (limitada a 20% do Patrimônio líquido)	-	(3.470)
(-) Reserva de incentivos fiscais (i)	-	(29.947)
(=) Lucro distribuível em 31 de dezembro	35.553	35.986
(+) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.888	8.996
(Dividendos adicionais do exercício	8.888	8.354
(=) Dividendos totais em 31 de dezembro	17.776	17.350
(+) Dividendos adicional de exercícios anteriores	10.517	-
(-) Dividendos pagos no exercício	(24.000)	(34.532)
(=) Movimentação de dividendos do exercício	4.293	(17.182)
(+) Dividendos a pagar exercício anterior	13.483	34.532
(-) Dividendos antecipados	(1.600)	(3.868)
(=) Dividendos a pagar em 31 de dezembro	16.176	13.482

(i) Em decorrência da alteração da legislação tributária em 2024, a Companhia não aproveitou benefícios de subvenções em suas apurações de IRPJ/CSLL e consequentemente não constituiu reservas de incentivos fiscais para o exercício.

d. Movimentação de Reserva de lucros

	Saldo em 31/12/2023	Reserva de Incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos deliberados	Saldo em 31/12/2024
Reserva de lucro	351.537	-	35.553	(26.694)	360.396
Total geral	**351.537**	**-**	**35.553**	**(26.694)**	**360.396**

e. Transações de capital

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos e passivos supervenientes (i)	(14.295)	(14.295)
Incorporação reversa parcial – CP3 (ii)	(81.461)	(81.461)
Total	**(95.756)**	**(95.756)**

(i) Refere-se ao fluxo de pagamentos e recebimentos de ativos supervenientes aos acionistas controladores da Companhia, referente à fatos geradores ocorridos em período anterior à março de 2016, data da entrada do fundo HIG como acionista minoritário da Companhia. Como esses valores são ajustes eram previstos no acordo de acionista, foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como transação de capital, sem afetar o resultado da Companhia. (ii) Em 20 de abril de 2021 a CP3, holding patrimonial controlada pelos acionistas controladores da Halex Istar, assinou Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças ("SPA") para adquirir ações representativas de 100% do capital social da Cascadura Participações S.A. (controlada pelo HIG), até então detentora de 27,5% das ações da Halex Istar. No ato da aquisição da participação dos acionistas minoritários (HIG – via veículo Cascadura) pelos acionistas controladores da Halex Istar (via veículo CP3), apurou-se um ágio de R$ 123.425 pela diferença entre o valor pago ao HIG e o valor contábil equivalente aos 27,5% das ações da Halex Istar. Considerando que essa transação foi uma aquisição de participação adicional sem alterar a posição de controle dos acionistas da Halex Istar, o valor apurado como ágio foi integralmente reconhecido como uma transação de capital, diretamente no patrimônio líquido da CP3, que subsequentemente à transação de compra das ações foi incorporada parcialmente pela própria Halex Istar (incorporação reversa), sendo deduzido do valor do ágio o benefício tributário apurado sobre a transação, conforme demonstrado abaixo:

	2024
Ágio apurado na aquisição de participações de minoritários	(123.425)
(-) Benefício tributário de IR/CS sobre ágio (34%)	41.965
Transação de capital reconhecida no patrimônio	**(81.460)**

21. Programa de remuneração baseado em ações

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2018, foi aprovado o programa de incentivo de longo prazo, que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia na ocorrência, a determinados administradores e empregados ("beneficiário") da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle. O programa baseia-se na concessão de uma premiação financeira, fundamentada na valorização futura da Companhia no longo prazo.

Programa	**Data da outorga**	**Direito ao exercício**	**Opções outorgadas**
2018	24/01/2018	22/09/2021	2.231.104
2019	01/10/2019	31/12/2024	589.348
Total			**2.820.452**

Em janeiro de 2018, foram outorgadas 2.231.104 *Phantom Shares*, e em outubro de 2019 houve a outorga de novas opções em virtude da entrada de um novo beneficiário do programa de remuneração baseado em ações, sendo a quantidade de 589.348 novas opções, consolidando a quantidade total de 2.820.452 opções. Em 2019 foram canceladas 926.118 opções referente a saída de três beneficiários do programa, e em abril de 2021 ocorreu o pagamento de 520.942 ações devido a venda da Cascadura, representando 27,5% das opções outorgadas vigentes em 2021, em abril de 2024 foram canceladas 793.516 opções referente a saída de um beneficiário do programa, ocasionando o impacto de R$11.080 no programa. Destas opções outorgadas, tem-se 579.876 vestidas em 2024 (1.360.616 em 2023) já com o período de carência atendido. As demais permanecem condicionadas ao período de carência (*vesting*) variável de acordo com o acordado com cada beneficiário, sendo os períodos superiores a três anos. Essas ações foram totalmente vestidas, mas ainda não foram totalmente adquiridas. Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares*: (i) condicionada a manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia; e (ii) pela ocorrência de um evento de liquidez em até 20 anos após a outorga. As *Phantom Shares* não conferem ao beneficiário a condição de acionista da Companhia nem direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao beneficiário em razão das *Phantom Shares* ora outorgadas. Decorrido o período de *vesting* e verificado o cumprimento da condição de serviço, na ocorrência de um evento de liquidez (alteração no controle acionário da Companhia ou processo de oferta pública inicial pela Companhia) o beneficiário fará jus à premiação em dinheiro obedecendo o fluxo de caixa do evento de liquidez. **Política contábil:** Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da Companhia podem receber uma premiação baseada em *Phantom Shares* liquidáveis em dinheiro. O reconhecimento contábil segue o período de carência e a melhor estimativa do valor esperado de liquidação, até a efetiva liquidação, afetando o resultado da Companhia e o passivo decorrente. O reconhecimento inicial do benefício foi calculado através da metodologia de precificação Black-Scholes, fazendo uso de informações de mercado de competidores comparáveis, índices de mercado projetados dentro da janela estimada de ocorrência do evento de liquidez, sendo reconhecidos seus efeitos a partir das outorgas. A volatilidade é efetuada através da análise de 11 multinacionais do mesmo segmento com ações negociadas em bolsa de valores em diferentes locais do mundo, através da variação mensal de suas ações nas respectivas bolsas de valores nos últimos 5 anos. Em 31 de dezembro de 2024, o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada e prazo de maturidade estão descritas abaixo:

31/12/2024

Programa	**Data**	**Qtde. de opções**	**Opções canceladas (i)**	**Opções pagas (ii)**	**Opções vestidas**	**Opções a vestir**	**Preço de exercício**	**Valor justo das opções**	**Volatilidade**	**Tx. juros livre de risco**	**Prazo de maturidade**
		Outorgas – Quantidade							Premissas do valor justo		
2018/2019	24/01/2018	2.820.452	(1.719.634)	(520.942)	579.876	-	R$ 13,997	R$ 13,997	23,63%	12,15%	Até 4 anos

31/12/2023

Programa	**Data**	**Qtde. de opções**	**Opções canceladas (i)**	**Opções pagas (ii)**	**Opções vestidas**	**Opções a vestir**	**Preço de exercício**	**Valor justo das opções**	**Volatilidade**	**Tx. juros livre de risco**	**Prazo de maturidade**
		Outorgas – Quantidade							Premissas do valor justo		
2018/2019	24/01/2018	2.820.452	(926.118)	(520.942)	1.360.616	12.776	R$ 16,984	R$ 16,984	24,02%	10,36%	Até 4 anos

(i) As opções canceladas se referem a saída de quatro beneficiários do programa de remuneração baseado em ações. (ii) Pago 27,5% referente a venda da Cascadura Abril/2021. A Companhia efetuará a liquidação desse plano de benefícios aos executivos, quando do exercício das opções. As variações de quantidades de opções e seus correspondentes preços médios do exercício estão apresentados a seguir: Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R$ 4.277 (R$17.565 em 31 de dezembro de 2023) correspondente às opções com prazo de carência cumprido está registrado em outras obrigações. No exercício findo em findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrado no resultado do exercício o montante de (R$13.288) (R$ 571 em 31 de dezembro 2023) na rubrica de despesas administrativas e gerais, em decorrência aos cancelamentos opções vestidas pela saída de beneficiários referente a apropriação do *Phantom Shares*.

	Preço das opções	Opções vestidas e a vestir
Posição em 31 de dezembro de 2022	**17,144**	**1.373.392**
Opções outorgadas	-	-
Opções exercidas	-	-
Opções canceladas (i)	-	-
Ganho/perda de valor	(0,160)	-
Posição em 31 de dezembro de 2023	**16,984**	**1.373.392**
Opções outorgadas	-	-
Opções exercidas	-	-
Opções canceladas (i)	-	(793.516)
Ganho/perda de valor	(2,987)	-
Posição em 31 de dezembro de 2024	**13,997**	**579.876**

(i) As opções canceladas se referem a saída de beneficiários do programa de remuneração baseado em ações22. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Resultado antes dos impostos	**47.531**	83.216	**48.850**	84.958
Alíquota fiscal	**34%**	34%	**34%**	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	**(16.161)**	(28.294)	**(16.609)**	(28.886)
Participação de PLR administradores e dirigentes	**(129)**	(1.727)	**(129)**	(1.727)
Perda efetiva dos estoques	**(1)**	46	**(1)**	46
Doações e brindes	**(212)**	(153)	**(212)**	(153)
Subvenção FDI/Fomentar-	**-**	8.993	**-**	8.993
Inovação Tecnológica - Lei 11.196/2005	**2.281**	1.514	**2.281**	1.514
Equivalência patrimonial	**2.257**	5.233	**-**	-
Lucro de exploração	**1.250**	3.498	**1.250**	3.498
Impactos da taxa lucro presumido	**-**	-	**1.318**	1.742
Outras	**(1.263)**	(2.923)	**(1.195)**	(582)
Total de despesas com IRPJ e CSLL	**(11.978)**	(13.813)	**(13.297)**	(15.555)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(328)**	(1.892)	**(1.647)**	(3.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(11.650)**	(11.921)	**(11.650)**	(11.921)
Alíquota efetiva	**(25%)**	(17%)	**(27%)**	(18%)

b. Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos

	Controladora Saldo em 2023	Controladora Resultado	Controladora Saldo em 2024	Consolidado Saldo em 2023	Consolidado Resultado	Consolidado Saldo em 2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Provisão para perda de estoque	4.099	(711)	3.388	4.099	(711)	3.388
Provisão para contingências passivas	940	418	1.358	940	418	1.358
Provisão para perdas imobilizado	2.250	-	2.250	2.250	-	2.250
Provisão para perdas intangível	3.081	-	3.081	3.081	-	3.081
Provisão para perda de crédito esperada	510	1.215	1.725	510	1.215	1.725
Provisão para PLR	470	(341)	129	470	(341)	129
Provisão para comissionamento	5.625	2.015	7.640	5.625	2.015	7.640
Receitas diferidas Art. 480 do decreto 9.580/2018	(2.221)	740	(1.481)	(2.221)	740	(1.481)
Plano de incentivo	6.222	(4.768)	1.454	6.222	(4.768)	1.454
Provisão para encargos sobre bônus	69	(53)	16	69	(53)	16
Ajuste depreciação da vida útil	(16.147)	(1.635)	(17.782)	(16.147)	(1.635)	(17.782)
Amortização de ágio	(4.876)	(156)	(5.032)	(4.876)	(156)	(5.032)
Ágio incorporação CP3	28.676	(8.394)	20.282	28.676	(8.394)	20.282
Recuperação de imposto	9.599	-	9.599	9.599	-	9.599
Cut off	1.104	(231)	873	1.104	(231)	873
Outras diferenças temporárias	514	251	765	514	251	765
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	**39.915**	**(11.650)**	**28.265**	**39.915**	**(11.650)**	**28.265**

	Controladora Saldo em 2022	Controladora Resultado	Controladora Saldo em 2023	Consolidado Saldo em 2022	Consolidado Resultado	Consolidado Saldo em 2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Provisão para perda de estoque	4.022	77	4.099	4.022	77	4.099
Provisão para contingências passivas	574	366	940	574	366	940
Provisão para perdas imobilizado	2.253	(3)	2.250	2.253	(3)	2.250
Provisão para perdas intangível	3.081	-	3.081	3.081	-	3.081
Provisão para perda de crédito esperada	441	69	510	441	69	510
Provisão para PLR	1.534	(1.064)	470	1.534	(1.064)	470
Provisão para comissionamento	4.329	1.296	5.625	4.329	1.296	5.625
Receitas diferidas Art. 480 do decreto 9.580/2018	(2.255)	34	(2.221)	(2.255)	34	(2.221)
Plano de incentivo	6.166	56	6.222	6.166	56	6.222
Provisão para encargos sobre bônus	324	(255)	69	324	(255)	69
Ajuste depreciação da vida útil	(14.838)	(1.309)	(16.147)	(14.838)	(1.309)	(16.147)
Amortização de ágio	(4.719)	(157)	(4.876)	(4.719)	(157)	(4.876)
Agio Incorporação CP3 (i)	37.068	(8.392)	28.676	37.068	(8.392)	28.676
Recuperação de imposto	9.599	-	9.599	9.599	-	9.599
Cut off	2.414	(1.310)	1.104	2.414	(1.310)	1.104
Outras diferenças temporárias	1.843	(1.329)	514	1.843	(1.329)	514
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	**51.836**	**(11.921)**	**39.915**	**51.836**	**(11.921)**	**39.915**

(i) A Companhia reconheceu o benefício tributário sobre a incorporação reversa parcial da CP3, conforme opinião legal obtida que atestou ser provável que as autoridades fiscais em última instância aceitem a posição tributária de amortização do ágio para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social.

23. Receita líquida de vendas

A Companhia e sua controlada geram receita principalmente com a venda dos seguintes produtos:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receita com produtos próprios	541.708	581.891	576.986	624.857
(-) Bonificação (ii)	(559)	(69)	(558)	(69)
(-) Impostos incidentes sobre vendas (i)	(73.523)	(74.267)	(74.698)	(75.605)
(-) Devoluções e abatimentos	(16.627)	(20.598)	(19.204)	(21.152)
Total	450.999	486.957	482.526	528.031

(i) Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, em ICMS (alíquotas de 7% a 17%), impostos municipais sobre serviços (alíquotas de 2% a 5%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquotas de 0,65% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 3% ou 7,6%). Ainda, de acordo com a Lei nº 10.147/2000, na industrialização ou na importação de produtos farmacêuticos as alíquotas aplicadas serão de 2,10% para o PIS e 9,90% para a COFINS. (ii) A Companhia possui apenas bonificação comercial, a qual é efetuada através de análise financeira individual de cada venda pela Diretoria da Companhia. Abertura da receita bruta por canal vide quadro abaixo:

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Distribuidor	269.580	312.912	295.657	346.738
Hospital Particular	99.408	101.041	103.736	106.245
Hospital Público	82.011	73.004	83.133	75.048
Total	**450.999**	**486.957**	**482.526**	**528.031**

A Companhia efetua abatimentos para as vendas efetuadas para clientes localizados na Zona Franca de Manaus, que possuem benefício fiscal de isenção de ICMS.

24. Despesas por natureza

a. Custos dos produtos vendidos

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Mãos de obra direta e indireta	(79.655)	(78.723)	(83.211)	(83.424)
Insumos	(139.396)	(125.958)	(145.620)	(133.479)
Gastos gerais de fabricação	(65.431)	(57.731)	(68.352)	(61.178)
Frete sobre venda	(31.512)	(30.777)	(32.183)	(31.364)
Outros custos	(11.222)	(11.594)	(11.225)	(11.605)
Total	**(327.216)**	**(304.783)**	**(340.591)**	**(321.050)**

b. Despesas comerciais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Comissões de vendas	(23.180)	(23.413)	(24.569)	(24.842)
Despesa com pessoal	(9.175)	(9.870)	(9.175)	(9.870)
Outras despesas (i)	(5.010)	(4.783)	(6.305)	(5.693)
Total	**(37.365)**	**(38.066)**	**(40.049)**	**(40.405)**

(i) Substancialmente representado por despesas de publicidade e programada e participação em eventos de lançamento farmacêuticos.

c. Despesas administrativas e gerais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Serviços de terceiros	(11.197)	(11.653)	(11.955)	(12.332)
Remuneração a dirigentes	(3.797)	(5.529)	(3.797)	(5.529)
Phantom Shares	13.288	571	13.288	571
Despesas com pessoal	(27.801)	(29.610)	(31.058)	(31.549)
Despesas com impostos, taxas e contribuições	927	(8.105)	927	(8.313)
Depreciação e amortização	(9.833)	(9.195)	(10.380)	(9.697)
Demais despesas (i)	(5.999)	(6.175)	(7.834)	(7.567)
Software mensalidades	(5.226)	(3.983)	(5.226)	(3.983)
Teste com materiais	(2.570)	(2.682)	(2.570)	(2.682)
Energia	(827)	(545)	(870)	(737)
Total	**(53.035)**	**(76.906)**	**(59.885)**	**(81.818)**

(i) Substancialmente representado com despesas de validação, manutenção, aluguéis de veículos (sob demanda), seguros, higiene e limpeza e treinamentos.

d. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Despesas operacional				
Custa Judicial	(564)	(467)	(564)	(467)
Outros	(455)	(344)	(472)	(1.671)
Total de despesa operacional	**(1.019)**	**(811)**	**(1.036)**	**(2.138)**
Receitas operacional				
Recuperação de desp. e tributos (PIS, COFINS, e crédito outorgado (i)	754	546	762	546
Recuperação de sinistro	-	45	-	45
Resultado de alienação de ativos	1.346		1.346	
Subvenção governamental (FORMENTAR/FDI) (ii)	25.891	26.633	25.891	26.633
Outros	1.351	1.338	357	1.338
Total de receitas operacional	**29.342**	**28.562**	**28.356**	**28.562**
Resultado operacional líquido	**28.323**	**27.751**	**27.320**	**26.424**

(i) Refere-se à recuperação de pequenas despesas e, em especial, a créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS e de créditos outorgados à alíquota de 2%, concedidos pelo Governo do Estado de Goiás para as operações nas vendas interestaduais a contribuintes do

Continua

Continuação

ICMS. (i) A Companhia é beneficiária do programa FOMENTAR na Matriz e FDI na filial Nordeste, conforme Nota Explicativa nº 16

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	896	2.222	995	2.389
Instrumentos financeiros	5.496	-	5.496	-
Rendimento de aplicações	5.083	3.474	5.708	4.596
Juros ativos	4.912	582	4.929	603
Outras receitas financeiras	337	565	591	579
Total de receitas financeiras	16.724	6.843	17.719	8.167
Despesas financeiras				
Variações cambiais passivas	(8.965)	(2.756)	(9.005)	(2.984)
Juros sobre empréstimos	(24.079)	(27.328)	(24.093)	(27.328)
Taxa administrativa FDI	(141)	(333)	(141)	(333)
Despesas bancárias	(332)	(424)	(768)	(543)
Outras despesas financeiras	(181)	(2.517)	(323)	(2.583)
Total de despesas financeiras	**(33.698)**	**(33.358)**	**(34.330)**	**(33.771)**
Resultado financeiro líquido	**(16.974)**	**(26.515)**	**(16.611)**	**(25.604)**

26. Lucro básico e diluído por ação

Básico e diluído: O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada da quantidade de ações em circulação do período. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a média ponderada da quantidade de ações era igual à quantidade total de ações ordinárias e preferenciais. O resultado básico e o diluído são idênticos, pois a Companhia não possui ações potenciais em emissão.

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Resultado líquido do exercício - (a)	35.553	69.403
Número de ações ordinárias (milhares de ações) - (b)	84.193	84.193
Total de ações- total soma (b)	84.193	84.193
Resultado básico e diluído por ação = (a) / total soma (b)	0,4223	0,8243

27. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Considerações gerais e políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. **a. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada são substancialmente os mesmos e, portanto, a Companhia está apresentando unicamente as informações consolidadas. ***Fatores de risco financeiro:*** Em função de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros para proteger certas exposições a risco. A gestão de riscos financeiros é feita pela Diretoria e monitorada por meio de relatórios gerenciais apresentados mensalmente em reunião do Conselho. ***Risco de mercado:*** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. ***Risco cambial:*** A Companhia e sua controlada estão expostos ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais da Companhia e sua controlada, principalmente em Reais, mas também em US$ e €. *Exposição ao risco cambial:* Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia e sua controlada, conforme reportado pela Diretoria está apresentado abaixo:

	Consolidado 31/12/2024				Consolidado 31/12/2023			
	US$ mil	**€ mil**	**£ mil**	**Convertidos em Reais**	**US$ mil**	**€ mil**	**£ mil**	**Convertidos em Reais**
Fornecedores	290	1.894	-	13.782	168	1.434	-	8.513
Empréstimos	3.340	3.253	-	41.613	-	-	-	-
Exposição líquida	3.630	5.147	-	55.395	168	1.434	-	8.513

Análise de sensibilidade ao risco cambial: Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do US$ e € contra todas as outras moedas em 31 de dezembro de 2024, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. A Companhia inclui na análise de sensibilidade das taxas de câmbio e taxas de juros com base nos cenários abaixo: Cenário I - considerado como referencial pela Companhia: obtido através da cotação do câmbio a R$ /US$/€ e taxas CDI, com base na compilação de projeções mercadológicas. Cenário II e III - redução sobre as taxas câmbio e índices da CDI - esses cenários consideram oscilações negativas e positivas (deterioração/apreciação) de 25% e 50% sobre as taxas de juros atreladas aos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e com posições em aberto na data de fechamento. Para fins de análise de sensibilidade, partimos da base realizada, onde o dólar americano de fechamento foi de R$ 6,1917 e o euro de fechamento foi de R$ 6,4344, de acordo com o Banco Central do Brasil, consideramos dois cenários de aumento (redução), um de 25% e outro de 50%.

	Consolidado 31/12/2024				
	Exposição convertida em R$	**Cenário I 25%**	**Cenário II 50%**	**Cenário I (25%)**	**Cenário II (50%)**
Operação					
Fornecedores	13.782	17.749	21.244	10.487	6.991
Empréstimos	41.613	51.596	61.916	30.958	20.639
Total de exposição	55.395	69.345	83.160	41.445	27.630
Impacto no resultado		13.950	27.765	(13.950)	(27.765)

	Consolidado 31/12/2023				
	Exposição convertida em R$	**Cenário I 25%**	**Cenário II 50%**	**Cenário I (25%)**	**Cenário II (50%)**
Operação					
Fornecedores	21.041	29.929	33.980	12.153	8.102
Efeito no resultado		8.888	12.939	(8.888)	(12.939)

Risco de taxa de juros: A Companhia e sua controlada possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados à taxa de juros vinculada a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros às taxas Selic e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que possam impactar seus fluxos de caixa. O maior volume de passivo financeiro é decorrente de empréstimo para investimentos na atualização do Parque Fabril (adequação da NR 45/2008-ANVISA) através do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO). *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:* A Companhia e sua controlada realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Diretoria mensurou utilizando-se taxas de juros CDI divulgados BM&F BOVESPA e/ou BACEN projetadas, considerando uma taxa base de 12,15% a.a. (11,65 % a.a. em 2023). Os cenários I e II foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário realizado. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Consolidado 31/12/2024					
	Exposição em R$	**Cenário provável**	**Cenário I 25%**	**Cenário II 50%**	**Cenário I (25%)**	**Cenário II (50%)**
Operação						
Aplicações financeiras	**75.365**	**9.157**	**11.448**	**13.739**	**6.866**	**4.582**
Empréstimos e financiamentos	**(141.921)**	**(17.243)**	**(21.558)**	**(25.872)**	**(12.929)**	**(8.629)**
Total de exposição	**(66.556)**	**(8.086)**	**(10.110)**	**(12.133)**	**(6.063)**	**(4.047)**
Efeito no resultado			**(2.024)**	**(4.047)**	**2.024**	**4.047**

	Consolidado 31/12/2023					
	Exposição em R$	**Cenário provável**	**Cenário I 25%**	**Cenário II 50%**	**Cenário I (25%)**	**Cenário II (50%)**
Operação						
Aplicações financeiras	39.909	4.649	5.812	6.974	3.487	2.325
Empréstimos e financiamentos	(142.464)	(16.597)	(20.746)	(24.896)	(12.446)	(8.299)
Total de exposição	(102.555)	(11.948)	(14.934)	(17.922)	(8.959)	(5.974)
Efeito no resultado			(2.986)	(5.974)	2.989	5.974

Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber e financiamentos a curto e longo prazos. No caso de contas a receber, a Companhia trabalha com um índice histórico de atrasos e um departamento ativo de cobrança própria e terceirizada. Em 31 de dezembro de 2024, 2023, a exposição máxima ao risco de crédito era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e equivalentes de caixa	72.441	35.373	81.085	42.412
Contas a receber	56.643	65.946	63.383	75.501
Outros créditos	32.560	20.385	36.853	23.480
Total	**161.644**	**121.704**	**181.321**	**141.393**

Contas a receber: A gestão do risco de crédito tem como objetivo identificar, controlar e mensurar exposições de riscos, garantindo melhores oportunidades de negócios, aumentando o retorno financeiro para os acionistas. As ações de cobranças assumem papel fundamental no processo, pois seguem a régua de cobrança definida para cada canal de vendas (Órgãos Públicos, Distribuidores e Hospital Privado), sendo, informativa (internamente), cobrança terceirizada (amigável) e jurídica (internamente). As perdas de créditos esperados, são mensuradas pela política de provisão, que adota uma combinação de regras do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e de prazos máximos de inadimplência segmentados em: Órgãos Públicos, Distribuidores e clientes privados. Um resumo da exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Sem problemas de recuperação	**Com problemas de recuperação**	**Sem problemas de recuperação**	**Com problemas de recuperação**
Ratings de crédito externos pelo menos A de Credinfar	29.674	-	26.812	-
Outros Clientes:	-	-	-	-
- Quatro anos ou mais de histórico de negociação com o Grupo*	(12)	-	(114)	-
- Menos de quatro anos de histórico de negociação com o Grupo*	18.089	-	23.453	-
- Alto risco	31.899	-	37.757	-
Valor contábil bruto	79.650	-	87.908	-
Provisão para perda	**(16.267)**	-	(12.407)	-
***Excluindo os de alto risco**	**63.383**	-	75.501	-

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos: A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como Serasa e Credinfar. As exposições em cada pontuação de risco de crédito foram segmentadas tipo de cliente. Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Consolidado				
31 de dezembro de 2024	**Equivalente ao rating de crédito externo [Credinfar]**	**Taxa média ponderada de perda estimada**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**	**Com problemas de recuperação**
Níveis 1 - 2: risco baixo	**A1 para A**	0,00%	51.535	(2)	Não
Nível 3: risco razoável	**B**	-0,35%	12.328	(478)	Não
Nível 4: duvidoso	**C**	-91,48%	1.964	(1.964)	Sim
Nível 5: perda	**D**	-103,47%	13.823	(13.823)	Sim
Total			79.650	(16.267)	

	Consoliado				
31 de dezembro de 2023	**Equivalente ao rating de crédito externo [Credinfar]**	**Taxa média ponderada de perda estimada**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**	**Com problemas de recuperação**
Níveis 1 - 2: risco baixo	A1 para A	0,01%	63.974	(6)	Não
Nível 3: risco razoável	B	0,18%	11.125	(21)	Não
Nível 4: duvidoso	C	57,47%	1.818	(1.051)	Não
Nível 5: perda	D	102,47%	10.991	(11.329)	Sim
Total			**87.908**	**(12.407)**	

A Companhia possui política interna que restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, com limites entre instituições financeiras, ratings e critérios de liquidez. A tabela abaixo demonstra o Rating dos valores aplicados (Nota Explicativa nº 7) conforme a agência Fitch Ratings.

	Controladora		Consolidado	
Rating	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
AAA+	-	-	-	-
AAA	34.132	13.972	41.780	17.465
A	1.002	23	1.002	23
BB	-	-	-	-
BB-	4.113	3.474	4.539	4.915
BBB	-	-	-	-
Sem Rating	28.044	16.407	28.044	17.476
	67.291	**33.876**	**75.365**	**39.879**

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e sua controlada pode encontrar em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada monitoram o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. *Exposição ao risco de liquidez:* A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da informação contábil.

	Consolidado 31/12/2024			
	Até 1 ano	**Até 5 anos**	**Total contábil**	**Total com fluxo contratual**
Fornecedores	**45.357**	**-**	**45.357**	**45.357**
Empréstimos e financiamentos	**5.945**	**200.892**	**206.837**	**206.837**
Outras obrigações	**37.397**	**6.338**	**43.835**	**43.835**
Total	**88.699**	**207.230**	**296.029**	**296.029**

	Consolidado 31/12/2023			
	Até 1 ano	**Até 5 anos**	**Total contábil**	**Total com fluxo contratual**
Fornecedores	35.724	-	35.724	35.724
Empréstimos e financiamentos	32.113	129.696	161.809	161.809
Outras obrigações	29.361	19.794	49.155	49.155
Total	**97.198**	**149.490**	**246.688**	**246.688**

Gestão do capital: Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas. O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Diretoria procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Diretoria inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui passivo de arrendamento) e caixa e equivalentes de caixa. A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo o passivo de arrendamento), líquido de caixa e equivalentes de caixa, e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados. A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	**31/12/2023**
Total dos empréstimos e financiamentos	**201.020**	**161.809**
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(81.085)	(42.412)
Endividamento bancário líquido	119.935	119.397
Total do patrimônio líquido	**421.126**	**411.404**

b. Classificação dos instrumentos financeiros: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Instrumentos financeiros (passivo)	Consolidado 31/12/2024			Valor justo			
	Valor justo	**Valor contábil**	**Classificação**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Caixa	**44**	**44**	**Custo amortizado**	**44**	**-**	**-**	**44**
Banco	**5.676**	**5.676**	**Custo amortizado**	**5.676**	**-**	**-**	**5.676**
Aplicações Financeiras	**75.365**	**75.365**	**Valor justo**	**-**	**75.365**	**-**	**75.365**
Equivalentes de caixa	**81.085**	**81.085**		**5.720**	**75.365**	**-**	**81.085**
Contas a receber	**63.383**	**63.383**	**Custo amortizado**	**63.383**	**-**	**-**	**63.383**
Créditos diversos	**15.081**	**15.081**	**Custo amortizado**	**15.081**	**-**	**-**	**15.081**
Adiantamentos	**8.974**	**8.974**	**Custo amortizado**	**8.974**	**-**	**-**	**8.974**
Deposito judiciais	**15.851**	**15.851**	**Custo amortizado**	**15.851**	**-**	**-**	**15.851**
	100.236	**100.236**		**100.236**	**-**	**-**	**100.236**
Total	**181.321**	**181.321**		**105.956**	**75.365**	**-**	**181.321**

Instrumentos financeiros (passivo)	Consolidado 31/12/2024			Valor justo			
	Valor justo	**Valor contábil**	**Classificação**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Fornecedores	**51.633**	**51.633**	**Custo amortizado**	**51.633**	**-**	**-**	**51.633**
Empréstimos e financiamentos	**191.391**	**191.391**	**Custo amortizado**	**191.391**	**-**	**-**	**191.391**
Outras obrigações	**43.835**	**43.835**	**Custo amortizado**	**43.835**	**-**	**-**	**43.835**
Total	**286.859**	**286.859**		**286.859**	**-**	**-**	**286.859**

Instrumentos financeiros (passivo)	Consolidado 31/12/2023			Valor justo			
	Valor justo	**Valor contábil**	**Classificação**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Caixa	54	54	Custo amortizado	-	54	-	54
Banco	2.448	2.448	Custo amortizado	-	2.448	-	2.448
Aplicações Financeiras	39.910	39.910	Custo amortizado	-	39.910	-	39.910
Equivalentes de caixa	42.412	42.412		-	42.412	-	42.412
Contas a receber	75.501	75.501	Custo amortizado	-	75.501	-	75.501
Estoques	149.778	149.778	Custo amortizado	-	149.778	-	149.778
Créditos Diversos	9.369	9.369	Custo amortizado	-	9.369	-	9.369
	234.648	**234.648**		**-**	**234.648**	**-**	**234.648**
Total	**277.060**	**277.060**		**-**	**277.060**	**-**	**277.060**

Instrumentos financeiros (passivo)	Consolidado 31/12/2023			Valor justo			
	Valor justo	**Valor contábil**	**Classificação**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Fornecedores	35.724	35.724	Custo amortizado	-	35.724	-	35.724
Empréstimos e financiamentos	161.809	161.809	Custo amortizado	-	161.809	-	161.809
Outras obrigações	49.155	49.155	Custo amortizado	-	49.155	-	49.155
Total	**246.688**	**246.688**		**-**	**246.688**	**-**	**246.688**

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$70.000 para danos materiais, R$192.100 para riscos operacionais e R$5.000 para responsabilidade civil. E seguro garantia judicial para débitos tributários federais no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), visando garantir o pagamento de débitos tributários federais em discussão no valor de R$ 4.932.

29. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento de negócio (hospital), subdivididos em Medicamentos, Solução Parental e Produto para Saúde. O seguinte resumo descreve as operações em cada uma das divisões reportáveis da Companhia:

Divisões	**Operações**
Medicamento	São produtos que possuem matéria prima ativa (IVA), exemplos: Antibióticos, antifúngicos, antivirais, etc.
Solução Parental	São soluções básicas como: eletrolíticos, reposição calórica, hipovolemia, etc.
Produto para Saúde	Produto para saúde são como equipamentos, aparelho, material, artigo ou sistema de uso ou aplicação médica.

A política contábil de reconhecimento de receita está descrita junto as notas explicativas 6.3 e 23. Nenhum cliente individualmente ou em conjunto foi responsável por mais de 10% da receita líquida da Companhia. Todos os ativos estão localizados nos Estados de Goiás, Ceará e Rio Grande do Sul. O seguinte resumo descreve as operações de cada divisão:

	Controladora		Consolidado	
	Hospitalar		Hospitalar	
	31/12/2024	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Receita líquida de vendas	**450.999**	**486.957**	**482.526**	**528.031**
Medicamento	102.233	106.773	102.233	106.772
Solução Parenteral	348.316	379.140	348.319	379.170
Produto para Saúde	450	1.043	31.974	42.088
Outros	-	1	-	1
Custo dos produtos vendidos	**(327.216)**	**(304.783)**	**(340.591)**	**(321.050)**
Medicamento	(70.542)	(54.677)	(70.541)	(54.676)
Solução Parenteral	(256.013)	(248.623)	(256.016)	(248.671)
Produto para Saúde	(661)	(1.483)	(14.034)	(17.703)
Outros	-	-	-	-
(=) Lucro bruto	**123.783**	**182.174**	**141.935**	**206.981**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas comerciais	(37.820)	(38.066)	(40.049)	(40.405)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(3.383)	(614)	(3.860)	(620)
Despesas administrativas e gerais	(53.035)	(76.906)	(59.885)	(81.818)
Outras receitas (despesas) operacionais	28.323	27.751	27.320	26.424
Resultado de equivalência patrimonial	6.637	15.392	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	**64.505**	**109.731**	**65.461**	**110.562**
Resultado financeiro líquido	**(16.975)**	**(26.515)**	**(16.611)**	**(25.604)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**47.531**	**83.216**	**48.850**	**84.958**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(328)	(1.892)	(1.647)	(3.634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.650)	(11.921)	(11.650)	(11.921)
Resultado do exercício	**35.553**	**69.403**	**35.553**	**69.403**

Leilson Queiroz
CFO

Talita Leticia Barros
Controller - CRC GO-022961/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da**Halex Istar Industria Farmacêutica S.A.**
Goiânia - GO

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Halex Istar Industria Farmacêutica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas financeiras IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em desenvolvimento: Notas explicativas 6.11 e 15:** A Companhia possui registrado, em 31 de dezembro de 2024, os montantes de R$ 46.733 mil e R$ 51.405 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes a ativos intangíveis de desenvolvimento de novos produtos, deduzidos de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), no montante de R$ 9.062 mil. A Companhia fundamenta a recuperabilidade dos ativos intangíveis em desenvolvimento através de projeções de resultado, considerando a expectativa de lucros futuros, descontados a valor presente. Cada projeto é considerado como menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo uso contínuo e independentes de caixa de outros ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Estas projeções são elaboradas com base nas projeções de parcela de mercado da molécula, preço de comercialização, estimativa de crescimento das quantidades vendidas, gastos de fabricação e comercialização e taxa de desconto. Tais projeções envolvem incertezas e julgamento profissional que podem não se concretizar no futuro, podendo alterar a modelagem desenvolvida e recuperabilidade dos ativos intangíveis em desenvolvimento. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos e ao processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos intangíveis ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade relacionado às premissas e projeções de resultados futuros. **Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a obtenção do entendimento sobre o fluxo de desenvolvimento e reconhecimento contábil e da análise de recuperabilidade dos ativos intangíveis em desenvolvimento; (ii) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela diretoria sobre o processo de avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis; (iii) a avaliação dos estudos de viabilidade dos produtos em desenvolvimento; (iv) a utilização do suporte de nossos especialistas em avaliação de projeções financeiras na avaliação das premissas e metodologias utilizadas nas projeções e teste de recuperabilidade de uma determinada amostra moléculas; (v) a avaliação de todas as taxas de crescimento e descontos utilizadas nas projeções e comparabilidade das premissas com dados obtidos de fontes externas; e (vi) a avaliação se as divulgações efetuadas estão apropriadas. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para perda por redução ao valor recuperável (*impairment),* sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as análises de recuperabilidade ao valor recuperável dos ativos intangíveis em desenvolvimento elaboradas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 6.11 e 15, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 25 de março de 2024, com opinião sem modificação sobre as demonstrações financeiras. *Demonstrações de valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas financeiras IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 19 de março de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP-015199/F
Felipe Machado Oliveira - Contador CRC GO-022208/O

GOEMIL S.A. INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Goemil

C.N.P.J.: 07.657.789/0001-05 - Registro Junta Comercial de GO n: 52300012805

RELATÓRIO DA DIRETORIA:

Senhores Acionistas: Em conformidade com o exposto no Estatuto Social e legislação vigente, submetemos à apreciação de vossas senhorias, as Demonstrações Financeiras de forma resumida e com divulgação simultânea da integra dos documentos na página deste mesmo jornal na internet, relativas ao exercício findo em 31/12/2024 e 31/12/2023, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente. Palmeiras de Goiás (GO), 27 de janeiro de 2025. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	78.784	66.659
Aplicações financeiras	6	135.387	108.136
Contas a receber de clientes	7	49.818	47.270
Tributos a recuperar	9	2.261	22.145
Adiantamentos a terceiros		150	130
Estoques	8	52.945	68.204
Despesas antecipadas		816	51
Total do ativo circulante		320.161	312.595
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	6	13.238	-
Depósitos judiciais		189	142
Tributos a recuperar	9	203	228
Outros Investimentos		789	536
Ativo biológico	11	7.418	7.307
Imobilizado	10	74.848	61.553
Intangível	10	202	213
Total do ativo não circulante		96.887	69.979
TOTAL DO ATIVO		417.048	382.574

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	12	8.180	31.356
Outras obrigações		166	909
Obrigações sociais e trabalhistas		3.428	2.289
Obrigações tributárias	13	10.407	5.190
Dividendos a pagar	17.b	10.765	3.646
Total do passivo circulante		32.946	43.390
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	14	159	787
Impostos e contribuições sociais diferidas	21	1.803	2.494
Total do passivo não circulante		1.962	3.281
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Capital social	17.a	160.000	160.000
Reserva de incentivos fiscais	17.b	75.998	61.442
Reserva legal	17.b	17.074	14.042
Reserva de lucros	17.b	129.068	100.419
Total do patrimônio líquido		382.140	335.903
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		417.048	382.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em r (Valores em milhares de reais - R$)o especificados)

	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	160.000	40.363	89.481	12.165	-	302.009
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.540	37.540
Reserva incentivos fiscais doação e subvenção	-	21.079	-	-	(21.079)	-
Reserva legal	-	-	-	1.877	(1.877)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.646)	(3.646)
Reserva de lucros	-	-	10.938	-	(10.938)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	160.000	61.442	100.419	14.042	-	335.903
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(3.646)	-	-	(3.646)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.648	60.648
Reserva incentivos fiscais doação e subvenção	-	14.556	-	-	(14.556)	-
Reserva legal	-	-	-	3.032	(3.032)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(10.765)	(10.765)
Reserva de lucros	-	-	32.295	-	(32.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	160.000	75.998	129.068	17.074	-	382.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	452.419	554.472
Custos dos produtos vendidos	19	(346.603)	(470.215)
Lucro operacional bruto		105.816	84.257
Despesas (receitas) operacionais:			
Despesas comerciais	19	(25.396)	(35.494)
Despesas gerais e administrativas	19	(7.863)	(9.639)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1.127)	223
		(34.386)	(44.910)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		71.430	39.347
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO:	20	(41)	(316)
Despesas financeiras	20	19.104	15.245
Receitas financeiras	20	-	712
Variação cambial líquida		19.063	15.641
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO		90.493	54.988
Imposto de renda e contribuição social:			
Corrente	21	(30.536)	(18.041)
Diferidos	21	691	593
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(29.845)	(17.448)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		60.648	37.540
		0,38	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores em milhares de reais - R$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	90.493	54.988
Ajustado por:		
Depreciação do ativo imobilizado	5.165	4.938
Amortização do ativo intangível	104	87
Exaustão de ativo biológico	3.117	-
Perda do imobilizado e intangível baixado	159	7
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	1	-
Perda de ativo biológico baixado	382	-
Ganho processo ICMS na base do PIS e COFINS	(7)	(216)
Rendimento de aplicações financeiras	(13.124)	(4.330)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	176	588
Provisão (reversão) para realização de estoque	172	(102)
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(628)	230
Aumento (redução) nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(2.724)	(4.469)
Tributos a recuperar	19.916	19.613
Estoques	15.087	8.222
Outras contas a receber	(832)	(2)
Fornecedores	(23.176)	17.795
Impostos e contribuições tributárias	(5.133)	(17.966)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.138	34
Outras contas a pagar	(743)	720
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.458)	-
Recursos líquidos originados pelas atividades operacionais	71.085	80.137
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(18.619)	(12.140)
Aquisição de ativo intangível	(92)	(177)
Aquisição do ativo biológico	(3.610)	(7.307)
Aquisições em aplicações financeiras	(162.332)	(103.806)
Resgate de aplicações financeiras	133.238	-
Aquisição de outros investimentos	(253)	(118)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimento	(51.668)	(123.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(7.292)	(10.044)
Pagamentos de principal s/ empréstimos e financiamentos	-	(4)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(7.292)	(10.048)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	12.125	(53.459)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.659	120.118
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78.784	66.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (VALORES EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício		60.648	37.540
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		60.648	37.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA
Alaidete Brenner
Diretora Presidente
CPF/MF: 398.635.730-00
Ricardo Alves de Moraes
Diretor Industrial
CPF/MF: 359.304.540-00

CONTADOR
Leonardo Rolim da Silva Figuero
Contador CRC/RS 077204/O-7
CPF 003.239.140-47

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Goemil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rodovia GO 050, km 07, Fazenda Suçuapara, Zona Rural, em Palmeiras de Goiás - GO e tem por objeto social a indústria e comércio de produtos alimentícios, como feijão, soja, sementes oleaginosas e similares, assim como a refinação de óleos e gorduras vegetais, proteínas, condimentos, aditivos e ração animal, comércio de insumos agrícolas, como adubo, calcário e outros, objetivando fomentar o plantio de cultivares de soja, importação e exportação, florestamento e reflorestamento, serviços de administração de negócios e prestação de serviços inerentes ao objeto social.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira.
As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas pressupondo a continuidade operacional da empresa, a qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios.
A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 07, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento.
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 27 de janeiro de 2025.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
a) Bases de elaboração
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
b) Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.
c) Moeda estrangeira
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda principal das operações e do ambiente em que a Companhia atua. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data da transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim de cada exercício. As variações cambiais sobre itens monetários em moeda estrangeira são reconhecidas na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.
d) Caixa e equivalentes de caixa
Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. A Companhia não possui operações com aplicações financeiras de natureza decorrente de derivativos ou cotados no mercado ativo.
e) Contas a receber de clientes
Os saldos de contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduzidos, quando aplicável, ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para perda estimada é avaliada com base na perda esperada, levando em consideração a experiência passada de inadimplência da Companhia e da análise da situação financeira atual de cada devedor.
f) Estoques
Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, líquido dos impostos recuperáveis quando aplicáveis, os quais não superam o valor líquido de realização.
g) Ativo biológico
Os ativos biológicos, representados por florestas de eucalipto, estão registrados pelo custo de formação das florestas e pelo ajuste ao valor justo sobre o custo de formação. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado ativo e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado.
h) Imobilizado e intangível
Estão demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, e das respectivas depreciações e amortizações. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado e intangível, a depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.
A Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível, e as taxas atualmente adotadas estão consistentes com o ano anterior, como segue:

	Taxa de depreciação (% ao ano)
Benfeitorias e instalações	4% - 10,0%
Máquinas e equipamentos	4% - 12,5%
Edificações e silos	2,5% - 4,35%
Móveis, utensílios e informática	6,67% - 33,33%
Veículos	12,5%
Intangível	0% - 33,33%

Se houver uma indicação de que ocorreu uma mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.
j) Fornecedores
Representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios demonstradas pelos valores originais de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos fornecedores.
k) Instrumentos financeiros
Classificação e mensuração
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (3) passivos financeiros mensurados pelo valor de custo amortizado.
A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo:
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos diretamente no resultado.
Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.
l) Imposto de renda e contribuição social correntes
O imposto a pagar é apurado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração de resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Empresa é regida pelo regime de tributação do lucro real, e o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) é calculada com base nas alíquotas vigentes (15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$20 mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) no fim do exercício.
m) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados.

Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período do relatório.

n) Demais ativos, passivos e não circulantes

São classificados no circulante e não circulante e obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais.

o) Reconhecimento da receita
A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receitas de contratos com clientes, a receita é reconhecida na extensão em que a empresa transfere o controle dos bens ao cliente.
p) Estimativas contábeis
Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perda estimada, desvalorização dos estoques e realização de impostos diferidos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
q) Subvenções governamentais
As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como subvenções a realizar pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas ou redutoras da despesa de mesma natureza em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA COMPANHIA
A Administração considerou o impacto das novas normas, interpretações e emendas emitidas, mas ainda não vigentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e concluiu que não há impactos significativos. Abaixo estão as normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes no exercício findo de 31 de dezembro de 2024:

Norma	Requerimento
Alteração das normas IFRS 18 (CPC 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras	Esclarece requisitos para as Entidades que aplicam a norma para a apresentação e divulgação e informações em Demonstrações Financeiras. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Na opinião da Administração, não haverá impacto significativo da nova norma e das alterações de normas mencionadas acima, no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025.
Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Dinheiro em caixa	1	1
Depósitos bancários em conta corrente	26	43
Aplicações financeiras de liquidez imediata	78.757	66.615
Total	78.784	66.659

Estão representados por saldos em caixa e em instituições financeiras, sendo em aplicações financeiras de liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em dinheiro e por depósitos bancários disponíveis. As aplicações financeiras, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são indexados de 99% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI em 31 de dezembro de 2024 (99% a 101,5% do CDI em 2023).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	1.237	-
Letras Financeiras	147.388	108.136
Total	148.625	108.136
Aplicações financeiras Curto Prazo	135.387	108.136
Aplicações financeiras Longo Prazo	13.238	-

As aplicações financeiras de renda fixa realizadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs apresentam uma faixa de rendimento no curto prazo de 103% a 113% (104,5% a 108,5% do CDI em 2023) e no longo prazo de 107,5% a 120% (zero em 2023). Já as Letras Financeiras apresentam uma faixa de rendimento no longo prazo de 103% (zero em 2023). Todas indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI ao ano, com a garantida do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e com carência maior que noventa dias para resgate e as aplicações financeiras de longo prazo possuem carência maior que um ano da data da aplicação para resgate.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Distribuição dos títulos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Clientes mercado interno		53.502	50.778
(-) Provisão para perda de crédito estimada		(3.684)	(3.508)
Total a receber		49.818	47.270

O prazo médio de recebimento na venda de produtos é de 51 dias (43 dias em 2023). São cobrados juros sobre as contas a receber a partir da data do vencimento da fatura. A média dos juros anuais é de 5,16% sobre o saldo a receber (7,58% em 2023).
Composição das contas a receber de clientes é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	49.736	46.116
Valores vencidos:		
Até 30 dias	202	1.148
Entre 31 e 90 dias	90	30
Entre 91 até 180 dias	111	335
Acima de 180 dias	3.363	3.149
Total	53.502	50.778

A provisão para perda de crédito estimada é constituída com base na análise individual das contas a receber em aberto da Companhia e em experiências passadas de inadimplência. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos. A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial de provisão para perda de crédito estimada	(3.508)	(3.012)
Perdas baixadas	-	92
Reversões do exercício	122	162
Provisões do exercício	(298)	(750)
Total da provisão para perda de crédito estimada	(3.684)	(3.508)

8. ESTOQUES

	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	29.314	49.827
Produtos acabados	19.769	14.183
Almoxarifado	4.294	4.454
Provisão para obsolescência	(432)	(260)
Total estoques	52.945	68.204

A movimentação da provisão de obsolescência em estoques está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial de provisão de estoques obsoletos	(260)	(362)
Provisão para obsolescência	(177)	(4)
Reversão da provisão para obsolescência	5	106
Saldo final de provisão de estoques obsoletos	(432)	(260)

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Circulante 31/12/2024	Não circulante 31/12/2024	Circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2023
PIS	302	-	655	-
COFINS	1.334	-	2.967	-
ICMS	322	203	17.891	228
IPI	90	-	303	-
Outros impostos	213	-	329	-
Total	2.261	203	22.145	228

No exercício de 2023, o saldo de PIS e COFINS, referente ao valor principal corrigido pela atualização monetária e pelas compensações do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, referente ao período de março/2012 a dezembro/2013, correspondia a R$169 para PIS e R$778 para COFINS. Em 2024, não há saldo remanescente. Vide movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	947	7.791
Correção monetária	7	216
Compensação	(954)	(7.060)
Saldo Final	-	947

Do saldo de ICMS, R$17.570 em 2023 correspondem ao Crédito Outorgado de ICMS, calculado à alíquota de 5% sobre as operações internas de aquisição de produtos agrícolas realizadas pelo estabelecimento, concedido de forma facultativa nos termos da Lei 14.543/03. O saldo de 2023, juntamente com as gerações de 2024, foi integralmente compensado ao longo do período.
Adicionalmente, os demais saldos remanescentes de ICMS, IPI, PIS e COFINS referem-se substancialmente a créditos sobre aquisições de estoques e de imobilizado, que serão recuperados conforme legislação em vigor. A Companhia não prevê riscos relativos a não realização desses créditos tributários.

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição e movimentação do imobilizado e intangível

Custo do imobilizado/ intangível/outros ativos	Terrenos	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações e silos	Móveis, utensílios e informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Peças de reposição	Total imobilizado	Intangível	Outros ativos	Total imobilizado/ intangível/ outros ativos
Saldo em 31/12/2022	1.418	16.062	39.882	32.757	2.577	106	2.290	-	95.092	514	3	95.609
Adições	8.288	42	135	16	170	-	3.489	-	12.140	177	-	12.317
Baixas	-	-	(3)	-	(13)	-	-	-	(16)	-	-	(16)
Transferências	-	644	2.279	1.055	100	-	(4.087)	-	(9)	9	-	-
Saldo em 31/12/2023	9.706	16.748	42.293	33.828	2.834	106	1.692	-	107.207	700	3	107.910
Adições	8.288	67	2.255	19	363	236	6.372	1.019	18.619	92	-	18.711
Baixas	-	-	(308)	-	(121)	-	-	-	(429)	-	(3)	(432)
Transferências	-	280	1.663	614	324	-	(2.882)	-	(1)	1	-	-
Saldo em 31/12/2024	17.994	17.095	45.903	34.461	3.400	342	5.182	1.019	125.396	793	-	126.189

Depreciação/ amortização acumulada	Terrenos	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações e silos	Móveis, utensílios e informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Peças de reposição	Total imobilizado	Intangível	Outros ativos	Total imobilizado/ intangível/ outros ativos
Saldo em 31/12/2022	-	(8.654)	(22.843)	(8.133)	(1.047)	(47)	-	-	(40.724)	(400)	(3)	(41.127)
Adições	-	(930)	(2.832)	(923)	(240)	(13)	-	-	(4.938)	(87)	-	(5.025)
Baixas	-	-	-	-	9	-	-	-	9	-	-	9
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	(9.584)	(25.675)	(9.056)	(1.278)	(60)	-	-	(45.653)	(487)	(3)	(46.143)
Adições	-	(991)	(2.965)	(935)	(257)	(17)	-	-	(5.165)	(104)	-	(5.269)
Baixas	-	-	169	-	101	-	-	-	270	-	3	273
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	(10.575)	(28.471)	(9.991)	(1.434)	(77)	-	-	(50.548)	(591)	-	(51.139)

Imobilizado/intangível/ outros ativos líquidos	Terrenos	Benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Edificações e silos	Móveis, utensílios e informática	Veículos	Imobilizado em andamento	Peças de reposição	Total imobilizado	Intangível	Outros ativos	Total imobilizado/ intangível/ outros ativos
Saldo em 31/12/2023	9.706	7.164	16.618	24.772	1.556	46	1.692	-	61.553	213	-	61.766
Saldo em 31/12/2024	17.994	6.520	17.432	24.470	1.966	265	5.182	1.019	74.848	202	-	75.050

b) Outras informações
Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment"): a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos na data do balanço.
Aquisições relevantes:
No decorrer de 2023 foi adquirido uma área de terras, com 338 hectares localizada na cidade de Cachoeira de Goiás, no estado de Goiás, com a finalidade de plantio e colheita de madeira de Eucalipto. Em dezembro de 2024 foi adquirida uma área adicional de 338 hectares na mesma localidade.
O imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2024 e em 2023 refere-se ao sistema de Moagem da Proteína Texturizada de Soja (PTS), que visa otimizar os processos internos, bem como, a adequação e melhorias no sistema de aspiração e moagem de envase de Big Bag, além de melhorias nos prédios e máquinas da Companhia. A previsão é que o projeto esteja substancialmente finalizado no segundo semestre de 2026.
Em 2024 houve a reclassificação do estoque para ativo imobilizado no valor de R$ 1.019 conforme diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 27, por se tratarem de itens que são utilizados somente em conexão com o ativo imobilizado em uso.

11. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos compreendem, o cultivo e plantio de florestas de eucalipto, oriundas de mudas geneticamente modificadas, selecionadas de acordo com as características do bioma ao qual serão plantadas. Após atingir o grau de maturação necessário, será utilizado como biomassa para abastecimento e geração de vapor para a Indústria.

	Composição
Saldo em 31/12/2022	-
Plantio e formação	807
Aquisição de floresta	6.500
Exaustão	-
Saldo em 31/12/2023	7.307
Plantio e formação	3.610
Exaustão	(3.117)
Perdas biológicas	(382)
Saldo em 31/12/2024	7.418

A partir do segundo semestre de 2023 a Companhia iniciou a preparação do solo e o plantio de mudas de eucalipto na fazenda localizada ao lado da indústria em Palmeiras de Goiás e tal plantio se mantém no exercício de 2024.
Em outubro de 2023 a Companhia adquiriu uma fazenda com 213 hectares de eucalipto plantado, com idade entre um e nove anos, equivalente a R$6.500 em Cachoeira de Goiás.
A Companhia avaliou e mensurou os impactos do valor justo em conformidade o CPC 29 Ativo Biológico e Produto Agrícola, que requer a segmentação de ativos biológicos de acordo com seu estágio de desenvolvimento e capacidade de gerar benefícios econômicos.

12. FORNECEDORES

Composição	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores terceiros		8.106	31.356
Fornecedores partes relacionadas	16	74	-
Total		8.180	31.356

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Composição	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	561	387
IRPJ	6.825	3.156
CSLL	2.835	1.502
Outros tributos	186	145
Total	10.407	5.190

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

a) A Companhia possui processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, e de acordo com a opinião de assessores jurídicos segue abaixo o montante das contingências classificadas como provável.

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	159	407
Cíveis	-	380
Total	159	787

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências com probabilidade de perda possível totalizaram R$3.306 (R$9.236 em 2023), sendo R$326 (zero em 2023) em perdas trabalhistas, R$12 (zero em 2023) em perdas cíveis e R$2.643 (R$9.236 em 2023) em perdas tributárias.
As perdas tributárias possíveis referem-se a autos de infração de ICMS sobre aquisição de soja emitido pelo SEFAZ do Estado de Goiás, contra o qual a Companhia está com impugnação e respectiva defesa protocolada na Primeira Instância do Conselho Administrativo do Estado de Goiás.

b) Movimentação das provisões

	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Total provisões
Saldo em 31/12/2022	177	380	557
Reversão da provisão	(67)	-	(67)
Liquidação	-	-	-
Constituição de provisão	297	-	297
Saldo em 31/12/2023	407	380	787
Reversão da provisão	(43)	(380)	(423)
Liquidação	(209)	-	(209)
Constituição de provisão	4	-	4
Saldo em 31/12/2024	159	-	159

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Considerações gerais - a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar e obrigações e estão contabilizados pelos seus valores de mercado ou próximos ao valor de mercado.

(b) Valor de mercado - considerando a natureza, o prazo e as características dos instrumentos financeiros os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/ realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado.

(c) Fatores de risco que podem afetar os negócios

Risco de preço das commodities: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada por meio de vendas antecipadas diretamente com os clientes, bem como compras antecipadas diretamente com os fornecedores.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativo (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas de taxas variáveis para fixas.

Risco de crédito: a política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez: é o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

(d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	78.784	66.659
Aplicações financeiras	148.625	108.136
Contas a receber de clientes	49.818	47.270
Total	277.227	222.065
Passivos		
Fornecedores	8.180	31.356
Total	8.180	31.356

16 PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações com partes relacionadas referem-se às operações com as empresas controladoras, que exercem controle compartilhado e operações com a parte relacionada indireta e suas subsidiárias.

		31/12/2024				31/12/2023			
	Nota	Baldo S.A.	Paró	Outros	Total	Baldo S.A.	Paró e Ella	Outros	Total
Balanço patrimonial:									
Dividendos a pagar	17.b	5.383	5.382	-	10.765	1.823	1.823	-	3.646
Fornecedores	12	-	-	74	74	-	-	-	-
Demonstração do resultado do exercício:									
Vendas de produtos	18	-	-	-	-	487	-	-	487
Venda de imobilizado		18	-	-	18	-	-	-	-
Compras/Despesas		30	-	263	293	-	-	75	75

As rubricas com a controladora Baldo S/A Comércio Indústria e Exportação caracterizam-se pelas compras, vendas, distribuições de dividendos e despesas, já com a controladora Paró caracterizam-se pela distribuição de dividendos.
Durante o ano de 2024 a parte relacionada Ella Participações Ltda foi incorporada pela Paró Participações Ltda.
Em 2023 e 2024 a Companhia possui transações com a parte relacionada indireta Enne Participações Ltda relacionada a despesas de serviços.
Foi pago durante o exercício de 2024, a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios), o montante de R$1.361 (R$1.446 em 2023).

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social da Companhia é de R$160.000 (R$160.000 em 2023), dividido em 160.000 mil ações ordinárias nominativas, todas no valor nominal de R$1 (um real) cada.

b) Reservas de lucros

i) Reservas de incentivos fiscais

A Companhia é beneficiária de subvenções e assistências governamentais, as quais encontram-se registradas em conformidade com o pronunciamento CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.
A reserva de incentivos fiscais refere-se a:

(a) Incentivo de uma área de terrenos de R$240, no qual a Companhia está instalada originado no início das atividades.

(b) Incentivo do Produzir conforme TARE nº 1364/2019, sendo que o objeto e contrapartida para usufruir o benefício foi a instalação da fábrica em Goiás. O incentivo é apurado conforme premissas do TARE e a apuração é a partir de 73% do saldo devedor de ICMS e, no exercício de 2024 foi registrado o valor de R$227 (zero em 2023).

(c) Crédito outorgado de ICMS no percentual de 5% nas operações internas de aquisição de produto agrícola no estabelecimento concedido de forma facultativa conforme Lei 14.543/03. A Companhia passou a fazer o uso da legislação a partir de fevereiro de 2021, no exercício de 2024 foi registrado o valor de R$14.329 (R$21.079 em 2023).

ii) Reserva legal: constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 se refere a 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social.

iii) Dividendos: Nos termos do Estatuto Social, será atribuído em cada exercício, um dividendo mínimo de 25%, do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos da lei, ou a retenção de todo lucro. A Companhia não realiza nenhum outro ajuste na base de cálculo dos dividendos além dos expressamente estabelecidos no art. 202 da Lei 6.404. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	60.548	37.540
Reserva legal - 5%	(3.032)	(1.877)
Reserva de incentivos fiscais	(14.556)	(21.079)
Base de cálculo - dividendos obrigatórios	43.060	14.584
Dividendos obrigatórios - 25%	10.765	3.646
Dividendos por ação (R$ por ação)	0,07	0,02

Em 23 de abril de 2024, por meio de Assembleia Geral Ordinária, foi deliberada a aprovação de pagamento dos dividendos propostos de R$3.646 no exercício de 2023 e a distribuição e pagamento de dividendos adicionais no valor de R$ 3.646 sobre o resultado do exercício de 2023, totalizando o valor pago de R$7.292.

iv) Reserva de lucros: refere-se aos lucros constituídos pela Companhia nos exercícios anteriores e do exercício de 2024.
v) Resultado por ação: o resultado por ação é demonstrado a seguir.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	60.648	37.540
Número de ações ordinárias	160.000	160.000
Resultado líquido por ação (R$ por ação)	0,38	0,23

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita de vendas mercado interno		480.856	541.439
Receita de vendas p/ partes relacionadas	16	-	487
Receita de vendas mercado externo		-	21.570
Prestação de serviços		98	50
Total receita bruta		480.954	563.546
Devoluções/abatimentos		(4.578)	(4.964)
Tributos e taxas incidentes sobre vendas		(47.727)	(37.404)
Crédito outorgado de ICMS	17	14.556	21.079
Crédito presumido de PIS e Cofins		9.214	12.215
Total das deduções da receita bruta		(28.535)	(9.074)
Total da receita líquida de vendas		452.419	554.472

A Companhia possui crédito presumido de PIS e Cofins sobre vendas de produtos derivados de soja, onde as alíquotas aplicadas variam entre 1,2% e 2,5%, variando de acordo com os itens produzidos, conforme Lei 12.865/13.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Segue abaixo a composição dos custos e despesas por natureza conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-primas, materiais de produção e serviços	(322.825)	(452.674)
Custos não apropriados	(4.304)	(2.713)
Depreciações e amortizações	(5.269)	(4.981)
Exaustão	(3.117)	-
Despesas com pessoal	(19.165)	(16.035)
Despesas com transporte	(19.337)	(28.269)
Despesas comerciais	(4.088)	(4.062)
Impostos e taxas	(82)	(4.611)
Outros	(1.675)	(2.003)
Total	(379.862)	(515.348)
Custo dos produtos vendidos	(346.603)	(470.215)
Despesas comerciais	(25.396)	(35.494)
Despesas gerais e administrativas	(7.863)	(9.639)
Total	(379.862)	(515.348)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Correção monetária processo judicial	7	216
Rendimentos aplicações financeiras	19.037	14.682
Correção monetária subvenção para investimento	-	108
Descontos e juros obtidos	59	125
Outras	1	114
Receitas financeiras	19.104	15.245
Descontos concedidos	(5)	(224)
Outras	(36)	(92)
Despesas financeiras	(41)	(316)
Variação cambial ativa	-	714
Variação cambial passiva	-	(2)
Variação cambial líquida	-	712

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa de imposto de renda e contribuição social para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é reconciliada com as alíquotas oficiais, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Alíquota Efetiva		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	90.493	54.988
Alíquota básica de impostos	34%	34%
Despesas fiscais à alíquota básica	(30.768)	(18.696)
(Adições) exclusões permanentes:		
Incentivos fiscais	77	-
Doações de incentivos fiscais	442	-
Incentivo lei do bem	166	412
Correção monetária subvenção para investimento	-	37
IRCS subvenção para investimento	-	354
Correção monetária processo judicial ICMS base PIS/COFINS	-	73
Outros	238	372
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(29.845)	(17.448)
Corrente	(30.536)	(18.041)
Diferido	691	593
Alíquota Efetiva	32,98%	31,73%

A alíquota utilizada nas conciliações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária. A composição dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais sobre diferenças de taxas de depreciação e demais diferenças temporárias, está descrita a seguir:

	Balanço Patrimonial		Resultado
	31/12/2024	31/12/2023	2024
Provisão créditos de liquidação duvidosa	719	628	91
Provisão para perda de estoques	147	88	59
Provisão estoque em trânsito	219	187	32
Depreciação	(3.624)	(4.079)	455
Provisão de contingências	54	268	(214)
Provisão de PPR e Remuneração Variável	610	290	320
Outras provisões	72	124	(52)
Ativo (Passivo) de impostos e contribuições diferidos	(1.803)	(2.494)	691
Impostos de renda diferido	(1.326)	(1.834)	508
Contribuições sociais diferidas	(477)	(660)	183

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros no valor de R$344.361 contra incêndio, R$400 contra danos elétricos, R$40.000 contra vendaval, R$300 contra roubo e furto, R$3.000 de Responsabilidade Civil Operações e R$3.000 de Responsabilidade Civil Empregador, R$500 para quebra de máquina, R$100 para equipamentos eletrônicos e R$5.239 para florestas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
Goemil S/A Indústria de Produtos Alimentícios
Palmeiras de Goiais - GO

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Goemil S/A Indústria de Produtos Alimentícios ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

•Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

•Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

•Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

•Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condic ões que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

•Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Raquel L. Zambelli Cerqueira
Contador CRC RS-069287/O-5

Alckmin defende retirar inflação de alimentos do cálculo da Selic

Agência Brasil

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu, nesta segunda-feira (24), que o Banco Central (BC) desconsidere a inflação de alimentos e energia ao definir a taxa básica de juros, a Selic. A declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a inflação.

Alckmin mencionou o exemplo do banco central dos Estados Unidos, que retira esses dois índices do cálculo dos juros básicos da economia estadunidense. "Uma taxa de juros elevada, como a Selic, em 14,25% ao ano, ela atrapalha a economia, porque torna muito caro o custo de capital", disse, em evento promovido pelo jornal Valor Econômico.

Para o presidente em exercício, os aumentos nos preços de alimentos e energia são impulsionados por fatores externos e de natureza pontual, como eventos climáticos adversos e tensões geopolíticas, como guerras. Segundo o também ministro, esses eventos impactam os preços de forma significativa, mas não possuem uma relação direta com a política monetária e, portanto, com a taxa de juros.

"Alimento é muito clima. Se eu tenho uma seca muito forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento. E não adianta eu aumentar os juros que não vai fazer chover. Então eu só vou prejudicar a economia", disse, lembrando que no caso da energia, os preços do barril do petróleo são definidos internacionalmente.

Embora o Banco Central tenha entre seus objetivos principais o controle da inflação, a visão do ministro sugere uma análise mais flexível e atenta aos choques de oferta que podem influenciar os índices de preços.



"Então, eles [banco central dos EUA] excluem do cálculo [alimentos e energia]. Eu acho que é uma medida inteligente, e a gente realmente [pode] aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da inflação", explicou Alckmin.

Alckmin também alertou para o impacto do aumento da Selic nas contas públicas. Segundo cálculos apresentados por ele, cada elevação de 1 ponto percentual na taxa básica de juros onera a dívida pública em aproximadamente R$ 48 bilhões.

Juros básicos

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

O índice está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o Copom aumentar mais uma vez os juros, em 1 ponto percentual, na reunião da semana passada, o quinto aumento seguido da Selic, em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira está aquecida, apesar de sinais de moderação no crescimento. Segundo o colegiado, a inflação cheia e os núcleos (medida que exclui preços mais voláteis, como alimentos e energia) continuam em alta. O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços continue alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic "em menor magnitude" na reunião de maio e não deixou pistas para o que acontecerá depois disso. Além de esperada pelo mercado financeiro, a elevação em 1 ponto havia sido anunciada pelo Banco Central na reunião de janeiro.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.